



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
FARROUPILHA
CAMPUS JAGUARI
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLÓGICA**

JOICE PEREIRA SOARES

**Reforma de Ensino Médio: A Produção da desigualdade e a
manutenção da Hegemonia**

JAGUARI- RS
06 de Junho de 2024

JOICE PEREIRA SOARES

**Reforma de Ensino Médio: A produção da desigualdade e a
manutenção da hegemonia**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo câmpus Jaguari do Instituto Federal Farroupilha- RS, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre/Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.

Orientadora: Profa. Dra. Letícia Ramalho Brittes

Jaguari, RS

06 de Junho de 2024

Ficha catalográfica
Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S676r Soares, Joice Pereira
Reforma do ensino médio : a produção da desigualdade e a
manutenção da hegemonia / Joice Pereira Soares. - Jaguari, 2024
121 f. : il.

Orientadora: Letícia Ramalho Brittes
Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em
Educação Profissional e Tecnológica, Instituto Federal de
Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha, 2024.

1. Ensino médio. 2. Políticas educacionais. 3. Currículo. 4.
Marxismo. I. Brittes, Letícia Ramalho, orient. II. Título.

CDU: 37.014:141.82

Elaborada por:
Filipe Copetti CRB10/2390

JOICE PEREIRA SOARES

Reforma de Ensino Médio: A produção da desigualdade e a manutenção da hegemonia

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo Instituto Federal Farroupilha - RS, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre/Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.

Aprovado em 26 de junho de 2024.

COMISSÃO EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente



LETICIA RAMALHO BRITTES
Data: 15/08/2024 20:03:59-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Letícia Ramalho
Brittes Instituto Federal
Farroupilha Orientador

Documento assinado digitalmente



RICARDO ANTONIO RODRIGUES
Data: 20/08/2024 17:40:35-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Ricardo Antônio
Rodrigues Instituto Federal
Farroupilha

Documento assinado digitalmente



MAURO AUGUSTO BURKERT DEL PINO
Data: 18/08/2024 16:24:38-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr Mauro Augusto Burkert Del
Pino Universidade Federal de
Pelotas

Documento assinado digitalmente



TANIAMARA VIZZOTTO CHAVES
Data: 19/08/2024 11:23:35-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dra. Taniamara Vizzotto
Chaves Instituto Federal



**INSTITUTO
FEDERAL**
Farroupilha

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO,
CIÊNCIA E TECNOLOGIA**

Autarquia criada pela Lei nº 11.892 de 29 de Dezembro de 2008

**PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLÓGICA**



PROFEPT
MESTRADO PROFISSIONAL EM
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL
Farroupilha

JOICE PEREIRA SOARES

Reforma de Ensino Médio: Condições de produção da desigualdade

Produto Educacional apresentado ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo Instituto Federal Farroupilha - RS como requisito parcial para obtenção do título de Mestre/Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.

Validado em 26 de junho de 2024.

COMISSÃO EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente



LETICIA RAMALHO BRITTES

Data: 15/08/2024 20:03:59-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Letícia Ramalho Brittes

Instituto Federal Farroupilha

Orientador

Documento assinado digitalmente



RICARDO ANTONIO RODRIGUES

Data: 20/08/2024 17:36:40-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Ricardo Antônio Rodrigues

Documento assinado digitalmente



MAURO AUGUSTO BURKERT DEL PINO

Data: 18/08/2024 16:24:38-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Mauro Augusto Burkert Del

Pino Universidade Federal de

Pelotas

Documento assinado digitalmente



TIAMARA VIZZOTTO CHAVES

Data: 19/08/2024 11:25:04-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dra. Taniamara Vizzotto Chaves

Instituto Federal Farroupilha

Dedico este trabalho aos familiares e amigos que me incentivaram a voltar à Pesquisa e me auxiliaram a vencer essa etapa que, por questões diversas, acabou se tornando bastante conturbada.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos familiares que tanto me apoiaram nessa etapa, em especial ao meu marido, Leandro, por estar comigo e me ajudar muito nas formatações dos trabalhos e ao meu pequeno Gustavo, que nasceu na etapa final da produção deste texto, tornando a escrita mais corrida e ao mesmo tempo, mágica.

Aos colegas e professores do ProfEPT que me incentivaram a continuar nessa jornada, mesmo com as adversidades do percurso.

A minha querida orientadora, Letícia, que também é uma grande amiga, e me incentivou a participar do programa e manter-me nele.

À banca de qualificação, professor Mauro e professor Ricardo que se dispuseram a ler meu texto e me ajudaram a melhorá-lo.

RESUMO

O presente projeto de dissertação, está vinculado ao curso de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica - ProfEPT do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia – IFFAR campus Jaguari e ao Grupo de Pesquisa e Estudos em Currículo, Gestão e Políticas educacionais - GECPOL. No ano de 2016, o Brasil passou por uma ruptura democrática, ainda no mesmo ano, foram apresentadas mudanças muito significativas nas políticas educacionais, em especial no Ensino Médio. Frente ao contexto, a **problemática** da pesquisa encontrou-se no seguinte questionamento: Como essa reforma tão profunda no Ensino Médio poderá repercutir na educação brasileira? Para tanto, o **objetivo geral** da pesquisa foi desvendar os textos e os documentos que regulamentam o Novo Ensino Médio buscando analisar as intencionalidades ocultas em suas produções. Especificamente, objetivou-se compreender o contexto histórico que deu espaço para que essa Reforma fosse aprovada; desvendar os interesses aos quais serviram as profundas mudanças que foram tão rapidamente estabelecidas; conhecer os possíveis impactos que essas mudanças trarão para a educação dos jovens brasileiros; Elaborar, como produto educacional, um vídeo educativo com a intenção de difundir as descobertas feitas pela pesquisa para o público geral, de maneira objetiva. A Metodologia que embasou a pesquisa foi a Análise de Discurso da escola francesa, já que se buscou-se, por meio de pesquisa bibliográfica, pautada no materialismo histórico-dialético, desnudar as intencionalidades dos textos legais que implementam os novos documentos. Identificou-se, por fim, que as políticas reformistas pós-golpe de 2016, foram elaboradas com intenção de satisfazer aos anseios dos detentores do capital, fomentam uma educação não emancipatória e tendem a aprofundar as desigualdades sociais.

Palavras-chave: Reforma do Ensino Médio. BNCC. Neoliberalismo. Neoconservadorismo. Educação Integral

ABSTRACT

This dissertation project is affiliated with the Professional Master's Program in Professional and Technological Education - ProfEPT at the Federal Institute of Education, Science, and Technology – IFFAR Jaguarí campus, and the Research and Studies Group on Curriculum, Management, and Educational Policies - GECPOL. In 2016, Brazil experienced a democratic rupture, and in the same year, significant changes were introduced in educational policies, particularly in high school education. In this context, the research problem is articulated through the following question: How might such profound reform in high school education system affect Brazilian education? Therefore, the general objective of this research was to uncover the texts and documents that regulate the New High School Education, aiming to analyze the hidden intentions within their productions. Specifically, the study aimed to understand the historical context that allowed for the approval of this Reform; to uncover the interests served by the profound changes that were established so rapidly; to identify the potential impacts these changes will have on the education of Brazilian youth; and to develop, as an educational product, an educational video with the intention of disseminating, in a more succinct way, the discoveries made during the research to the general public. The methodology supporting the research was Discourse Analysis from the French school, as the study sought, through bibliographic research grounded in historical-dialectical materialism, to reveal the intentions behind the legal texts implementing the new documents. Finally, it was identified that the reformist policies post-2016 coup were designed to satisfy the interests of capital holders, promote a non-emancipatory education, and tend to deepen social inequalities.

Keywords: High School Reform. National Common Curricular Base (BNCC). Neoliberalism. Neoconservatism. Comprehensive Education.

LISTA DE ABREVIATURAS POR ORDEM ALFABÉTICA

AD	ANÁLISE DE DISCURSO
AIE	APARELHO IDEOLÓGICO DO ESTADO
ARE	APARELHO REPRESSIVO DO ESTADO
BNCC	BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR
BRICS	BRASIL- RÚSSIA- ÍNDIA- CHINA- ÁFRICA DO SUL
CAPES	COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR
EM	ENSINO MÉDIO
EUA	ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA
IBGE	INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA
INEP	INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISA
LDB	LEI DE DIRETRIZES E BASES
LGBTQIA+	LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRANSGÊNEROS, QUEER, INTERSEXUAIS, ASSEXUAIS, COM UM SINAL “+” PARA RECONHECER AS ORIENTAÇÕES SEXUAIS ILIMITADAS E IDENTIDADES DE GÊNERO USADAS PELOS MEMBROS DESSA COMUNIDADE
MBP	MOVIMENTO PELA BASE
MEC	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
MP	MEDIDA PROVISÓRIA
MP	MINISTÉRIO PÚBLICO
PEC	PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL
PF	POLÍCIA FEDERAL
PL	PROJETO DE LEI
PNAD	PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS
PROFEPT	MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
RH	RECURSOS HUMANOS
RS	RIO GRANDE DO SUL
SEDUC	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
UFSM	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA

LISTA DE FIGURAS.

1. Figura 1 - Slide da apresentação do produto educacional da presente dissertação título: Entende-se que a Reforma de Ensino Médio integra um projeto neoliberal complexo que, para se concretizar, passou pela troca de governo 110
2. Figura 2 - Slide da apresentação do produto educacional da presente dissertação título: O interesse dos EUA em intervir na política nacional foi comprovada pelo Wikileaks, A Lava- Jato serviu muito bem a esse interesse 110
3. Figura 3 - Slide da apresentação do produto educacional da presente dissertação título: Principais pontos da MP da reforma 111
4. Figura 4 - Slide da apresentação do produto educacional da presente dissertação título: Resistência Estudantil 111
5. Figura 5 - Slide da apresentação do produto educacional da presente dissertação título: A imposição de um Currículo único 112
6. Figura 6 - Slide da apresentação do produto educacional da presente dissertação resumindo as conclusões: 112

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO e JUSTIFICATIVA	13
2 ESTADO DO CONHECIMENTO	21
3 REFERENCIAL TEÓRICO	26
4 METODOLOGIA	45
5 OS CAMINHOS QUE LEVARAM À REFORMA	52
5.1 CONTEXTO HISTÓRICO E POLÍTICO DESDE O PERÍODO QUE PERMITIU A APRESENTAÇÃO DA REFORMA DE ENSINO ATÉ 2022 (ANO DA IMPLEMENTAÇÃO OBRIGATÓRIA PARA 1º ANO)	52
5.2 BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE CONTEXTO POLÍTICO BRASILEIRO ATUAL	63
6 NEOLIBERALISMO E NEOCONSERVADORISMO NAS REFORMAS EDUCACIONAIS	68
7 REFLEXÕES SOBRE TEORIAS DE CURRÍCULO	81
8 ANÁLISE DA REFORMA DE ENSINO MÉDIO	88
8.1 A REFORMA: SUA ORIGEM E SUAS FINALIDADES	88
8.2 A BNCC, SUA CRIAÇÃO, SEUS DEFENSORES E SEUS INTERESSES	100
9 CONCLUSÕES	106
10 PRODUTO EDUCACIONAL	109
11 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	113

1. INTRODUÇÃO E JUSTIFICATIVA

1.1. INTRODUÇÃO

Desde o golpe antidemocrático de 2016, que depôs a presidente Dilma Rousseff¹ pudemos perceber o avanço voraz da ideologia neoliberal e neoconservadora na política nacional. Para além das medidas de austeridade econômica, que já castigam sobremaneira a população brasileira, em especial as classes trabalhadoras menos abastadas, uma vez que essas necessitam impreterivelmente dos serviços públicos para ter acesso aos direitos básicos, como saúde e educação, vemos o rápido avanço dos ideais neoliberais e neoconservadores nas políticas educacionais do país.

Essa pesquisa se dispôs a analisar a Reforma do Ensino Médio imposta como Medida Provisória em 22 de Setembro de 2016. Uma profunda reestruturação na nossa educação, trazida pelo governo do presidente Michel Temer, que assumiu efetivamente o mandato “tampão” depois da tramitação do processo de impeachment, efetivado em 31 de Agosto de 2016. Chama a atenção a celeridade com que essa medida foi apresentada, mostrando que essa Reforma estava na agenda mesmo antes de se concretizar o golpe.

Dentre os objetivos da pesquisa, encontra-se uma análise das condições sociais, econômicas e políticas que levaram à Reforma do Ensino, para tanto, fez-se uso do método materialista histórico-dialético desenvolvido por Marx e Engels, método esse que, conforme Tozoni Reis:

O Método Materialista Histórico Dialético caracteriza-se pelo movimento do pensamento pela materialidade histórica da vida dos homens em sociedade, isto é, trata-se de descobrir (pelo movimento do pensamento apoiado no princípio da contradição) as leis fundamentais que definem a forma organizativa (material) dos homens durante a história da humanidade. (TOZONI-REIS, 2020, p.74)

Além da análise dos contextos que levaram à rápida aprovação da Reforma do EM (Ensino Médio), faz-se necessário compreender o jogo de interesses que permitiu tal reforma, bem como suas reais implicações. Para atingir esse objetivo, utilizou-se como método central a Análise de Discurso da escola francesa, fundada por Michel Pêcheux na década de 1960, buscando compreender como os efeitos de

¹ Reeleita por meio de voto direto pela maioria da população brasileira nas eleições de 2014.

sentido foram sendo construídos dentro do contexto social. Contexto que é bastante peculiar por se tratar de um momento pós-ruptura democrática.

É de suma importância entender como e por que as políticas educacionais são elaboradas ou reformuladas. O discurso de crise na educação sempre ressurgue quando essas mudanças são apresentadas, devemos observar quem aponta tais problemas e como são estabelecidas as melhorias que afirmam buscar a cada nova reforma, só assim é possível desmascarar as intencionalidades que as propostas carregam.

A partir das movimentações políticas acontecidas em 2013, apelidadas de Jornadas de Junho², o país viu um movimento direitista tomar força, e esses novos blocos políticos encontraram na educação um alvo. O Movimento Escola Sem Partido existe desde 2004, na sociedade civil, mas em 2015 foi apresentado como projeto de lei, abaixo os dados complementares do PL retirado do site oficial da Câmara:

Inclui entre os princípios do ensino o respeito às convicções do aluno, de seus pais ou responsáveis, dando precedência aos valores de ordem familiar sobre a educação escolar nos aspectos relacionados à educação moral, sexual e religiosa. Adapta a legislação à Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica), de 22 de novembro de 1969, ratificada pelo Governo Brasileiro.³

Observa-se um forte apelo à questão dos valores familiares, essa é uma tendência neoconservadora muito usada pela "nova direita", segundo Apple (2003), "Os populistas autoritários baseiam suas posições sobre educação e política social em certas visões da autoridade bíblica, como a "moralidade cristã", os papéis de gênero e a família" (APPLE, 2003, p. 61). Esse espectro do discurso neoliberal tem se mostrado tão forte no Brasil que receberá um capítulo especial neste trabalho.

Para atingir os objetivos aos quais a pesquisa se propõe, o trabalho está estruturado da seguinte forma: 1.) Apresentação do Referencial teórico; 2.) Descrição da metodologia escolhida; 3.) Discussão sobre o contexto histórico e político que permitiram que tal Reforma fosse aprovada; Nas partes seguintes serão apresentadas as discussões sobre neoliberalismo e neoconservadorismo; uma

² A utilização desse termo para essas manifestações, que contaram com participação forte das classes mais abastadas, será problematizada nas seguintes seções do presente trabalho.

³ Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=60672> Acesso em 23 de novembro de 2022.

reflexão sobre teorias de currículo; os detalhamentos sobre as mudanças propostas pela Reforma do Ensino Médio e as conclusões alcançadas no decorrer da pesquisa.

Por fim, Desenvolvemos um vídeo educativo como produto educacional, esse produto visou levar as descobertas feitas no decorrer do trabalho para a comunidade além dos muros acadêmicos, esse compartilhamento de conhecimentos com a comunidade é uma das preocupações da instituição na qual o mestrado foi cursado, trazida em seus documentos oficiais:

O desenvolvimento local, regional ou nacional não pode prescindir do domínio, da produção e da democratização do conhecimento. Assim, esses institutos revelam-se espaços privilegiados de aprendizagem, inovação e transferência de tecnologias capazes de gerar mudanças na qualidade de vida de milhares de brasileiros. (PACHECO, 2011, p.21)

Sendo assim, o produto educacional oriundo dessa pesquisa buscou levar conhecimento e criticidade para além da Instituição, buscando conscientizar um número maior de pessoas sobre como as políticas educacionais vêm sendo formuladas de maneira a satisfazer as necessidades mercantis, e não para cumprir uma missão social como a superação de desigualdades.

1.2. Justificativa

“Tudo nos é proibido, exceto cruzar os braços? A pobreza não está escrita nas estrelas, o subdesenvolvimento não é fruto de um obscuro desígnio de Deus. Correm anos de revolução, tempos de redenção. As classes dominantes põem as barbas de molho e, ao mesmo tempo, anunciam o inferno para todos.” (Eduardo Galeano- p.24)

A educação é um direito de todos, assegurado constitucionalmente no Brasil no artigo 5º, conforme o mesmo artigo, deve garantir o pleno desenvolvimento da pessoa, além do preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assim sendo, garantir uma educação integral é um dever do Estado para com a sociedade.

Qualquer mudança nas leis que regem a educação nacional deveria vir de uma política em favor da superação das mazelas sociais, a partir de um amplo

debate com a sociedade civil, com pesquisadores e estudiosos da área, e não de uma política que sirva aos interesses de um governo específico, imposta de maneira autoritária por Medida Provisória, como foi o caso dessa Reforma. Esse tipo de medida política costuma servir aos interesses de quem ocupa os cargos políticos naquele momento, e não à sociedade como um todo.

Como já foi dito, a Reforma do Ensino Médio foi feita por um governo que não recebeu o voto popular direto. Embora Temer fosse o candidato a vice na chapa vencedora, ao assumir, implementou propostas do plano de governo do candidato derrotado no pleito de 2014, o que permite afirmar que não se trata, então, de uma medida aprovada pela maioria da população brasileira daquele momento.

Dessa forma, fica evidente a relevância de estudos que busquem compreender as medidas adotadas naquele período. Entender por que foram feitas e a que ideologia servem, desmascarar as intencionalidades do grupo que tomou o poder naquele período é um dever acadêmico para com a população.

Muitos autores têm se dedicado a estudar os impactos que a Reforma do Ensino Médio trará para a sociedade brasileira, haja vista a importância social desse tema. A educação é a principal arma que o povo possui para tentar superar as desigualdades profundas que nossa sociedade apresenta.

Porém, os detentores dos meios de produção do capital, que não aceitam abrir mão de seus privilégios, também já notaram esse poder que a educação possui, por isso buscam intervir politicamente para que essa situação desigual siga se perpetuando. Na epígrafe desta seção, há um parágrafo de “As veias abertas da América Latina”, é um trecho da Introdução desse livro que continua da seguinte forma:

Em certo sentido, a direita tem razão quando se identifica com a tranquilidade e com a ordem. A ordem é a diuturna humilhação das maiorias, mas sempre é uma ordem – a tranquilidade de que a injustiça siga sendo injusta e a fome faminta. Se o futuro se converte numa caixa de surpresas, o conservador grita, com toda razão: “Me traíram”. E os ideólogos da impotência, os escravos que se contemplam com os olhos do amo, não demoram em fazer ouvir seus clamores. (GALEANO, 2010, p.24)

Infelizmente, como afirma Galeano, os detentores dos meios de produção do capital conseguem fazer com que uma parte significativa da classe trabalhadora defenda a política que mantém as desigualdades. A educação seria a arma mais efetiva para que a população fosse capaz de perceber tais desigualdades, sabendo

disso, essa direita, da qual fala o autor, vai sempre arrumar mecanismos para impedir que a população se perceba na condição de injustiçada.

Num país que se diz “democrático”, a forma mais eficaz e “pacífica” de manter os privilégios, é por meio de leis. As políticas reformistas costumam apresentar medidas que servem para manter esse estado hegemônico⁴.

O golpe, travestido de constitucionalidade que aconteceu no país, só ocorreu pois teve conivência de parte significativa da população, e o aval da grande mídia, que sempre está disposta a lutar pelos interesses do capital para, justamente, convencer parte dos trabalhadores de que é preciso manter a hegemonia do capital. Esse trabalho de manipulação discursiva é um dos temas ao qual se propôs essa pesquisa, desnudar os discursos para compreender os interesses que estão sendo defendidos.

Antônio Gramsci, em 1916 para a primeira edição do jornal Avanti, teorizava sobre o papel dos jornais em detrimento dos interesses da classe trabalhadora, embora o texto tenha mais de 100 anos, segue sendo atual em sua essência

Tudo o que se publica é constantemente influenciado por uma idéia: servir a classe dominante, o que se traduz sem dúvida num fato: combater a classe trabalhadora. E, de fato, da primeira à última linha, o jornal burguês sente e revela esta preocupação. Mas o pior reside nisto: em vez de pedir dinheiro à classe burguesa para subvencionar a obra de defesa exposta em seu favor, o jornal burguês consegue fazer-se pagar pela própria classe trabalhadora que ele combate sempre. [...] E, no entanto, ele (o trabalhador) sabe que tal jornal é conservador, que outro é interesseiro, que o terceiro, o quarto e quinto estão ligados a grupos políticos que têm interesses diametralmente opostos aos seus. Todos os dias, pois, sucede a este mesmo operário a possibilidade de poder constatar pessoalmente que os jornais burgueses apresentam os fatos, mesmo os mais simples, de modo a favorecer a classe burguesa e a política burguesa com prejuízo da política e da classe operária. Rebenta uma greve? Para o jornal burguês os operários nunca têm razão. Há manifestação? Os manifestantes, apenas porque são operários, são sempre tumultuosos, facciosos, malfeitores. (GRAMSCI, 2005, s./p.)

O trecho acima nos mostra o poder da mídia em manipular a classe trabalhadora, Galeano trabalhava a ideia da “aparente tranquilidade” com a qual a direita se identifica, essa ideia de paz pela manutenção da hegemonia é difundida pelos Meios de Comunicação. Quem detém a informação, manipula-a para que

⁴ Hegemonia será usada na acepção desenvolvida por Gramsci e traduzida por Johnson como: “podemos dizer que a hegemonia é um conceito que se refere a uma forma particular de dominação na qual uma classe torna legítima sua posição e obtém aceitação, quando não apoio irrestrito, dos que se encontram abaixo”. (JOHNSON 1995, p.123).

chegue ao interlocutor de maneira confortável para a manutenção desse Estado excludente⁵.

Essa batalha, por manter a hegemonia do capital, justifica a necessidade de retomada do poder, como não conseguiram pelo voto popular, apesar do intenso esforço de deteriorar a imagem do Partido dos Trabalhadores, esse bloco resolveu, então, partir para um golpe. Como afirmam Ramos e Frigotto (2017):

Com efeito, mesmo sendo governos de conciliação, as políticas sociais e, em particular, a recomposição e aumento do salário mínimo ao longo de mais de uma década nos governos Lula da Silva e Dilma Rousseff, avançaram além do suportável para uma classe dominante de DNA escravista e colonizador e, num momento de crise mundial profunda do sistema capital, já que não conseguiram assumir o poder pelo voto popular, o tomaram por meio de um Golpe de Estado. O componente externo que compõe a motivação do golpe situa-se na ruptura relativa da dependência do império Norte Americano mediante a política de unidade da América Latina e pela ativa participação do Brasil na criação do grupo de países, BRICS. (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), que firmaram um acordo de cooperação política e econômica. (RAMOS e FRIGOTTO, 2017, p. 35)

Ramos e Frigotto chamam a atenção para os interesses do capital Norte Americano no golpe, assim como em 1964, era de interesse financeiro daquele país que houvesse uma troca de governo e o bloco mais direitista voltasse ao poder. Dessa vez, conforme os autores acima, observamos o interesse em evitar o crescimento econômico de outros blocos,

Eduardo Galeano em 1970 já chamava atenção para a importância da divisão da América para a exploração “Para que o imperialismo norte-americano possa, hoje em dia, integrar para reinar na América Latina, foi necessário que ontem o Império britânico contribuísse para nos dividir com os mesmos fins” (GALEANO, 2010, p.342). Essa divisão acaba enfraquecendo a América Latina, facilita o domínio do capital norte americano, mas dentre os poucos brasileiros que dominam nosso capital, é interessante que essa desigualdade se perpetue. Assim os burgueses brasileiros se valem também desse sistema para manter sua hegemonia.

O papel que os EUA vêm apresentando, ainda que velado, nas “revoltas populares”⁶ que culminam em deposições de governos nas últimas décadas é um

⁵ O Estado Capitalista é excludente, MARX (1993, p.98) conceitua o Estado Capitalista como “a forma de organização que os burgueses necessariamente adotam, tanto no interior como no exterior, para garantir a recíproca de sua propriedade e de seus interesses”. Ou seja, uma forma de controle para impedir a revolução do proletariado e assim garantir a manutenção da hegemonia.

⁶ A expressão “revoltas populares” está entre aspas pois, como veremos na continuação da pesquisa, são pautas muitas vezes oriundas de manipulações e de fake-news que não apresentam aderência

ponto importante para ser discutido nesta pesquisa. São diversas revoluções fomentadas para enfraquecer governos que não são totalmente subservientes aos interesses daquele país.

Vivemos em uma sociedade absurdamente desigual, com uma burguesia extremamente egoísta, com “DNA escravista e colonizador”, conforme Ramos e Frigotto (2017, p.35) para superar esse estado hegemônico, é necessário a defesa de uma educação contra-hegemônica⁷, essa Reforma do EM é o aprofundamento das desigualdades; urge, portanto, conhecer tais leis e os caminhos que levaram até ela, para poder combater as injustiças que ela promete fortalecer.

Tendo em vista o cenário político e social do Brasil pós-golpe de 2016 e as profundas modificações propostas na Reforma de EM, torna-se evidente que o olhar científico para essas mudanças é de suma importância. O presente trabalho pretendeu contribuir no esclarecimento do que realmente almejam as reformas propostas.

É imperioso analisar o conteúdo, as condições de sua produção, e os participantes na elaboração dos textos que instauram o Novo Ensino Médio, para compreender a que realmente se destina, afinal este estudo entende a escola como um lugar de resistência, cabe a quem se dedica realmente à educação, compreender os mecanismos que tentam influenciar nela. Não se pode observar a mercantilização da educação passivamente, é preciso conhecimento para construir uma resistência sólida.

com a realidade, e também a adesão à essas revoltas nem sempre representa parcela significativa das classes trabalhadoras.

⁷ Denominam-se pedagogias contra-hegemônicas aquelas orientações que não apenas não conseguiram se tornar dominantes, mas que buscam intencional e sistematicamente colocar a educação a serviço das forças que lutam para transformar a ordem vigente visando a instaurar uma nova forma de sociedade. Situam-se nesse âmbito as pedagogias socialista, libertária, comunista, libertadora, histórico-crítica. (Verbete elaborado por Demerval Saviani- Glossário Unicamp). Disponível em: <https://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/glossario/concepcoes-pedagogicas-contra-hegemonica#:~:text=Denominam%2Dse%20pedagogias%20contra%2Dhegem%C3%B4nicas.uma%20nova%20forma%20de%20sociedade>. Acesso em: 19 de abril de 2023.

1.3. A autora

“Meu estado de espírito sintetiza esses dois sentimentos e os supera: sou pessimista com a inteligência mas um otimista com a vontade” (GRAMSCI, 2005, p. 382)⁸

Ao ingressar no Programa de Mestrado ProfePT, estava trabalhando em uma escola estadual, na qual vivenciávamos a adaptação ao Novo Ensino Médio. Quando iniciamos o ano letivo de 2022, durante as formações e reuniões de distribuição de carga horária, havia muita incerteza entre os professores daquela escola, devido à mudança na oferta dos componentes curriculares.

Minha formação é em Letras - Língua Portuguesa, portanto a carga horária da disciplina a qual eu ministrava aulas não sofreu alteração, contudo essa realidade era diferente entre os colegas, havia um clima de dúvidas e temor no corpo docente. Além dessa incerteza causada nos trabalhadores, conforme íamos recebendo as informações, ficávamos com a impressão de que muito se perderia na educação daqueles jovens, pela redução da carga horária de muitas disciplinas.

Quanto aos itinerários formativos, seriam ofertados em diferentes escolas, essa informação me causou um desconforto muito grande, uma vez que, nos vídeos que vinham sendo apresentados nas formações, já há alguns meses, vendiam-nos a ideia de que os estudantes teriam autonomia na escolha de uma área. Mas quem conhece a realidade da população mais vulnerável sabe muito bem que o aluno vai estudar na escola na qual tenha menos dificuldades para chegar.

Sendo assim, não seria uma escolha por afinidade com determinada área do conhecimento, e sim uma imposição por questões financeiras, as injustiças que essa reforma pareceu trazer para a população mais carente foi o principal motivo que me incitou a fazer essa pesquisa.

Como já mencionado, minha formação é em Letras - Português e Literatura, o que justifica minha escolha metodológica pela análise de Discurso, bastante discutida nas aulas de Linguística da UFSM, onde me formei.

Quanto ao tema das políticas públicas, sempre foi um assunto que me chamou atenção, sempre acompanhei de maneira bastante crítica o cenário da

⁸ Esse aforismo é atribuído a Romain Rolland, mas se popularizou também por Gramsci que o usou pela primeira vez em um discurso em 1920 no jornal *L'Ordine Nuovo*, na epígrafe foi usado o trecho da carta de Gramsci ao irmão em 1929).

política brasileira. Nesse trabalho, tive a oportunidade de unir várias paixões, a linguística, a educação e a política, com uma esperança utópica de contribuir para fomentar o debate sobre a necessidade de uma educação omnilateral, unindo minha voz à de tantos outros pesquisadores brasileiros que vêm trabalhando nesse sentido.

Por mais que a razão possa nos levar ao pessimismo, manteremos o otimismo da vontade, parafraseando a epígrafe escolhida para essa seção. Porém, no mesmo sentido com que Apple (2015, p.611) alertou, embora esse ditado tenha poderosa ressonância e grande utilidade para mobilização e para manter-nos esperançosos, não se pode substituir as análises completas por “slogans retóricos”, pois só por meio dessas análises se pode almejar conseguir algum sucesso.

2. ESTADO DO CONHECIMENTO

A fim de aprofundar o conhecimento sobre as pesquisas que foram feitas nos últimos anos sobre a Reforma do Ensino Médio e suas implicações para a sociedade brasileira, foi feita uma revisão bibliográfica na biblioteca virtual com repositório de trabalhos acadêmicos da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de pessoal de nível Superior).

Para tal pesquisa, delimitou-se à procura em teses e dissertações, também foi realizado o recorte temporal a partir de 2018. Foram selecionadas 3 das palavras-chave usadas na presente dissertação, a saber: Reforma do Ensino Médio- BNCC- Neoliberalismo.

A escolha por essas 3 expressões ocorreu pois essa reforma do EM e a imposição de uma BNCC foram feitas como formas de defesa da ideologia neoliberal. Sendo assim, para que outro trabalho se aproxime dos entendimentos alcançados, esses três elementos precisam estar entrelaçados.

Inicialmente, um número muito grande de trabalhos foi encontrado, entretanto grande parte deles discorria sobre a situação de um componente curricular específico após a Reforma, todos esses trabalhos foram descartados, já que esta pesquisa é uma análise mais ampla, embora também haja a problematização das reduções de oferta de determinadas disciplinas. Entretanto, esse não é o foco principal desta dissertação.

Também foram descartados trabalhos que se propuseram a analisar realidades específicas de determinada região do país, excetuando-se o trabalho sete

(07), que trata do contexto do Rio Grande do Sul, é interessante analisar ao menos 1 trabalho que se dispusesse a tratar o assunto a partir do mesmo Estado Federativo de onde observo os acontecimentos. Foram descartados também trabalhos que tratam sobre a formação docente pós-reforma. Para apresentar os trabalhos analisados, foi elaborado o quadro 01:

**SISTEMATIZAÇÃO DA PESQUISA EM DISSERTAÇÕES E TESES DA CAPES –
descritores Reforma do Ensino Médio - BNCC- Neoliberalismo- Período: 2018 a
2022**

Nº	TÍTULO	AUTOR(A)	ANO	Universidade/Instituto Federal	Tese/Dissertação	
				Universidade	Tese	Dissertação
1	REFORMA DO ENSINO MÉDIO: ASPECTOS PEDAGÓGICOS, FORMATIVOS, LEGAIS E PERSPECTIVAS	JOSE ROMERO MACHADO GONTIJO	2018	UNIVERSIDADE DE UBERABA		X
2	O DISCURSO SOBRE A REFORMA DO ENSINO MÉDIO: UMA ANÁLISE DA DIVULGAÇÃO GOVERNAMENTAL	ALINE REINHARDT DA SILVEIRA	2018	UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PELOTAS		X
3	REFORMA DO ENSINO MÉDIO: DO DISCURSO DO “CURRÍCULO ATRATIVO AOS JOVENS” AOS INTERESSES DO CAPITAL EM CRISE	LUCIANE CRISTINE DOS SANTOS ARAÚJO	2019	UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS		X
4	O ANTIGO DISCURSO DO NOVO ENSINO MÉDIO NA TELA: MEMÓRIA E SILENCIAMENTO	LAVOISIER ALMEIDA DOS SANTOS	2020	UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS	X	
5	A REFORMA DO ENSINO MÉDIO, ESTUDO CRÍTICO DA LEI Nº 13.415/2018	JANIARA DE LIMA MEDEIROS	2020	UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE	X	
6	A REFORMA DO ENSINO MÉDIO NO BRASIL: UMA CONTRARREFORMA TRABALHISTA PARA O TRABALHO DOCENTE	VERA LUCIA DA COSTA NEPOMUCENO	2022	UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	X	
7	REFORMA DO NOVO ENSINO MÉDIO: PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS NA OFERTA DA EDUCAÇÃO TÉCNICA E PROFISSIONAL	MARCOS LUIZ DE FRANCA	2022	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE		X
8	NEOLIBERALISMO E FLEXIBILIZAÇÃO DO ENSINO MÉDIO NO BRASIL: A MERCADORIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO NA LEI 13.415/2017	JOÃO FERREIRA DE ARAUJO JUNIOR	2020	UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS	X	

O trabalho de José Romero Machado Gontijo aborda a Reforma do Ensino Médio e a implantação da nova BNCC como estratégias para “salvar” o Ensino

Médio, o estudo faz uma análise da estrutura e funcionamento do Ensino Médio, a partir da nova BNCC, o autor trata também da diluição das disciplinas de sociologia e filosofia em outras disciplinas da área. Gontijo também reflete sobre os itinerários formativos e as problemáticas de suas ofertas e a valorização da formação técnica em detrimento da intelectual e cidadã. Em seu trabalho, o autor conclui que o abismo entre a educação dos ricos e dos pobres será ainda mais aprofundado, ele defende transformações no Ensino Médio profundas e estruturais, mas primando por uma educação de qualidade e por profissionais de educação valorizados e escolas com mais recursos, caso contrário, a Reforma limita a formação global dos jovens brasileiros.

A dissertação de Aline Reinhardt da Silveira integra essa lista pois usa da análise de discurso como metodologia para compreender como o governo fez para “vender” a imagem de que o Novo Ensino Médio seria uma salvação para os problemas da educação brasileira, embora não seja a mesma análise que eu utilizo na minha dissertação, parte do mesmo pressuposto de tornar o discurso palatável e até desejável para o público em geral, a autora concluiu com suas análises que “foi possível chegar a formular a noção de câmara de eco, bem como entender o funcionamento desse discurso enquanto propaganda e, por conseguinte, constituir-se como uma língua de vento. Tal metáfora, em AD, descreve o uso da linguagem para a circulação de mensagens que sirvam à propaganda de Estado, constituídas pelo apelo emocional e caracterizadas pela efemeridade das informações que veiculam – quando assim o fazem.” (SILVEIRA, 2018, p.8)

Luciane Cristiane dos Santos Araújo analisa o discurso da proposta de reformulação de EM, e a exposição de motivos do então Ministro do MEC José Mendonça, no qual advogam a ideia de tornar o currículo atrativo para os jovens e de acordo com as demandas para “um desenvolvimento sustentável”. A autora também utiliza os preceitos da Análise de Discurso da escola francesa para desvendar esses discursos que se propôs a analisar, observando o escrito/dito e o silenciado a fim de entender o real interesse da reforma e as possíveis implicações desse discurso na formação escolar. A autora concluiu que o discurso da reforma serve aos interesses de Mercado, “inscrito na Formação Ideológica do Capital em crise estrutural.” Nas palavras dela “O referido modelo de Ensino Médio atende às exigências do Banco Mundial e do empresariado do ensino, impondo, com a entrada dos itinerários formativos e do ensino técnico, um currículo atrelado às demandas

imediatas e locais do mercado, desvelando a perspectiva extremamente pragmática e utilitarista, pautada em resultados para o mercado.” (ARAÚJO, 2019, p.6). As conclusões a que ela chegou são muito semelhantes ao que foi observado na minha pesquisa, entretanto meu objeto de pesquisa inclui também a BNCC e aprofunda na questão dos interesses empresariais.

A tese de Lavoisier Almeida dos Santos também utiliza a análise de discurso como base metodológica, em seu trabalho analisou os discursos publicitários elaborados pelo governo para apresentar a Reforma do Ensino Médio à população, o autor parte da tese de que o discurso que se apresenta como novo, na verdade já nasce antigo uma vez que é a replicação do discurso dualista que endossa o projeto de manutenção do status quo que mantém as massas silenciadas diante dos privilégios da classe burguesa. Embora tenhamos uma visão convergente, meu objeto de estudo é diferente daquele usado por Santos.

Em sua tese, Janiara de Lima Medeiros analisou os possíveis impactos da Reforma do EM na educação e na sociedade brasileira, concluindo que há, nessa nova lei, o reforço do pragmatismo educacional e da formação para o empreendedorismo, a partir do pensamento gramsciano desmascara o tecnicismo trazido na reforma. A autora identificou a centralidade da categoria Trabalho abordado sob a égide do Capitalismo, com acentuada desumanização dos indivíduos. Uma reforma a serviço do capital estrangeiro distante do ideal emancipatório da educação. A autora fez um apanhado histórico do período 1996 até 2017, período que permitiu o surgimento da pedagogia pautada nas “competências e habilidades” com intuito de analisar a estruturação da BNCC, que se apresenta tecnicista e reforçada pelo pragmatismo, essa base nega a autonomia da práxis e contribui para a disciplinarização intelectual por meio dos itinerários formativos.

Medeiros conclui a importância de problematizar o discurso do empreendedorismo que transfere as responsabilidades da qualidade em educação para o sistema e o indivíduo, retirando do Estado a responsabilidade para com o estabelecimento do direito público subjetivo, assim como nega a capacidade do Estado em promover reformas necessárias em benefício da sociedade. Nossos objetos de estudo se diferenciam, em especial, pelo recorte temporal, uma vez que ela analisa a Reforma até 2017, ano de sua aprovação na câmara, em meu trabalho, além desse recorte, trabalho com o contexto de sua atuação.

Vera Lúcia da Costa Nepomuceno tem, como objeto central de sua dissertação, o processo de modificações do trabalho docente nas escolas públicas estaduais, a partir da implementação da reforma do ensino médio em curso no Brasil. A autora analisa como os novos documentos permitiram o processo de expropriação de direitos dos docentes nas escolas públicas estaduais brasileiras. Através da análise documental e pesquisa em sites oficiais das secretarias de educação, a autora procurou compreender a relação entre educação e trabalho nas políticas públicas, correlacionando as modificações propostas pela reforma do ensino médio, a autora conclui que as modificações trazidas para a classe trabalhadora em educação configuram uma verdadeira “contrarreforma trabalhista”.

O recorte temporal de Nepomuceno é desde 1996, ano da promulgação da LDB (Lei de Diretrizes e Bases) até 2022, ano da implementação do novo EM para o primeiro ano dessa etapa de ensino. Nepomuceno sinaliza o fortalecimento, especialmente a partir de 2016, da articulação da classe burguesa em defesa de seus interesses no campo político, iniciadas pela Reforma da educação e continuadas nas demais políticas reformistas do período. A classe docente sofreu, conforme as conclusões da autora, um processo de transformações nas condições de realização de seu trabalho que vem instituindo novas formas de expropriação de direitos dos docentes das escolas públicas estaduais, e “assim constituindo um contingente de professores(as) flexíveis, sobrantes e polivalentes, condição que vem intensificando a precarização e a desprofissionalização deste trabalho” (NEPOMUCENO, 2022, p. 8)

A dissertação de Marco Luiz de Franca integra este capítulo por discorrer sobre o contexto do Rio Grande do Sul, mesmo lugar de onde analiso os fatos, esse autor buscou a visão dos docentes e estudantes secundaristas que estão vivenciando as transformações trazidas pela reforma, o autor problematiza também o tema das parcerias público-privadas na oferta da educação técnica e profissional entre 2018 e 2020. Segundo suas conclusões a aproximação da SEDUC-RS (Secretaria de educação do Rio Grande do Sul) com os setores privados de RH (Recursos Humanos) tem distanciado a educação de seu sentido integral e aproximado, cada vez mais, do fornecimento de mão-de-obra para os setores privados, a educação secundarista em serviço do capital, também é problematizada a questão de que essas empresas não recebem a fiscalização direta da Seduc-RS.

A tese de João Ferreira Araújo Júnior busca compreender a Reforma do Ensino Médio, também a partir da perspectiva do contexto histórico. O autor buscou, por meio de análise documental, no texto e nos preâmbulos da legislação, os ideais orientadores e as características que aproximam esses textos legais do viés das fundamentações neoliberais, com ênfase nas tendências privatistas do e no Ensino Médio público. A tese apresenta a conclusão de que a lei 13.415/2017 integra os interesses das classe dominante, que protagonizou o golpe de Estado de 2016. Segundo o autor, a reforma promove a mercadorização do Ensino Médio “pressupondo uma subjetividade empreendedora alinhada à liberdade mercadológica e de fundamentação neoliberal”.

Os conhecimentos trazidos neste capítulo foram considerados no decorrer da pesquisa. Cabe ressaltar que o referencial teórico das dissertações e teses aqui apresentadas se assemelha ao aporte que foi utilizado como base para o desenvolvimento deste trabalho.

3. REFERENCIAL TEÓRICO

“O objetivo central dos que lutam contra a sociedade mercantil, a alienação e a intolerância é a emancipação humana. A educação, que poderia ser uma alavanca essencial para a mudança, tornou-se instrumento daqueles estigmas da sociedade capitalista” (Prefácio de A Educação para além do Capital de Istvan Mészáros por Emir Sader, 2005, p.15)

Ao entrar no programa de Mestrado do Instituto Federal, optei por fazer meu projeto de pesquisa a partir da Reforma do Ensino Médio, expressa na Lei 13.415 de 16.2.2017, que alterou fortemente a Lei de Diretrizes e Bases da educação brasileira. Naquele momento, estava vivenciando as mudanças curriculares na escola estadual na qual lecionava, e já me sentia muito incomodada com a nova grade curricular, as novas disciplinas impostas e a falta de conhecimento e de infraestrutura que os colegas encontravam quando eram designados para ministrar suas aulas dos novos componentes curriculares.

Esses professores eram reenquadrados por questões de mudança na oferta das disciplinas para as quais eles eram formados e acabavam sendo colocados, sem formação prévia, para ministrar aulas como Projeto de Vida, Mundo do Trabalho

e Cultura e Tecnologias Digitais (essa última sem que houvesse, em sala de aula, sequer acesso à internet). A carga horária era distribuída no início do ano letivo, havia falta de alguns professores, principalmente de Português e Matemática, e sobravam horas-aula para os professores das disciplinas com carga reduzida ou retirada. Como já é de costume, esse problema de adequação do corpo docente só é resolvido depois de iniciadas as aulas.

Porém, no caso específico desses novos componentes curriculares, chama a atenção que os professores, a eles designados, não pudessem se preparar minimamente, pois a designação fora feita com o ano letivo em andamento. Esse problema de falta de docentes na rede estadual no início do ano não é novidade, a escassez de concursos públicos e o conseqüente excesso de contratos temporários das últimas gestões no governo do estado do Rio Grande do Sul trazem essa instabilidade para a nossa Educação. Um descaso para com a categoria e para com os estudantes, mas em 2022 a situação foi agravada pela mudança na oferta das disciplinas.

Como essa pesquisa aborda também o mundo do Trabalho, é importante salientar aqui o trabalho do professor e a crescente mercantilização da função, as administrações, mesmo de caráter público, vêm se preocupando com redução de gastos. O exercício da docência entra na categoria do trabalho imaterial⁹, isso não impede, porém, que o Sistema consiga extrair mais-valia deste profissional.

Há um crescente discurso de corte de gastos que acaba incidindo na remuneração e na carreira dos professores e fomentando o discurso privatista, tão caro aos neoliberais. Hypolito já chamava atenção para esse fato em 2004, antes dessa Reforma, que abre caminho para novas terceirizações e até incentiva as parcerias público-privadas, como será mostrado no decorrer da pesquisa

A educação e outros serviços públicos, como saúde e transportes, são um alvo privilegiado para o mercado. Mas essa expansão não se refere apenas à transformação de serviços em mercadorias; se refere também às formas de administração e de mercantilização dos serviços. Isso significa que passa a ser importante transferir serviços para o setor privado, indiretamente – como o aumento da oferta de matrículas escolares por instituições privadas (ensino superior) –, assim como, de forma mais direta, pela terceirização de serviços complementares – limpeza, setores administrativos – e de serviços cruciais, como aquisição de materiais e

⁹ Essa expressão foi usada no sentido dado por Hardt e Negri (2010) que define que trabalho imaterial é aquele que cria produtos imateriais, que são intangíveis, como conhecimento, informação e relações afetivas, por exemplo, porém o que caracteriza a dimensão imaterial não é o produto, mas o trabalho desenvolvido no processo produtivo.

métodos de ensino e até mesmo ofertas mistas (público/privadas), como se pode ver em alguns casos da Educação a Distância (HYPOLITO, 2011, p. 4).

Segundo dados do próprio governo estadual do RS, quando apresentou a proposta de Reforma do Magistério em 2019, havia cerca de 60 mil professores trabalhando na rede, desses, 40 mil eram concursados e 20 mil eram contratados¹⁰. O último concurso da rede, quando apresentada a proposta de Reforma do Magistério, havia sido no ano de 2013.

Essa lógica mercantil da educação é comprovada por Macedo e Cabral Neto, 2013, (p.168) “A contratação de professores temporários é uma estratégia governamental para a redução dos gastos públicos com a contratação de professores estatutários. É menos oneroso para os governantes contratar um professor por um determinado período”.

Como minha formação é em Língua Portuguesa e esse componente não havia sofrido alteração de oferta, apenas observava as reclamações dos colegas e me consternava com eles. Também me surpreendia com as discussões nas reuniões pedagógicas que fazíamos, uma vez que a própria gestão da escola estava confusa com tais mudanças. Foi um período bastante angustiante, havia a sensação de que muito estava se perdendo na educação dos alunos, dessa inquietação surgiu o desejo por entender melhor o tema, o que reforçou a escolha por compreender melhor essa Reforma.

Para iniciar a pesquisa, buscaram-se os marcos legais que embasam a Reforma do Ensino Médio, dentre os quais destacam-se a Portaria 733 de 16 de Setembro de 2021, que institui o programa dos itinerários formativos; Portaria 521 de 13 de Julho de 2021; lei nº 13.415 de 16 de fevereiro de 2017, que estabelece mudanças na Lei de diretrizes e Bases; a Resolução CNE/CEB n. 03/2018 que muda as diretrizes curriculares do Ensino Médio; Resolução CNE/CP nº 01/2021, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica. Além desses documentos legais, foram pesquisadas diversas outras leis, resoluções, MPs e contratos públicos para compreender melhor a que se destinava tal Reforma.

¹⁰ Esses dados podem ser encontrados no Mapa estratégico do governo estadual do RS no site: <https://www.estado.rs.gov.br/upload/arquivos/magisterio-gov-1501.pdf>.

No ano de 2017, o governo federal investiu fortemente em publicidades para vender a ideia de que o Novo Ensino Médio resolveria os “problemas” da educação brasileira. Com o discurso de que traria aos jovens maior protagonismo, diminuiria os índices de evasão e permitiria uma educação para o mundo do trabalho mais eficaz.

A formação técnica e profissional para o trabalho é uma das teses defendidas com a proposta. Para problematizar esses argumentos, analisou-se como são tratadas essas categorias na Reforma, por meio da metodologia a qual me propus, partindo dos preceitos da Análise de Discurso -AD da escola francesa- como referencial teórico-metodológico. O enfoque principal partiu do filósofo Michel Pêcheux e da linguista Eni Puccinelli Orlandi, essa metodologia permite desmascarar as intencionalidades por trás dos discursos políticos dessa Reforma, uma vez que, conforme Orlandi (2005):

Michel Pêcheux [...] é o fundador da Escola Francesa de Análise de Discurso que teoriza como a linguagem é materializada na ideologia e como esta se manifesta na linguagem. Concebe o discurso como um lugar particular em que essa relação ocorre e, pela análise do funcionamento discursivo, ele objetiva explicitar os mecanismos de determinação histórica dos processos de significação. Estabelece como central a relação entre simbólico e político (ORLANDI, 2005, p. 10)

A metodologia escolhida apoia-se em uma base teórica muito importante para o desenvolvimento dessa pesquisa, mas encontra-se melhor detalhada no capítulo específico intitulado de Metodologia.

Como esse trabalho parte da análise de textos legais, a Constituição brasileira, considerada cidadã, foi usada como pressuposto legal para embasar as ideias defendidas, bem como deveria ser sempre considerada base para a elaboração de qualquer legislação brasileira. Entretanto, olhando o exemplo da EC-95 (Emenda Constitucional - 95, que impõe teto de gastos públicos), sancionada em 15 de Dezembro de 2016, observamos que a garantia de direitos básicos, pela visão parlamentar pós-golpe, vai depender de um teto de gastos, ou seja, tal garantia deixa de ser obrigação e dependerá da Economia e das variações do Mercado¹¹.

¹¹ Com a mudança de governo a partir de 01 de Janeiro de 2023, a EC-95, regime de teto de gastos foi substituída pelo Arcabouço Fiscal (PLP-93 de 2023). Como o Novo Arcabouço Fiscal os gastos em saúde e educação deixam de ser “congelados” e voltaram a ser constitucionalmente vinculadas à (respectivamente 15% e 18% da) receita orçamentária. Cabe ressaltar que a proposta inicial não foi

A Constituição Federal, em seu artigo 205, que trata da educação, afirma que

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988).

A Educação Básica oferecida aos jovens deve, portanto, não desvincular a qualificação para o trabalho do pleno desenvolvimento da pessoa humana, sendo assim, o preparo para o trabalho deve ser num sentido ontológico. Dentro da perspectiva de que educação para o trabalho deve ter uma visão integral de formação, partimos dos conceitos da categoria trabalho a partir dos escritos de filósofos marxistas uma vez que a ideia de trabalho em um sentido ontológico tem seu precursor em Marx:

Antes, o trabalho é um processo entre o homem e a natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a Natureza. Ele mesmo se defronta com a matéria natural como uma força natural. Ele põe em movimento as forças naturais pertencentes à sua corporeidade, braços, pernas, cabeça e mãos, a fim de se apropriar da matéria natural numa forma útil à própria vida. Ao atuar, por meio desse movimento, sobre a natureza externa a ele e ao modificá-la, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza. (MARX, 1983, p.149)

Diferente dos demais animais, os seres humanos não se adaptam ao ambiente em que habitam, os humanos criam e recriam condições para sua sobrevivência através de seu trabalho, por isso o trabalho é intrínseco ao homem. Essa dimensão, conforme Frigotto (2009, s/p¹²), “permite superar o senso comum e a ideologia que reduzem o trabalho humano à forma histórica que assume sob as relações sociais de produção capitalistas (compra e venda de força de trabalho, trabalho assalariado, trabalho alienado)”.

A alienação também é um conceito marxista que consiste justamente em desagregar o trabalhador do produto final de seu trabalho. Nas indústrias, por exemplo, cada pessoa executa uma parte da tarefa. Dessa forma, o trabalhador não consegue se ver traduzido naquele objeto final produzido, o que permite que o valor agregado ao produto seja alheio ao seu trabalho.

aprovada, houve muitas negociações e a “mão-invisível” do Mercado influenciou na redação final do PLP-93. Entretanto, essa pesquisa versa sobre o período de elaboração e implementação da reforma de ensino Médio, sendo assim, o cenário atual não será o foco da escrita.

¹² Artigo disponível em: <http://www.sites.epsjv.fiocruz.br/dicionario/verbetes/tra.html>, Acesso em 10 de fevereiro de 2023.

Superar essas formas capitalistas que fomentam a exploração é uma necessidade nos escritos marxistas, enquanto que deturpar essa ideia de sentido ontológico do trabalho é uma tendência das sociedades capitalistas, com intuito de extrair do trabalhador mais lucros, através de subempregos com salários baixos, como vemos no excerto abaixo:

[...] a sociedade capitalista o transforma em trabalho assalariado, alienado, fetichizado. O que era uma finalidade central do ser social converte-se em meio de subsistência. A “força de trabalho” (conceito chave em Marx) torna-se uma mercadoria, ainda que especial, cuja finalidade é criar novas mercadorias e valorizar o capital. Converte-se em meio e não primeira necessidade de realização humana. (FRIGOTTO, CIAVATTA, RAMOS 2009, p. 8).

Ricardo Antunes é um teórico que problematiza sobre como procede a sociedade capitalista atual na exploração da mão-de-obra daqueles que o autor chama de classe-que-vive-do-trabalho. Cabe ressaltar essa ampliação do conceito da classe trabalhadora da época dos escritos de Marx, para classe-que-vive-do-trabalho, abaixo a explicação dessa terminologia mais abrangente:

Uma noção ampliada de classe trabalhadora inclui, então, todos aqueles e aquelas que vendem sua força de trabalho em troca de salário, incorporando, além do proletariado industrial, dos assalariados do setor de serviços, também o proletariado rural, que vende sua força de trabalho para o capital. Essa noção incorpora o proletariado precarizado, o subproletariado moderno, part time, o novo proletariado dos McDonald's, os trabalhadores hifenizados de que falou Beynon, os trabalhadores terceirizados e precarizados das empresas liofilizadas de que falou Juan José Castillo, os trabalhadores assalariados da chamada “economia informal” que muitas vezes são indiretamente subordinados ao capital, além dos trabalhadores desempregados, expulsos do processo produtivo e do mercado de trabalho pela reestruturação do capital e que hipertrofiaram o exército industrial de reserva, na fase de expansão do desemprego estrutural. A classe trabalhadora hoje exclui, naturalmente, os gestores do capital, seus altos funcionários, que detêm papel de controle no processo de trabalho, de valorização e reprodução do capital no interior das empresas e que recebem rendimentos elevados (Bernardo, 2009) ou ainda aqueles que, de posse de um capital acumulado, vivem da especulação e dos juros. Exclui também, em nosso entendimento, os pequenos empresários, a pequena burguesia urbana e rural proprietária. (ANTUNES, 2002, p.103-104)

Antunes, em outros escritos, teoriza também sobre as novas formas de exploração que a informatização criou, facilitadas pelas “novas” flexibilizações trabalhistas, que transformaram os trabalhadores em colaboradores, com muitas

responsabilidades e metas e cada vez menos direitos trabalhistas. A tendência de não contratar uma pessoa física e sim uma pessoa jurídica, segundo esse autor, o jovem que no futuro tiver sorte, vai ter o “privilégio da servidão”:

Assim, de um lado deve existir a disponibilidade perpétua para o labor, facilitada pela expansão do trabalho on-line e dos "aplicativos", que tornam invisíveis as grandes corporações globais que comandam o mundo financeiro e dos negócios. De outro, expande-se a praga da precariedade total, que surrupia ainda mais os direitos vigentes. Se essa lógica não for radicalmente confrontada e obstada, os novos proletários dos serviços se encontrarão entre uma realidade triste e outra trágica: oscilarão entre o desemprego completo e, na melhor das hipóteses, a disponibilidade para tentar obter o privilégio da servidão (ANTUNES, 2018, p.34)

Ao abordar questões relacionadas à precarização do trabalho, à flexibilização das relações de emprego, à emergência de formas atípicas de trabalho, como o trabalho intermitente e a uberização, entre outros temas, Antunes examina como as transformações tecnológicas e econômicas impactam as condições e as relações de trabalho. Essas análises são importantes para compreendermos o real interesse que certos segmentos envolvidos nas políticas educacionais trazem por trás dos seus discursos.

Tais discursos tendem a ser mais palatáveis que as reais intenções que embasam seus pontos de vista. Principalmente quando afirmam que buscam um jovem capaz de se adaptar a um mundo do trabalho cada vez mais volátil. Entretanto, uma nova legislação educacional sem a preocupação com uma formação integral, parece traduzir esse jovem adaptável em um jovem com uma postura resignada frente à futura precarização laboral e salarial a que está destinado.

Ao refletir sobre esse nebuloso futuro/presente que nos mostra Antunes, percebemos como a educação precisa, na visão do capital, ser moldada para cumprir com a função de criar esse novo perfil “empreendedor” da classe-que-vive-do-trabalho. Classe essa que vem sendo, diariamente, condicionada a se enxergar como “empreendedora”, distanciando-se, portanto, de uma consciência crítica de classe, essa falta de consciência enfraquece a união e o poder de resistência, fazendo com que o estado hegemônico se fortaleça.

Superar essa visão capitalista e promover aos jovens uma educação integral, capaz de promover as possibilidades de emancipação, deveria ser o foco das políticas educacionais, se elas estivessem em favor do exercício pleno da cidadania.

O conceito de educação emancipadora é o princípio com o qual essa pesquisa foi elaborada, pois acredita-se que deveria ser o ideal de todo o profissional de educação.

Muitos autores defendem essa ideia de uma educação emancipatória ao relacionar educação e mundo do trabalho, muitos deles serão visitados no decorrer da pesquisa, destaco alguns: Eliezer Pacheco, Mário Alighiero Manacorda, Demerval Saviani, Ricardo Antunes, Acácia Zeneida Kuenzer, Celso Tumolo, Maria Ciavatta, Gaudêncio Frigotto e Marise Nogueira Ramos, desses três últimos autores destaca-se abaixo um trecho do texto “O trabalho como princípio educativo”, no qual temos uma excelente definição para a educação emancipatória:

Um processo educativo emancipatório será aquele que permita ao jovem e ao adulto compreenderem, partindo da leitura crítica das condições e relações de produção de sua existência, a dimensão ontocriativa do trabalho. Trata-se de entender que, diferente do animal que vem regulado e programado por sua natureza – e por isso não projeta sua existência, não a modifica, mas se adapta e responde instintivamente ao meio –, os seres humanos criam e recriam, pela ação consciente do trabalho, pela cultura e pela linguagem, a sua própria existência. (CIAVATTA, FRIGOTTO, RAMOS. 2005 s/p)

Um dos pontos defendidos na justificativa oficial do senador Pedro Chaves, relator do projeto de lei da Reforma do Ensino Médio, oriunda da MP 746, é a necessidade de preparação dos jovens para o crescimento sustentável do país “A mudança do ensino médio precisa começar o mais rápido possível, pois é a partir dela que esboçaremos novos padrões para a plena realização dos potenciais de nossa juventude, fenômeno essencial para o desenvolvimento sustentável do país [...]” (Brasil, Senado Federal, Parecer 95/2016a, p.10).¹³ Nesse ponto, percebemos a importância que a preparação para o mundo do trabalho era dada na formulação dessa Reforma.

A preparação para o mundo do trabalho é um dos objetivos do Ensino Médio, legalmente consolidado, como se vê no artigo 205 da Constituição de 1988, anteriormente citado neste capítulo, não seria nenhum problema abordar tal assunto na legislação educacional. Entretanto, o que se observa nos textos é que o sentido dado ao trabalho não está consoante com aquele que os autores da citação acima

¹³Disponível em:

<https://observatorioensinomedio.ufpr.br/wp-content/uploads/2014/05/Relat%C3%B3rio-CMMPV-APROVADO-EM-30-11-16.pdf> Acesso em 15/01/2024

defendem, a educação emancipatória, não se observa a preocupação na formação de um jovem educado dentro de uma visão crítica de mundo.

Ao contrário do ideal de educação emancipatória, o que se nota da reforma é uma visão reducionista da educação, que fica evidente ao observarmos certos pontos da reforma, (que serão aprofundados pela pesquisa nos próximos capítulos) mas para fins de exemplificação, cabe lembrar da retirada, na MP inicial, da obrigatoriedade de certos componentes curriculares, que posteriormente foi corrigida. Cabe ressaltar, porém, que a “simples”¹⁴ mudança de nomenclaturas dada no texto para a ofertas das disciplinas de Arte, Educação Física, Sociologia e Filosofia, que deixaram de ter oferta como componentes curriculares obrigatórios e passaram a figurar com a obrigatoriedade na forma de “Estudos e Práticas”.

Desta forma, os estudos desses autores mais atuais, que também produzem a partir de uma perspectiva marxista para a educação, ajudam na compreensão do potencial reducionista que essa Reforma representa. Diminuir a qualidade da educação poderá trazer consequências devastadoras para a sociedade, uma vez que pode tornar as futuras gerações ainda mais toleráveis às explorações, menos críticas. Mas certamente uma população que aceita a exploração sem revolta é bastante interessante para a camada que deseja manter seus privilégios sem revoltas.

Gaudêncio Frigotto, em entrevista ao Instituto Humanitas da Unisinos, ao responder ao seguinte questionamento: “o ensino médio precisava de uma “reforma”? Se não, por que, e, se sim, de que ordem?”, respondeu que Certamente não necessitaria de uma Reforma, uma vez que:

“O Decreto 5154/04 restabeleceu a possibilidade da integração da educação técnica e profissional à educação básica, buscando mobilizar a sociedade e o sistema educacional para superação da dualidade estrutural na educação brasileira. O foco deste decreto é buscar a superação da dualidade estrutural mediante a integração da educação técnica e profissional à educação básica. Daí a defesa do ensino médio integrado como uma travessia para uma educação que envolva todas as dimensões do ser humano.” (FRIGOTTO, 2022, s/p)

O autor continua sua a resposta com uma análise sobre os itinerários formativos ofertados pela reforma:

¹⁴ A palavra “simples” está entre aspas pois foi usada no sentido irônico, já que nesse campo de produção de textos legais, nada costuma ser desinteressado.

“Os cinco itinerários, se vingarem, anulam a integração e essa formação será um “castelo em cima de areia”, sobretudo para os que forem induzidos ao itinerário da formação profissional. Por isso que na verdade é uma contrarreforma que, no seu conjunto, oferece aos jovens, em termos de conhecimentos básicos para a vida e para o trabalho, “um pastel de vento”.¹⁵

O modelo de educação integrada citado por Frigotto é o ideal com o qual os Institutos Federais de Educação vem trabalhando desde 2008. Um modelo já desenhado nesse país e consolidado, mas que atinge uma pequena proporção dos jovens brasileiros.

O decreto 5.154 regulamentou a educação profissional técnica de nível médio no Brasil lá em 2004, ou seja, já haviam sido estabelecidas formas de articulação entre formação básica e formação técnica sem que houvesse a “escolha” obrigatória por uma dessas formações, como o faz essa Reforma.

Tal decreto estabeleceu três modalidades de articulação da educação técnica com o Ensino Médio, a saber: Integrada: quando as matrículas na educação profissional técnica de nível médio e no ensino médio são realizadas de forma única simultaneamente na mesma instituição; concomitante: quando o aluno cursa o ensino médio e a educação profissional técnica de nível médio simultaneamente, mas em instituições diferentes; e subsequente: quando o curso técnico é realizado após a conclusão do ensino médio.

Em nenhuma dessas modalidades, entretanto, há a substituição de um tipo de formação por outro, o que nos permite inferir que fomenta uma educação integral. Enquanto a Reforma do EM ignora a formação integral, já estabelecida em 2004, para focar numa formação que discrimina o tipo de educação à qual o jovem terá acesso. Assim, formar-se-á dois tipos de estudantes: um com a formação clássica; e o outro para suprir as necessidades imediatistas do mercado de trabalho.

Dessa forma, torna-se visível que a educação integral não é preocupação de quem formulou e/ou incentivou a reforma, uma vez que já havia uma legislação para embasar a educação para o trabalho sem perdas para a formação dos estudantes. É necessário, portanto, pressionar o governo para que a educação integral siga o que fora estabelecido no decreto 5.154/2004.

¹⁵ Disponível em:

<https://www.ihu.unisinos.br/categorias/159-entrevistas/616742-reforma-do-ensino-medio-representa-uma-regressao-e-uma-traicao-aos-jovens-e-ao-pais-entrevista-especial-com-gaudencio-frigotto>. acesso em: 15/01/2024

Esse decreto que serviu de base para a criação dos Institutos Federais em 2008 deveria ser replicado como alternativa para os demais jovens, já que os Institutos não são acessíveis a todos os interessados em uma formação técnica, haja vista que para ingressar nessas escolas existe um processo seletivo.

A lista de autores brasileiros que acompanham Gaudêncio Frigotto no meu referencial teórico defendem esse modelo de educação integral com que os Institutos Federais de Educação estão embasados. Este é o mesmo ideal defendido neste trabalho, portanto, são de suma importância para o embasamento da minha pesquisa, além desses autores, muitos pesquisadores que os utilizam como fonte também aparecem no decorrer desta pesquisa..

Outro importante autor da linha marxista bastante influente na escrita do meu trabalho é Lukács, o célebre autor procura explicar a forma como o homem se relaciona com a natureza e a sociedade. Refletindo sobre a alienação, trazida pelo Capitalismo, propõe que esta ocorre quando o homem se distancia de si mesmo e dos objetos que o rodeiam, o que o impede de exercer sua criatividade e realizar o seu trabalho de forma plena e autêntica.

Por meio da ontologia do ser social, Lukács procura compreender como o trabalho humano cria e transforma a realidade, bem como o homem se relaciona com essa realidade e o mundo ao seu redor. Nessa perspectiva, o trabalho é visto como uma forma de autorrealização, liberdade e dignidade. Entretanto, essa relação é impedida por conta da deturpação trazida pela ideologia capitalista.

Para entender em termos ontológicos corretos a reprodução do ser social, é necessário, de um lado, ter em conta que seu fundamento ineliminável é o homem com a sua constituição física, com a sua reprodução biológica; e, de outro, não perder jamais de vista que a reprodução se desenvolve num ambiente cuja base é certamente a natureza, mas que, não obstante, é sempre e cada vez mais modificado pelo trabalho, pela atividade dos homens, da mesma forma a sociedade, na qual se verifica realmente o processo reprodutivo do homem, encontra cada vez menos já “prontas” na natureza as condições da própria reprodução as quais, ao contrário, ela cria mediante a práxis social dos homens. (LUKÁCS, 1981, p. 146-147)

A epígrafe deste capítulo foi retirada do prefácio de A educação para além do Capital, do autor húngaro István Mészáros (que fora discípulo de Lukács), nesse texto, o autor faz uma análise sobre as reformas modernas na educação, mostrando-nos a necessidade de rompimento com a lógica do Capital para um real avanço educacional, uma mudança completa na estrutura educacional. Enquanto

qualquer reforma se proponha a seguir a lógica do Capital, o insucesso será inevitável.

Mészáros em *Para além do Capital Rumo a uma teoria da transição* (editora Boitempo, 2002) traz uma distinção importante entre Capital e Capitalismo, para ele o Capital antecede e sucede o Capitalismo, uma vez que Capitalismo seria uma das formas na qual se realiza o capital. O Capital já existia antes do Capitalismo, para ilustrar a lógica do Capital no pós-capitalismo, o autor nos traz exemplos, como a URSS, que teve a experiência pós-capitalista, mas não rompeu com o domínio do Capital.

O autor defende que o metabolismo social do Capital é estruturado na tríade Capital, Trabalho assalariado e Estado, só seria possível romper com a lógica do Capital eliminando os três polos que o sustentam. Para o autor, é necessário romper com tal lógica, uma vez que não há limites para a expansão do Capital, ou seja, ele é incontrolável e também muito destrutivo, provoca o consumismo, causa desemprego e destruição ambiental.

Por fim, o autor acredita que, para superar a lógica do Capital, é necessário um movimento de massas, já que o Estado seria um dos tripés que sustentam tal lógica. No caso da Reforma do Ensino Médio, a qual essa pesquisa se propôs a analisar, vemos a perpetuação e aprofundamento dessa lógica sendo instaurada pelo próprio Estado.

Mészáros, portanto, analisa como as estruturas sociais, políticas e econômicas impactam na educação e como as escolas podem ser moldadas pelas relações de poder inerentes ao capitalismo, assim sendo, as instituições educacionais acabam funcionando como mecanismo de perpetuação das desigualdades sociais. O autor traz uma forte crítica à tendência de transformação da educação em mercadoria, sujeita às leis de mercado, defende a superação dessa lógica mercantil para a educação. Somente superando essa lógica que a educação poderá contribuir para a superação das desigualdades.

Nas políticas do Brasil pós-golpe, o que pudemos observar é um Estado se propondo a elaborar reformas que beneficiam uma lógica considerada cruel para com a população. As políticas reformistas pós 2016 são todas com o intuito de fortalecer essa lógica que é cruel para a sociedade em geral, mas muito útil para a pequena parcela que detém o capital financeiro do Brasil. É necessário resistir às mudanças, lutar por uma educação capaz de superar essa lógica cruel.

Outro ponto bastante importante que compõe esse Referencial Teórico se trata de leituras que buscam compreender o contexto político que abriu caminho para que leis tão austeras para com a maioria da população, como a Lei do teto de gastos (EC-95) fossem aprovadas. Porém, além do contexto político brasileiro, faz-se necessário analisar os interesses estrangeiros nas políticas nacionais, em especial, o interesse dos Estados Unidos que sempre foi figura recorrente nos golpes antidemocráticos ocorridos na história da América Latina.

O Golpe de 2016 foi o marco para que leis como a EC-95 se concretizassem e para que, na sua sequência, as políticas reformistas, entre elas a Reforma do Ensino Médio, fossem aprovadas. O golpe ocorrido no Brasil não é um fato isolado no mundo, há todo um contexto externo que abriu caminho para esse revés político, as manifestações de Junho de 2013 se assemelham muito a outros fatos políticos no exterior, a saber, Revoluções Coloridas e Primavera Árabe, por exemplo:

Foram definidos como revoluções coloridas uma série de movimentos insurgentes, por vezes contrarrevolucionários, ocorridos após o desmoronamento da URSS. Depois foram deflagradas as “primaveras”, inicialmente pela região norte do continente africano, Tunísia (Revolução de Jasmim, 2011), Líbia e Egito (2011), Marrocos e Argélia, e em países do Oriente Médio como Jordânia, Síria, Omã, Iêmen etc. Movimentos distintos entre si, denominados para caracterizar sua localização, por exemplo, “revoluções coloridas” (exceto Líbano) em países que orbitaram a URSS, realizados na primeira década do século XXI, e as “primaveras árabes”, em países muçulmanos, localizados no Norte da África e no Oriente Médio, na segunda década do século. (LUEDMAN e CORREA, 2023, p.245)

Para mostrar a conexão existente entre as Jornadas de Junho de 2013 com os acontecimentos acima citados, recorreu-se a autores que estudaram o contexto político, histórico e social que permitiu e deu força a tais movimentos. Manuel Castells estudou a importância das redes sociais nesses movimentos. Luiz Alberto Moniz Bandeira, Luiz Fiori, William Nozaki, Atílio Boron e David Harvey também são importantes fontes de informação para compreender a influência norte-americana nos golpes ocorridos no mundo, em especial no nosso país, esses autores analisam a maneira como os Estados Unidos exercem sua influência e os interesses que apresentam nas intervenções que vêm praticando para defender seus interesses próprios.

Nesse sentido, Andrew Korybko também traz importantes reflexões sobre o que o autor chama de Guerra Híbrida, uma nova forma de influência dos Estados Unidos em todos esses movimentos e nos golpes que se seguiram.

Harvey (2007, p.4,5) reflete sobre o papel que os Estados Unidos se outorgou de garantidor das liberdades, o autor teoriza, entre outras intervenções, sobre a invasão ao Iraque que após todas as possíveis razões para invasão do território terem sido descartadas, teve justificativa baseada na ideia de que a liberdade que seria conferida ao Iraque serviria de justificativa por si só. Abaixo o excerto no qual o autor nos demonstra como os EUA foram desenhando esse papel, apoiados no estigma de vítimas dos terríveis atentados de 11 de setembro:

A ideia de liberdade que há muito é parte intrínseca da tradição dos Estados Unidos tem sido em anos recentes uma pálida presença. O 11 de Setembro foi interpretado imediatamente por muitos como um ataque a essa ideia. “Um mundo pacífico de crescente liberdade”, escreveu o presidente Bush, no primeiro aniversário desse dia terrível, “atende aos interesses americanos de longo prazo, reflete os sempiternos ideais americanos e une os aliados da América”. A humanidade, conclui ele, “tem em suas mãos a oportunidade de oferecer o triunfo da liberdade a todos os seus inimigos imemoriais”, e “os Estados Unidos assumem suas responsabilidades de líderes dessa grandiosa missão”. Mais tarde, essa linguagem foi incorporada ao Documento de Estratégia de Defesa Nacional dos Estados Unidos divulgado logo depois disso. “A liberdade é dádiva do Todo-Poderoso a cada homem e mulher desse mundo”, disse mais tarde o presidente, adicionando que “na qualidade de maior potência da terra temos a obrigação de ajudar a propagar a liberdade”. (HARVEY, 2007, p.04)

Esse véu de defensor da liberdade é usado até hoje para justificar a interferência política, e até militar em outros países. A aparente preocupação com a liberdade e o suposto viés democrático são usados numa manipulação da linguagem para tornar as intervenções mais palatáveis, um cuidado para não causar indignação e manter, assim, as massas alienadas e conformadas.

No contexto atual, novas formas de intervenções e golpes vêm sendo aplicados para satisfazer os anseios capitalistas do governo norte-americano, o golpe ocorrido no Brasil em 2016 é um exemplo dessa interferência. Entender a nova estratégia dos EUA para influenciar na política externa é fundamental para compreendermos os caminhos que levaram ao golpe.

A presidente Dilma Rousseff, em março de 2013, era aprovada por 79% da população¹⁶, mas ainda em 2013 as manifestações surgiram numa tentativa de enfraquecer sua popularidade. Entretanto, mesmo com toda a cobertura midiática e os discursos de ódio contra Rousseff, Lula e o Partido dos Trabalhadores, em 2014,

¹⁶Disponível em:

<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2013/03/19/dilma-cni-ibope.htm#:~:text=Dilma%20%C3%A9%20aprovada%20por%2079.%2F03%2F2013%20%2D%20UOL%20Not%C3%ADcias>.

Acesso em 20 de Maio de 2024.

Dilma venceu a eleição, foi um revés para os grupos que mais tarde partiram para o golpe. A atuação dos Meios de Comunicação brasileiros também constitui um ponto crucial para a consolidação do golpe, Lima (2015, p. 109) analisou os discursos midiáticos que manipulavam a população a ligarem o PT à imagem de corrupção:

Nos últimos anos, “mensalão” passou a ser “um esquema de corrupção” e tornou-se “mensalão do PT”, enquanto situações idênticas e anteriores, raramente mencionadas, foram identificadas pela geografia e não pelo partido político (“mensalão mineiro”). Como resultado foi se construindo sistematicamente uma associação generalizada, seletiva e deliberada entre corrupção e os governos Lula e o PT, ou melhor, seus filiados e/ou simpatizantes (LIMA, 2015, p. 109).

Mesmo com todo o esforço em ligar o Partido dos Trabalhadores à corrupção no país, numa tentativa de influenciar no resultado das eleições de 2014, Dilma Rousseff saiu vencedora e os grupos derrotados resolveram investir pesadamente numa nova estratégia, fortalecer a tese de que Rousseff seria incompetente para o cargo, Biroli (2017) chama essa argumentação de “normalização de exceção”, já que a competência e as boas relações entre o parlamento e o poder executivo não são motivos legais que possam justificar um processo de *impeachment*.

Os temas predominantes são a corrupção e a crise econômica. A falta de sustentação e a incapacidade política de Rousseff para manter o apoio no Congresso foram apresentadas como um subtexto do segundo tema; teríamos um governo fraco para superar a crise (econômica) na direção presumida largamente, nos mesmos veículos, como a correta (BIROLI, 2017, p. 31).

A manipulação dos discursos para ligação entre o governo democraticamente eleito em 2014 à imagem de corrupção e de incompetência foram cruciais para moldar a opinião pública e assim abrir caminho para o golpe. Portanto, autores como Flávia Biroli e Venício Lima ajudam a compreender a atuação da mídia na consolidação do golpe.

Minha pesquisa teve início em 2022, um ano de eleições muito conturbado, cheio de incertezas. O candidato à reeleição, Jair Bolsonaro, foi derrotado nas urnas, mas não aceitou a derrota e entrou 2023, o ano da troca de governo, insuflando novo golpe contra a democracia, apesar desse contexto tumultuoso, tivemos o retorno de um governo um pouco mais voltado à esquerda.

O presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva, volta ao poder para cumprir seu 3º mandato, ainda que Lula, durante seus anos de governo anteriores (2003-2010), tenha se mostrado muito amarrado às ideias mercantis, tal retorno traz um pouco de esperança de melhoria para as políticas sociais e para a Educação brasileira. Afinal, a proposta de mudança na estrutura do Ensino Médio fora esboçada pelo candidato à eleição presidencial de 2014, Aécio Neves, justamente contra Dilma Rousseff, candidata do partido de Lula.

Embora Mézáros nos alerte que “Só um vasto movimento de massas radical e extraparlamentar pode ser capaz de destruir o sistema de domínio social do capital” (2002, p.16), a simples derrota do projeto político da extrema-direita, pelo voto popular, já traz um alento para a educação brasileira.

A esperança é de que finalmente tenhamos um governo mais capaz de uma transformação na área da educação, capaz de romper com a lógica do Capital, uma vez que “limitar uma mudança educacional radical às margens corretivas interesseiras do capital significa abandonar de uma só vez, conscientemente ou não, o objetivo de uma transformação social qualitativa”. (MÉSZAROS, 2008, p. 27). Embora seja utópica essa ideia, é preciso seguir sempre lutando por ela, para que seja possível alcançar melhorias na educação oferecida para nossos jovens, já que esse sistema segue massacrando a população trabalhadora.

Antonio Gramsci é outro aporte teórico muito importante quando tratamos de uma educação emancipatória, para ele a escola tem o poder de transformar a mentalidade das pessoas e só assim uma tomada de poder por parte da classe trabalhadora seria possível. Gramsci introduz o conceito de hegemonia, traduzida como uma dominação cultural e ideológica de uma classe sobre as outras, que vai além do controle político e econômico.

Os escritos de Gramsci também são bastante interessantes do ponto de vista da Análise de Discurso, afinal é muito importante compreender como a ideologia hegemônica consegue ser defendida até por quem não se encontra nas classes privilegiadas. Abaixo, um trecho no qual este autor mostra subterfúgios que o Estado vai desenvolvendo para apresentar medidas que vão de encontro ao bem-estar das classe menos favorecidas, nas quais se encontram a maioria da população, no caso do Brasil:

O Estado, quando quer iniciar uma ação pouco popular, cria preventivamente a opinião pública adequada, ou seja, organiza e centraliza certos elementos da sociedade civil. [...] A opinião pública é o conteúdo político da vontade política pública, que poderia ser discordante: por isto, existe luta pelo monopólio dos órgãos da opinião pública - jornais, partidos, Parlamento -, de modo que uma só força modele a opinião e, portanto, a vontade política nacional, desagregando os que discordam numa nuvem de poeira individual e inorgânica. (GRAMSCI, 2007a, p. 265)

Nos telejornais brasileiros, é comum escutar os discursos sobre o “humor do Mercado” e a importância de agradar a esse “ser poderoso” que a maioria da população sequer compreende do que se trata, essa questão será melhor abordada nos próximos capítulos dessa pesquisa, porém já se pode perceber os subterfúgios trazidos para aprovação de leis que vão de encontro aos interesses das classes menos abastadas. A EC-95 foi um grande exemplo disso, bem como as políticas reformistas que a seguiram, dentre estas, a Reforma do EM.

Gramsci via a escola como mais um aparato do Estado, que apresenta um papel crucial na formação e perpetuação da ideologia dominante. Porém reconhecia que a escola é um campo de luta, e através da educação é possível vislumbrar uma resistência contra-hegemônica.

Outras reflexões de importante relevância no entendimento do funcionamento das sociedades capitalistas são do filósofo francês Louis Althusser. Este autor distingue dois aparelhos do estado, que, segundo ele, são responsáveis pela manutenção da hegemonia, o Aparelho Repressivo do Estado (ARE) e o Aparelho Ideológico do Estado (AIE). A polícia e o exército integram o aparelho ARE, responsáveis pela manutenção da ordem por meio da coerção física. Já a escola é uma das instituições que compõem o AIE.

Os aparelhos Ideológicos do Estado são responsáveis por legitimar as estruturas sociais existentes, assim sendo por mais desiguais e injustas que sejam tais estruturas, elas são internalizadas e naturalizadas por processos educativos e culturais, conforme o autor são diversos os aparelhos ideológicos, tanto na esfera pública como na privada, podemos destacar a escola, a família e os meios de comunicação, por exemplo. Tais aparelho podem agir juntos, como a família e a escola, por exemplo, que unidas podem defender certos valores, as religiões também entram no rol destes aparelhos.

Nas palavras do Althusser: “a ideologia da classe dominante, não se torna dominante por graça divina, ou pela simples tomada do poder do Estado. É pelo

estabelecimento dos AIE, onde essa ideologia é realizada e se realiza, que ela se torna dominante” (ALTHUSSER, 1985, p.106).

O autor destaca a importância que a sociedade burguesa atribuiu à escola como AIE, nas sociedades modernas a Escola assumiu um papel que anteriormente era atribuído à Igreja. Portanto, é fácil compreender o interesse que o empresariado vem demonstrando na educação atualmente. Cabe ressaltar, entretanto, que com a ascensão dessa nova direita no país, as religiões, organizadas também na esfera política, vem trabalhando fortemente para consolidar seu poder.

Assim, a religião aparece aliada à política, o que não é nenhuma novidade na História da humanidade, juntas acabam influenciando na vida de toda a população, mesmo de quem não segue nenhuma corrente religiosa. Dessa forma, o neoconservadorismo vai ganhando cada vez mais força no país e influenciando cada dia mais nas decisões políticas.

Nesse sentido, observa-se no Brasil, desde antes da reforma, uma preocupação dessa chamada “nova direita brasileira” em coibir o debate político em sala de aula. Colocado em pauta como projeto de lei em 2016, o Escola Sem Partido busca vetar os professores do debate em sala de aula, com a desculpa de evitar o que chamam de doutrinação, querem, justamente, impedir que a escola possa servir para liberar a população das amarras do capital.

Para entender como a lógica capitalista funciona e vem se perpetuando, apesar de já ter se mostrado fortemente cruel, é necessário compreender certos mecanismos ideológicos que a sustentam. Nesse intuito, é importante refletir sobre os discursos, a manipulação desses discursos e suas deturpações. Michael Apple apresenta uma profunda análise sobre o neoliberalismo e os discursos neoconservadores cada vez mais fortes na nossa sociedade.

A manipulação discursiva que serve para criar quimeras que apenas os líderes populistas de direita seriam capazes de destruir tem servido de base para eleições de muitos políticos ligados à nova-direita, cada vez mais voltados à extrema-direita. Esse fenômeno vem acontecendo em diferentes partes do mundo, e merece uma atenção especial nas pesquisas acadêmicas, por isso foi destinado um capítulo especial deste trabalho para análise dos discursos neoconservadores na política nacional e seus impactos na nossa sociedade.

Hoje não é nada diferente do que foi no passado. Um conjunto “novo” de compromissos, uma nova aliança e um novo bloco de poder já foram formados e têm cada vez mais influência na educação e em todas as coisas sociais. Este bloco de poder combina múltiplas frações do capital, as quais estão comprometidas com as soluções mercantilizadas neoliberais para problemas educacionais: intelectuais neoconservadores que querem um “retorno” aos padrões mais elevados e uma “cultura comum”, conservadores religiosos populistas autoritários que estão profundamente preocupados com laicidade e preservação de suas próprias tradições e determinadas frações da nova classe média orientada às profissões que estão comprometidas com a ideologia e as técnicas de accountability, medição e “gestão”. Embora existam tensões e conflitos evidentes dentro desta aliança, em geral, seus objetivos globais são de fornecer condições educacionais, que são, acredita-se, necessárias tanto ao aumento da competitividade internacional, lucro e disciplina como ao regresso a um passado romantizado da casa, família e escola “ideal”. (APPLE, 1996; 2000; 2006; APPLE et al., 2003)

Apple se torna, assim, uma referência teórica de fundamental relevância para compreensão dos discursos atuais que nos levaram à política reformista e que embasaram as justificativas para tais reformas. Em suas análises, Apple cita estudos de Stephen Ball, que é um importante estudioso das políticas educacionais, cujos escritos têm servido de base para compreensão do caminho que as políticas educacionais vêm tomando no Brasil. Ball e seus colaboradores analisaram as reformas mercantis inglesas e suas análises e conclusões possuem aplicabilidade no contexto reformista atual no Brasil.

Em suas análises detalhadas sobre os efeitos “na vida real” das reformas que introduzem a lógica de mercado na educação, Ball e seus colaboradores indicam algumas das razões pelas quais precisamos ser bastante cautelosos nesse ponto. Como documentam, nessas situações os princípios e valores educacionais terminam quase sempre comprometidos pelas questões comerciais, que ganham maior importância na elaboração dos currículos e na alocação de recursos. (APPLE, 2002, p.115)

Stephen Ball também ajuda na compreensão do funcionamento das políticas públicas, analisando os contextos que influenciam desde a sua elaboração até sua implementação, essa expressão “Implementação”, entretanto pode ser considerada limitada quanto à sua significação. Em “Como as escolas fazem política?: atuação em escolas secundárias” (2016) Ball, Maguire e Braun usam o conceito da “atuação” no lugar de simples implementação.

Conforme o texto, a atuação ocorre “dentro das instituições e das salas de aula, mas de maneira que são limitadas pelas possibilidades do discurso” (2016, p.13). Sendo assim, as políticas chegam às instituições educacionais como “coisas”

“textos”, nessas instituições os profissionais de educação interagem com elas, leem, interpretam, contextualizam, tornando-se também atores de tais políticas:

[...] atuação de política como um aspecto dinâmico e não-linear de todo o complexo que compõe o processo da política, do qual a política é apenas uma parte. Políticas “começam” em pontos diferentes e têm diferentes trajetórias e expectativas de vida; algumas são obrigatórias, outras fortemente recomendadas ou sugeridas. Algumas políticas são formuladas “acima” e outras são produzidas nas escolas ou pelas autoridades locais, ou simplesmente tornam-se abordagens da “moda” na prática sem um início claro. (BALL, MAGUIRE, BRAUN, 2016, p. 18-19).

Sendo assim, as políticas educacionais não são restritas aos textos legais, elas também estão na atuação das escolas. No decorrer da pesquisa, porém, mostramos como o empresariado está cada vez mais consciente desse processo, e vem implantando projetos para influenciar no corpus das escolas.

As parcerias público-privada, cada vez mais populares nas instituições educacionais do Brasil, vem tentando moldar e unificar as possíveis atuações dos professores. O engessamento curricular de acordo com avaliações externas é um exemplo dessa tentativa de interferência. Stephen Ball é um autor muito relevante no campo das políticas educacionais, suas reflexões exerceram uma influência bastante grande para a elaboração desta pesquisa.

4. METODOLOGIA

“Não existe imparcialidade. Todos são orientados por uma base ideológica. A questão é: sua base ideológica é inclusiva ou excludente?”(Paulo Freire)

Traçar uma metodologia adequada aos objetivos da pesquisa é um passo de suma importância para o sucesso de trabalho que se almeja alcançar. A presente pesquisa propôs-se a desvendar as intencionalidades ocultas na produção dos textos legais que sustentam a Reforma do Ensino Médio. Para tanto, fez-se necessária uma análise do momento histórico e político no qual a proposta foi apresentada.

Conforme Triviños (2008), Marx revolucionou o pensamento filosófico de sua época, principalmente pela introdução de conotações políticas explícitas, seu método perpassou todo esse trabalho, uma vez que a pesquisa parte de uma análise de textos políticos, nessa arena de luta de poder, os pensamentos

desnudados por Marx sobre a luta de classes mostraram-se cada vez mais latentes. O materialismo histórico marxista foi um aporte teórico muito importante em todos os momentos da pesquisa:

O materialismo histórico é a ciência filosófica do marxismo que estuda as leis sociológicas que caracterizam a vida da sociedade, de sua evolução histórica e da prática social dos homens, no desenvolvimento da humanidade. O materialismo histórico significou uma mudança fundamental na interpretação dos fenômenos sociais que, até o nascimento do marxismo, se apoiava em concepções idealistas da sociedade humana. Marx e Engels colocaram pela primeira vez, em sua obra *A ideologia alemã* (1845-46), as bases do materialismo histórico. Nela criticam os jovens hegelianos e Feuerbach que acham ainda que a história era resultado das ideologias e da presença dos "heróis", ao invés de buscar nas formações sócio-econômicas e nas relações de produção os fundamentos verdadeiros das sociedades. O materialismo histórico ressalta a força das ideias capaz de introduzir mudanças nas bases econômicas que as originou. Por isso, destaca a ação dos partidos políticos, dos agrupamentos humanos etc., cuja ação pode produzir transformações importantes nos fundamentos materiais dos grupos sociais. (TRIVIÑOS, 2008, p.51-52)

O momento político no qual a Reforma do Ensino Médio foi apresentada e aprovada estava bastante conturbado, logo após um golpe à nossa Democracia. O projeto político que embasa tal Reforma, é bastante semelhante às propostas apresentadas na campanha eleitoral do candidato à presidência que fora derrotado no pleito de 2014, mas mesmo assim conseguiu, por meio de um golpe, entrar em vigor.

Sendo assim, uma análise dos contextos históricos, políticos e sociais daquele período faz-se imprescindível na busca de compreender como a população permitiu, sem maiores revoltas, que tais medidas, já desaprovadas pela maioria da população, pudessem ser colocadas em vigor.

O primeiro texto analisado será a MP 746 de 22 de Setembro de 2016, mesmo ela tendo sido convertida na lei nº 13.415/2017 com algumas alterações, esse primeiro texto precisa receber atenção especial já que ele apresenta o impulso inicial da proposta, é nele que encontramos a retirada da obrigatoriedade de certos componentes curriculares, por exemplo. Para tanto, faz-se necessário uma análise que vá além de uma simples interpretação textual descontextualizada, o que justifica a escolha metodológica pela Análise de Discurso, já que o texto, conforme Orlandi (2020):

É a unidade que o analista tem diante de si e da qual ele parte. O que faz ele diante de um texto? Ele o remete imediatamente a um discurso que, por sua vez, se explicita em suas regularidades pela sua referência a uma ou outra formação discursiva que, por sua vez, ganha sentido porque deriva de um jogo definido pela formação ideológica dominante naquela conjuntura (ORLANDI, 2020, p.63)

As manifestações contrárias à Reforma, em especial as ocupações de instituições educacionais por parte dos estudantes, acabaram acarretando em mudanças entre o texto trazido na MP 746/2026 e a lei nº 13.415/2017, é importante analisar também, à luz da AD, o que foi reescrito e como essa mudança foi redigida, afinal, como mostra Orlandi quando trata sobre a criação de um dispositivo de interpretação:

Esse dispositivo tem como característica colocar o dito em relação ao não dito, o que o sujeito diz em um lugar com o que é dito em outro lugar, o que é dito de um modo, com o que é dito de outro, procurando ouvir, naquilo que o sujeito diz, aquilo que ele não diz, mas que constitui igualmente o sentido de suas palavras. (ORLANDI, 2020, p.59)

Sendo assim, além da MP 746/2016 e da lei nº 13.415/2017, foram analisados também os demais marcos legais que embasam a Reforma do Ensino Médio, como a Portaria 733 de 16 de Setembro de 2016, que institui o programa dos itinerários formativos; Portaria 521 de 13 de Julho de 2021; lei nº 13.415 de 16 de fevereiro de 2017, que estabelece mudanças na Lei de diretrizes e Bases; a Resolução CNE/CEB n. 03/2018 que muda as diretrizes curriculares do Ensino Médio; Resolução CNE/CP nº 01/2021, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica.

O percurso metodológico escolhido requer a compreensão de como a sociedade aceitou as reformas neoliberais impostas, em contrariedade aos resultados das urnas. Para tanto, recorreu-se a pesquisa bibliográfica que ajuda no entendimento dos caminhos que a ideologia neoliberal percorre para continuar ditando as regras da sociedade.

O neoliberalismo impera nas sociedades ocidentais capitalistas, muitos teóricos estrangeiros que analisaram os acontecimentos de seus países foram visitados para embasar essa pesquisa, como é o caso de Michael Apple com seus escritos sobre a ideologia neoconservadora na sociedade estadunidense. Stephen Ball observou o avanço das políticas educacionais neoliberais na Inglaterra, os cenários observados por esses autores são bastante semelhantes ao que está

acontecendo no Brasil, portanto serviram de fundamentação para a pesquisa bibliográfica.

Na área da educação, costuma-se usar pesquisas qualitativas, uma vez que além de refletir sobre o fato, existe a preocupação em agir sobre eles, o rigor cartesiano costuma ser menos flexível. Abaixo, um excerto no qual Minayo (2001) traz reflexões sobre a pesquisa qualitativa nas ciências sociais:

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (MINAYO, 2001, p. 21)

Trabalhar com esse “universo de significados, aspirações, crenças, valores e atitudes”, apontado por Minayo, é indispensável para desvendar as intencionalidades que norteiam os textos que embasam o objeto estudado nesta pesquisa.

É necessário desvendar as intencionalidades que podem ir de encontro aos ideais de uma sociedade mais justa, esse também é um desejo subjetivo. Para além de denunciar os discursos injustos, pretende-se tentar contribuir, de alguma forma, para a superação dessas injustiças, como afirma Triviños:

Nosso ponto de vista geral, em relação à função do pesquisador em educação, está baseado na necessidade de uma “concepção dinâmica da realidade social. Achamos que não podemos prescindir, quando pesquisamos, da idéia da historicidade e da íntima relação e interdependência dos fenômenos sociais. Pensamos também que a pesquisa educacional nos países do Terceiro mundo tem um objetivo maior: a de servir aos processos de transformação da essência da realidade social que experimentamos.” (TRIVIÑOS. 2008, p. 14)

Sendo assim, como professora da rede pública atuando numa periferia bastante castigada pelas desigualdades sociais, sinto o desejo, e até a obrigação de ajudar nessa transformação da qual Triviños nos fala. Nesse processo, é de suma importância uma visão crítica dos textos, a procura dos interesses aos quais eles servem.

Dagnino nos alerta para uma crise discursiva vivenciada no Brasil, na qual o projeto neoliberal busca ampliar seu poder com a utilização de uma distorção

semântica. Essa teoria da Convergência Perversa é analisada no decorrer da dissertação, mas aqui cabe ressaltar a importância de observar como o grupo político defensor dos ideais neoliberais trabalha com a semântica para, muitas vezes, deturpar sua essência.

A utilização dessas referências, que são comuns mas abrigam significados muito distintos, instala o que se pode chamar de crise discursiva: a linguagem corrente, na homogeneidade de seu vocabulário, obscurece diferenças, dilui nuances e reduz antagonismos. Nesse obscurecimento se constroem subrepticamente os canais por onde avançam as concepções neoliberais. (DAGNINO, 2004, p.198,)

Tendo em vista essa característica perversa com a qual os neoliberais utilizam os discursos, torna-se de suma importância um olhar crítico, que se proponha a desmascarar as propostas trazidas nos textos. Portanto, dentro da pesquisa qualitativa usou-se o enfoque crítico-participativo, explicado por Triviños (2008) como “visão histórico-estrutural — dialética da realidade social que parte da necessidade de conhecer (através de percepções, reflexão e intuição) a realidade para transformá-la em processos contextuais e dinâmicos complexos.”

Michel Pêcheux afirmou que “as palavras, expressões, proposições, etc., mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam” (PÊCHEUX, 1988, p. 160). Assim sendo, os sentidos atribuídos aos discursos dependem da posição ideológica dos interlocutores, em se tratando de textos de base legal, deve-se ter um cuidado muito especial com a interpretação do que é dito/escrito.

A metodologia escolhida para centrar as análises textuais que embasam o Novo Ensino Médio partiu dos preceitos da Análise de Discurso (AD da Escola Francesa). Os conceitos da AD, aqui utilizados, foram difundidos pelo autor Michel Pêcheux, bem como pela linguista Eni Puccinelli Orlandi. A escolha metodológica foi bastante natural para essa pesquisa, a AD trabalha com a união de três áreas: Linguística; Marxismo e Psicanálise, como explica Orlandi (1999):

Se a Análise do Discurso é herdeira de três regiões do conhecimento – Psicanálise, Linguística, Marxismo – não o é de modo servil e trabalha uma noção – a de discurso – que não se reduz ao objeto da Linguística, nem se deixa absorver pela Teoria Marxista e tampouco corresponde ao que teoriza a Psicanálise. Interroga a Linguística pela historicidade que ela deixa de lado, questiona o Materialismo perguntando pelo simbólico e se demarca da Psicanálise pelo modo como, considerando a historicidade, trabalha a

ideologia como 3 materialmente relacionada ao inconsciente sem ser absorvida por ele (ORLANDI, 1999, p.20).

Desta confluência entre Linguística, Marxismo e Psicanálise surge a AD, na qual o objeto é o próprio discurso. Entretanto, discurso não pode ser entendido como simples transmissão de informação, é algo muito mais complexo “Estando os processos discursivos na fonte da produção dos efeitos de sentido, a língua constitui o lugar material onde se realizam estes efeitos de sentido” (PÊCHEUX e FUCHS, 1975, p.172).

Assim sendo os efeitos de sentido são construídos dentro do contexto social e histórico, quanto aos sujeitos na elaboração discursiva, não se tem possibilidade de desvinculação deles das suas ideologias. Em se tratando dos sujeitos do discurso -A e B- Pêcheux afirma que são “lugares determinados na estrutura de uma formação social” (PÊCHEUX, 1969, p.81), tratando-se, portanto, de posições sociais, assim sendo, é possível compreender que a AD deve levar em consideração também as posições sociais dos interlocutores.

Para a elaboração da nova BNCC a comunidade escolar não foi uma influência com voz ativa, é necessário saber quais influências foram consideradas nessa elaboração, seus lugares de fala e a origem de sua influência e, principalmente, o objetivo real que levavam consigo. Sobre o lugar social dos sujeitos nos discursos Mussalim e Bentes teorizam que:

Sendo assim, o sujeito do discurso não poderia ser considerado como aquele que decide sobre os sentidos e as possibilidades enunciativas do próprio discurso, mas como aquele que ocupa um lugar social e a partir dele enuncia, sempre inserido no processo histórico que lhe permite determinadas inserções e não outras. Em outras palavras, o sujeito não é livre para dizer o que quer, mas é levado, sem que tenha consciência disso, a ocupar seu lugar em determinada formação social e enunciar o que lhe é possível a partir do lugar que ocupa (MUSSALIM apud MUSSALIM E BENTES, 2003, p. 110).

A partir desse ponto, a pesquisa está composta por mais 6 capítulos, no capítulo 5 apresenta-se o contexto histórico que permitiu a aprovação da proposta de Reforma do Ensino Médio, bem como uma análise do contexto que permitiu sua implementação.

Para compreender os mecanismos que permitiram essa guinada à direita, representada nas políticas reformistas do pós-golpe (a saber, Reforma Trabalhista, Reforma Previdenciária, Reforma do Ensino Médio e a EC-95) são apresentadas, no

6º capítulo, reflexões sobre os ideais Neoliberais e seu forte viés Neoconservador. O 7º capítulo contém reflexões sobre teorias de currículo, para depois partir-se para as mudanças nos documentos legais e norteadores.

No capítulo 9, são trazidas as conclusões oriundas da pesquisa, o Capítulo final foi reservado ao Produto Educacional que consiste em um vídeo educativo que visa difundir, à comunidade em geral, de maneira mais sucinta, as descobertas trazidas por essa pesquisa

A metodologia usada em todas as etapas, é a pesquisa qualitativa, bibliográfica, perpassada pela AD da escola francesa. O Objetivo dessa escolha metodológica justifica-se na busca pela tradução das intencionalidades que são trazidas nas mudanças propostas, por meio de uma análise do momento histórico, dos discursos trazidos por quem defendia essa mudança, da forma como os textos foram montados, das vozes ouvidas, bem como das vozes silenciadas nas construções textuais.

A educação dos nossos jovens deve ser vista como um direito pleno, não só para os jovens que se encontram na escola no momento atual, mas de toda a sociedade brasileira. A luta é por uma educação integral que permita um desenvolvimento social pleno e não uma simples formação de mão-de-obra.

Nenhuma política pública será satisfatória para a sociedade se não lutar pela superação das desigualdades, para tanto é necessária uma visão ampliada da educação. A educação dos nossos jovens não deve servir ao Mercado e seus interesses lucrativos, deve servir à superação das mazelas sociais.

Por esses objetivos todos, faz-se necessário desmascarar as políticas reformistas que fazem parte da agenda mercantil, uma agenda de interesses sociais deve ser sobreposta sempre quando tratamos de Políticas Públicas. Marx nos alertava de que “a História da humanidade é a História da luta de classes”. Essa reforma, sobre a qual essa pesquisa se debruçou, não foi idealizada e/ou escrita pela classe proletária, mas será imposta a ela.

Portanto, é justo que todos saibam o que realmente está por trás dos textos legais do novo EM, quem está por trás, a quais interesses ela serve. Assim sendo, é possível concluir o capítulo justificando que a metodologia elegida não poderia seguir outra corrente que não fosse Marxista, uma vez que a escolha do tema veio de uma inquietude ao perceber que a Reforma em questão é uma imposição da classe que domina os meios de produção sobre a classe trabalhadora.

O capítulo inicia com uma máxima de Paulo Freire sobre ideologias, o exercício do magistério sempre deve ser pautado por uma ideologia inclusiva. Entretanto, a Reforma do Ensino Médio tem um potencial excludente, como pudemos constatar no desenvolvimento deste trabalho.

5. OS CAMINHOS QUE LEVARAM À REFORMA DO ENSINO MÉDIO

5.1. Contexto Histórico e Político desde o período que permitiu a apresentação da Reforma de Ensino até 2022 (ano da implementação obrigatória para 1º ano)

“A história não quer se repetir – o amanhã não quer ser outro nome do hoje –, mas a obrigamos a se converter em destino fatal quando nos negamos a aprender as lições que ela, senhora de muita paciência, nos ensina dia após dia.” (GALEANO, 2010, p.05)

Pode-se dizer que o Brasil vive uma visível instabilidade política desde o ano de 2013, quando houve uma série de manifestações que começaram em São Paulo e depois se alastraram pelo país. Esses protestos tiveram início em decorrência da insatisfação com o aumento na tarifa do transporte público. Portanto, torna-se imprescindível compreender os mecanismos que fizeram com que esse movimento, que em princípio tratava de uma pauta regional, ganhasse tamanha força e acabasse se espalhando pelo restante do Brasil.

As manifestações passaram a ser chamadas de jornadas de junho, um nome que remete à obra Os 18 Brumários de Karl Marx, entretanto, como afirma André Singer (2013 p.24), há de se sinalizar que, diferentemente da insurreição do proletariado francês retratada na obra Marxista, não houve, no Brasil, ameaça ao Estado hegemônico: “As relações de classe e propriedade não estiveram diretamente no centro das manifestações e as regras do jogo político foram visadas de maneira difusa.”

Esse mesmo autor fez uma análise sobre o perfil dos participantes das manifestações de junho no Brasil, mostrando que, embora o estopim dos protestos tenha sido o aumento em vinte centavos na tarifa de transporte público, uma pauta bastante relevante para a classe trabalhadora, num certo momento, a classe média

se apropriou desse movimento. Abaixo um excerto que traz uma análise sobre a composição dos grupos que foram às ruas na etapa em que as manifestações tomaram proporções maiores:

A fração dos que tinham apenas passagem (completa ou incompleta) pelo ensino fundamental foi residual em São Paulo, tanto no dia 17 (1%) quanto no dia 20 (2%), e em Belo Horizonte na tarde de 22 (4%). Embora substancialmente maior no Rio de Janeiro na noite de 20 de junho (14%), indicando que a passeata carioca pode ter tido um caráter mais popular, esteve longe de ser cifra dominante. Infelizmente não dispus do mesmo dado para as oito capitais, mas a pequena proporção dos que só chegaram ao ensino médio sem concluí-lo (8%) confirma a mínima parcela de baixa escolaridade, denotando a virtual ausência da base da pirâmide social brasileira nas manifestações. Inversamente, as cifras são particularmente elevadas na alta escolaridade. Nas oito capitais pesquisadas, *nada menos que 43% dos manifestantes tinham diploma universitário*, quando, em 2010, apenas 8% da população brasileira possuía o canudo. Mesmo em São Paulo, onde a formação universitária é mais comum, os diplomados não superavam 18% da população com 15 anos ou mais em 2010. Tal informação torna plausível uma influência relevante da classe média *tradicional* nas manifestações, como propuseram alguns analistas, uma vez que, apesar das importantes transformações recentes, em que um contingente de jovens de baixa renda ingressou no ensino superior, é provável que, na maioria dos casos, a posse do diploma seja elemento distintivo de pertença à camada que já se estabeleceu há pelo menos uma geração. Mesmo no Rio de Janeiro e em Belo Horizonte, onde as manifestações teriam apresentado conotação mais popular, os institutos encontraram respectivamente 34% e 33% de diplomados no ensino superior. Somando os diplomados aos que estavam cursando universidade, abarca-se um vasto contingente (quase 80%) das manifestações de São Paulo em 17 e 20, assim como de Belo Horizonte a 22 (quase 70%). Se lembrarmos que, segundo o Ministério da Educação, em 2011 apenas 15% dos jovens brasileiros estavam matriculados no ensino superior, mesmo tendo duplicado o número de ingressantes em uma década, pode-se dimensionar o significado da proporção alcançada pelos que tinham acesso às instituições universitárias nos acontecimentos de junho. Também o alto volume dos que tinham o curso médio completo ou que estavam cursando universidade nas oito capitais (49%) e no Rio de Janeiro (52%), praças para as quais não dispus da quantidade isolada de estudantes universitários, confirma que o nível educacional apurado naquelas ocasiões aponta para a metade superior da sociedade, com um perfil, no mínimo, de classe média baixa (ensino médio) e com fortes tintas de classe média tradicional, dando sustentação à percepção de que as manifestações teriam sido expressão desse setor social. (SINGER, 2013, p.28/29)¹⁷

A análise de Singer é bastante importante uma vez que nos mostra como o movimento que surgia e tomava força já em 2013, não emergia, necessariamente, do proletariado, já que contava com uma maioria oriunda da classe média. Essa insatisfação, que vinha causando bastante barulho, acabou servindo como um dos respaldos para justificar o golpe que se concretizaria em 2016.

¹⁷Singer utilizou dados levantados nos dias de manifestações nessas capitais pelo instituto Datafolha

Korybko (2018) alerta para a influência que os Estados Unidos exercem nas rupturas democráticas atualmente, não é novidade encontrarmos o DNA norteamericano em golpes na história da América Latina, em 1964 o apoio daquele país aos militares brasileiros foi crucial para o estabelecimento da Ditadura Militar, na atualidade, os EUA vêm desenvolvendo novas táticas para derrubar governos e manter sua hegemonia, entre os mecanismos para desestabilizar os governos encontra-se a criação da mente de colmeia:

As Forças Armadas dos EUA e as empresas privadas de tecnologia (no estudo de caso específico do livro, o Facebook) uniram forças para potencializar o efeito da guerra social em rede no século XXI. O objetivo é criar uma mente de colmeia de incontáveis indivíduos que dedicam-se na cruzada contra o governo e tornam-se “uma só mente”. A colmeia pode ser então manipulada para investidas táticas em enxame que são a manifestação da teoria do caos armatizada e contra as quais é extremamente difícil para as autoridades se preparar e repeli-las. (Korybko, 2018, p. 72).

Através da manipulação dessa colmeia, os anseios do grupo que forjou a consciência coletiva toma força, e passa a ser vista como legítima e fruto de um anseio popular. A mídia brasileira também exerceu um papel relevante na produção dessa mente de colmeia, os discursos de corrupção na Petrobrás, serviam de base para causar revolta na população, bem como especulações sobre a operação Lava-Jato.

Em Março de 2016, Sergio Moro, então juiz da Lava Jato, enviou ao Jornal Nacional grampos ilegais de uma conversa entre a presidente Dilma Rousseff e Lula. Mesmo que tenhamos a inocência de crer que Sergio Moro ignorasse a ilegalidade do grampo como material jurídico e interpretasse como algum tipo de evidência, o destino para o qual deveria enviar essa evidência seria o STF e não o Jornal Nacional. Por isso, percebe-se o viés político das ações do então juiz, bem como sua proximidade com a Rede Globo, principal empresa midiática do Brasil:

O grampo foi feito fora do período para o qual ele estava autorizado pelo próprio Moro, a presidente da República foi grampeada sem prévia autorização do Supremo Tribunal Federal e o grampo foi divulgado para a imprensa. No entanto, a cobertura somente mostrou versões que criminalizaram os atos de Dilma sem proporcionar àqueles que tinham interpretações diversas dos fatos espaço suficiente para o contraditório. (FERES JÚNIOR e SASSARA, 2016, p.179)

Feres Junior e Sassara comprovam a ilegalidade do grampo e de seu vazamento para a imprensa e ainda chamam atenção para o fato das vítimas do grampo não terem tido abertura suficiente para defesa. Assim sendo, é perceptível a intencionalidade de prejudicar a imagem da então presidente e de Lula. Fatos como esse ajudam a compreender como a imprensa nacional ajudou a preparar a opinião pública para a aceitação de um novo golpe antidemocrático.

Fiori (2020), em um artigo intitulado “Conspiração e Corrupção: uma hipótese muito provável” traz uma análise cirúrgica do papel dos Estados Unidos no golpe brasileiro de 2016, Fiori e Nozaki nos trazem descrições de documentos divulgados durante o governo de Donald Trump nos quais é possível identificar que aqui se fez uso desses mecanismos traçado por aquele país:

Assim, por exemplo, no *Manual de Treinamento das Forças Especiais Americanas Preparadas para Guerras Não-Convencionais*, publicado pelo Pentágono em 2010, já está dito explicitamente que “o objetivo dos EUA nesse tipo de guerra é explorar as vulnerabilidades políticas, militares, econômicas e psicológicas de potências hostis, desenvolvendo e apoiando forças internas de resistência para atingir os objetivos estratégicos dos Estados Unidos”. Com o reconhecimento de que “em um futuro não muito distante, as forças dos EUA se engajarão predominantemente em operações de guerra irregulares”. Uma orientação que foi explicitada, de maneira ainda mais clara, no documento no qual se define, pela primeira vez, a nova Estratégia de Segurança Nacional dos EUA do governo de Donald Trump, em dezembro de 2017. Ali se pode ler, com todas as letras, que o “combate à corrupção” deve ter lugar central na desestabilização dos governos dos países que sejam “competidores” ou “inimigos” dos Estados Unidos.¹⁸ (FIORI & NOZAKI, 2019, s/p)

Nesse trecho comprova-se a interferência dos EUA em diversos golpes recentes, como é o caso de 2016 no Brasil. Qualquer nação que ameace o domínio hegemônico daquele país deverá ser combatida e as formas de fazer isso passam pelo argumento de combate à corrupção.

Esses mesmos autores ressaltam que o então juiz Sérgio Moro (que mais tarde seria o responsável pela condução dos processos que culminariam em muitas punições de adversários políticos, entre eles do presidente Lula), em 2009, participou de uma iniciativa de cooperação chamada “Bridge Project” que envolvia “o Departamento de Justiça dos EUA e integrantes do Judiciário, do MP e da PF brasileira para tratar de temas ligados à lavagem de dinheiro e “combate à

¹⁸ Disponível em: <https://diplomatie.org.br/conspiracao-e-corrupcao-uma-hipotese-muito-provavel/>
Acesso em: 28 de Abril de 2014

corrupção”. Começava ali o protagonismo que Sérgio Moro adquiriria no processo de Golpe concretizado em 2016.

O interesse dos Estados Unidos em intervir na política de países nos quais há reservas de petróleo mundo à fora não é nenhum segredo, é necessário ressaltar a importância da descoberta do pré-sal no fortalecimento da relevância do Brasil para os planos norte-americanos:

Mais à frente, em 2010, a Chevron negociou sigilosamente, com um dos candidatos à eleição presidencial brasileira, mudanças no marco regulatório do pré-sal, numa “conspiração” que veio à tona com os vazamentos da Wikileaks e que acabou se transformando num projeto apresentado e aprovado pelo Senado brasileiro. E três anos depois, em 2013, soube-se que a presidência da República, ministros de Estado e dirigentes da Petrobras vinham sendo alvo, há muito tempo, de grampo e espionagem, como revelaram as denúncias de Edward Snowden. No mesmo ano em que a embaixadora dos EUA que acompanhou o golpe de Estado do Paraguai contra o presidente Fernando Lugo foi deslocada para a embaixada do Brasil. E foi exatamente depois dessa mudança diplomática, no ano de 2014, que começou a Operação Lava Jato, que tomou a instigante decisão de investigar as propinas pagas aos diretores da Petrobrás, exatamente a partir de 2003, deixando fora portanto os antigos fornecedores internacionais, no momento exato em que concluíam as negociações da empresa com a Halliburton, em torno da entrega das plataformas P43 e P48.¹⁹ (FIORI e NOZAKI, 2019, s/p)

As pesquisas feitas por Fiori e Nozaki comprovam a colaboração dos Estados Unidos no golpe de 2016. A participação do juiz Moro, do MP e da PF no processo que culminou no golpe foi comprovada pela Operação Vaza-Jato de 2019, quando mensagens hackeadas dos aparelhos celulares dos envolvidos naquele julgamento comprovaram o conluio para punir políticos e empresários considerados adversários e causar o clima de instabilidade que preparou o terreno para o golpe.

A comprovação da postura golpista do judiciário acabou servindo de prova da parcialidade do judiciário em certas punições, destaca-se o caso do presidente Lula que acabou tendo condenações anuladas por essa razão.

Outro ponto da política externa durante o tempo em que o Partido dos Trabalhadores conduzia o executivo Nacional que desagradou os EUA é a aproximação com países adversários e a criação e/ou fortalecimento de alianças de comércio e cooperação com outros países, é o que nos comprovam as pesquisas de Fiori e Nozaki (2019 s/p):

¹⁹ Disponível em: <https://diplomatie.org.br/conspiracao-e-corrupcao-uma-hipotese-muito-provavel/>
Acesso em: 28 de Abril de 2024

Agora neste ponto da nossa pesquisa cabe formular a pergunta fundamental: quando foi – na história recente – que o Brasil entrou no radar dessas novas normas de segurança e defesa dos EUA? E aqui não há dúvida de que cabem muitos fatos e decisões que foram tomadas pelo Brasil, sobretudo depois de 2003, como foi o caso da sua política externa soberana, da sua liderança autônoma do processo de integração sul-americano, ou mesmo, da participação no bloco econômico do BRICS, liderado pela China. Mas, não há a menor dúvida de que a descoberta das reservas de petróleo do pré-sal, em 2006, foi o momento decisivo em que o Brasil mudou de posição na agenda geopolítica dos Estados Unidos.²⁰

Percebemos, portanto, que o Brasil tinha diversos motivos para ser foco dos interesses internacionais do governo norte-americano, o que justifica o apoio dado por aquele país ao golpe de 2016, ainda que fosse um apoio velado. Entretanto, por mais que seja velado não foi um apoio superficial, o fato de terem levado aos EUA membros do judiciário e da polícia para “treinamento” é uma interferência bastante ativa. O escândalo da espionagem também comprova a postura golpista daquele país.

Dessa forma, é possível inferir que o golpe acontecido no país teve componente externo, com o apoio e investimento do capital norte-americano, apoio e esforços também da grande mídia nacional, um evento tão sério que movimentou diversas estruturas traria consigo mudanças significativas. As políticas reformistas faziam parte da agenda dessas instituições, sendo assim, percebemos o protagonismo que as políticas educacionais apresentavam já que foram medidas apresentadas nas primeiras semanas do pós-golpe.

É possível entender, também, que as reformas que viriam a ser apresentadas seriam consoantes aos interesses de quem apoiou o golpe, sendo assim, a reforma do E.M. satisfaz ao capital tanto nacional como internacional. Uma educação desenhada para agradar aos poderosos e não à classe trabalhadora.

Na eleição presidencial de 2014, a disputa foi acirrada, mas culminou na reeleição de Dilma Rousseff, apesar das manifestações de junho de 2013, de todo o espetáculo armado a cada denúncia de corrupção na Petrobras e de todo o esforço feito para prejudicar o Partido dos Trabalhadores. Foi um revés que o bloco que perdeu o pleito não aceitou com tranquilidade, e deu início, então, a uma cruzada em busca da retomada imediata de poder, dando assim, início ao projeto de

²⁰ Disponível em: <https://diplomatie.org.br/conspiracao-e-corrupcao-uma-hipotese-muito-provavel/>
Acesso em 30 de Abril de 2024

retomada do poder por meio de um *impeachment* baseado numa farsa jurídica, como explica Braz (2017):

A farsa evidenciou-se na peça jurídica que embasou o processo de impedimento da presidente, claramente forjada para tornar “crime de responsabilidade” alguns atos de governo (créditos suplementares envolvendo instituições do Estado) praticados na gestão. Tratou-se de uma operação claramente política voltada, exclusivamente, para suspender o mandato de Dilma Rousseff. (BRAZ, 2017, p 88)

Ramos e Frigotto (2016) atentam para a atuação da classe dominante nos golpes que o Estado Democrático brasileiro sofreu no decorrer da história, usando da política nacional para manter seus privilégios:

As ditaduras e golpes de Estado em nossa história sempre se deram para defender os interesses da classe dominante e, portanto, para retirar, pela força da violência das armas ou arbítrio da lei, ou ambas conjugadas, direitos da classe trabalhadora. Em nome do ajuste no passado e da austeridade no presente, efetivam-se reformas que, abruptamente, retiram direitos e aumenta a exploração dos trabalhadores. De forma célere, o golpe de 31 de agosto de 2016 articula a PEC 55, já aprovada, com as tão ou mais drásticas reformas da previdência e trabalhista. Concomitantemente a estas reformas, sempre que há golpes há mudanças mais ou menos profundas no campo educativo. (RAMOS e FRIGOTTO, 2016, p.31)

O golpe antidemocrático consolidou-se em 2016, ainda no mesmo ano, a proposta do Novo Ensino Médio foi apresentada pelo então ministro da educação Mendonça Filho que não é formado na área da educação, conforme seu currículo, é graduado em administração²¹. À época foi apresentada também a PEC (Proposta de Emenda Constitucional) 241-2016 na Câmara de deputados, chamada de PEC- 55 ou de PEC do teto dos gastos, limitando os investimentos públicos em áreas fundamentais, inclusive na saúde e na educação.

Tal medida demonstra que investir em melhorias nessas áreas não era a real preocupação por trás das políticas daquele governo. Materializando os anseios da classe dominante brasileira, como nos mostram Ramos e Frigotto:

As duas ditaduras e os diversos golpes institucionais ao longo do século XX se impuseram para manter os privilégios da classe burguesa brasileira que Florestan Fernandes denominou como uma “minoría prepotente. Não foi um erro confiar na democracia e lutar pela revolução nacional. O erro foi outro o de supor que se poderiam atingir esses fins percorrendo a estrada real

²¹ Informação retirada do site: <https://www.camara.leg.br/deputados/74428/biografia>. Acesso em 15 de maio de 2024

dos privilégios na companhia dos privilegiados. Não há reforma que concilie uma minoria prepotente a uma maioria desvalida” (FERNANDES, 1977, p. 245) Três décadas depois do fim da ditadura empresarial militar há um novo golpe para manter os interesses e privilégios desta minoria prepotente. A PEC 55 é a tradução material em nome de quem e para que foi construído e deflagrado mais este Golpe de Estado. Esse é, pois, o traço mais profundo do que se reitera nas ditaduras e nos golpes na nossa história (RAMOS e FRIGOTTO, 2016, p. 34)

O então presidente Michel Temer assumiu o poder sem ter recebido voto popular direto, e trazia consigo a não-responsabilidade das urnas, dessa forma, pôde propor medidas que não iam ao encontro dos anseios da população. Nesse contexto, serviu perfeitamente aos interesses vorazes dos neoliberais, colocando a máquina pública ao serviço do capital rentista, enquanto para o povo trabalhador, ofereceu teto de gastos e a conseqüente deterioração dos serviços públicos, para a área da educação, além do Teto, apresentou a proposta de reforma que precariza a educação brasileira de maneira devastadora.

Logo que a proposta de reforma do ensino entrou em debate, houve muita repercussão na sociedade civil, em especial entre os estudantes secundaristas, o movimento de ocupações de escolas (que já vinha acontecendo desde 2015, com alunos secundaristas trazendo pautas sobre as realidades de escolas estaduais) acabou se intensificando em 2016. Foram mais de mil escolas ocupadas pelo país, depois da apresentação das propostas supracitadas trazidas pelo governo que assumiu o poder através do golpe.

Os Institutos Federais de Ciência, Educação e Tecnologia cujas políticas de ensino seguem um modelo de educação integral bastante satisfatório (inclusive com alto desempenho em avaliações como o Exame Nacional de Ensino Médio) tiveram um protagonismo nessa etapa na qual as ocupações tomaram corpo e se espalharam por todas as regiões do país.

A ocupação das escolas foi considerada um levante da juventude, dentre as pautas defendidas pelo movimento estudantil, destacam-se três principais pontos, conforme assinalam Araújo e Silva (2021):

A contrariedade desses jovens estivera assentada, principalmente, em três pontos: a revogação tácita da obrigatoriedade do ensino de Filosofia e Sociologia, a introdução do artifício do “notório saber”, por meio do qual pessoas sem qualificação prévia poderiam se tornar docentes nos cursos de formação técnica e profissional e a indignação com o ato em si, de iniciar uma reforma educacional por meio de um ato autoritário. (SILVA e ARAÚJO, 2021, p.6)

Com essa mobilização, os estudantes conseguiram a modificação de alguns itens da proposta inicial, a manutenção das disciplinas de Sociologia e Filosofia para o Ensino Médio foi um exemplo de conquista do movimento secundarista, bem como o intento de remover essas disciplinas da grade curricular representa um grande exemplo dos interesses escusos por trás da nova lei. Entretanto, há um problema semântico no texto que reinsere essas disciplinas, como veremos nas próximas seções.

Depois das eleições de 2018, o cenário educacional, que já vinha nebuloso, acabou ficando ainda mais difícil, Jair Bolsonaro foi eleito naquele pleito com um discurso fortemente neoconservador e com promessas de intervenção ideológica, paradoxalmente, sob a desculpa de terminar com doutrinação ideológica. Os Ministros que escolheu demonstram o desconhecimento que o governo apresenta nessa área e também o viés que assumiria ainda mais forte na questão neoconservadora e neoliberal.

Em seu plano de governo, o então candidato trazia a promessa de “expurgar a ideologia Paulo Freire”, aumentar a carga horária de Português, Matemática e Ciências e, assim, acabar com o que chamava de “doutrinação e sexualização precoce”.

À frente do MEC, estiveram, no governo de Jair Bolsonaro, vários ministros que se envolveram em polêmicas que demonstram suas reais intenções, o primeiro a chefiar a pasta foi Ricardo Velez Rodríguez que queria mudar os livros de História para caracterizar o golpe militar de 1964 como “um contragolpe que salvou o Brasil do Comunismo”. Foi substituído por Abraham Weintraub que tentou intervir na nomeação dos reitores das Universidades Federais, mas que acabou perdendo o cargo por participar de manifestações antidemocráticas.

A nomeação que se seguiu foi ainda mais vexaminosa, uma vez que Carlos Decotelli, além de acusação de plágio em sua dissertação de mestrado, teve suas titulações de Doutorado e Pós-doutorado desmentidas pelas Universidades nas quais afirmava ter concluído os cursos. As instituições universitárias nas quais afirmava ter concluído os cursos eram estrangeiras, deixando o constrangimento ainda maior, uma vez que acaba tomando proporções internacionais.

Após a declinação do nome de Decotelli, a pasta ficou quase 1 mês sem ninguém no comando, até a nomeação de Milton Ribeiro, um pastor

presbiteriano, nomeado justamente por sua formação religiosa e não acadêmica, reforçando o compromisso neoconservador daquele governo para com as políticas educacionais. Ribeiro envolveu-se em escândalos de desvios de verbas públicas para pastores, acabou detido e saindo da chefia da pasta em decorrência desse escândalo, entretanto já havia tido posturas que demonstraram suas ideologias, como quando houve a debandada de servidores do INEP que se revoltaram com as tentativas de intervenção ideológica do ministro nas provas do Exame Nacional do Ensino Médio.

Enfim, esses são alguns exemplos, entre vários outros escândalos dos ministros da educação do governo Bolsonaro, todos eles exonerados em função da repercussão negativa que suas ações tiveram na sociedade e não em função de seus atos propriamente ditos.

Althusser criou o termo Aparelho Ideológico de Estado, para designar instituições que consolidam e legitimam a manutenção da hegemonia na arena das ideias. A Escola é considerada uma instituição privilegiada com AIE, é possível perceber que a Direita Brasileira está bastante envolvida em influenciar nas escolas do país, não foi por acaso que foram escolhidos para chefiar o MEC pessoas muito alinhadas ideologicamente com o bloco extremista.

Negar a História para valorizar a ditadura militar, ou pior, tentar reescrever a História, como sugeriu Vélez Rodríguez quando ministro, é algo que seria impensável há alguns anos no Brasil, por cerca de duas décadas o congresso brasileiro viveu o que estudiosos chamaram de fenômeno da direita envergonhada. Esse cenário passa a mudar por volta de 2010, e ganha muita força com a eleição de Jair Bolsonaro em 2018.

Power (2008) pode ter acertado ao afirmar que a mudança geracional contribuiria para enfraquecer o sentimento da “direita envergonhada”. Porém, mesmo a agenda econômica (liberalizante) dos anos 1990 não permitiu que a direita brasileira recriasse sua identidade (Power e Zucco Jr., 2009). Podemos estar agora testemunhando esse processo, que seria explicitado a partir da mobilização da agenda moral – mote crescentemente acionado a partir dos anos 2010 (campanha eleitoral de Serra e eleição e atuação de determinadas lideranças na Câmara dos Deputados a partir de 2011) – e das demandas por políticas mais enérgicas na área da segurança pública. (QUADROS e MADEIRA, 2018, p. 488)

Outra corrente ideológica que se alinhou muito bem aos defensores do poder ditatorial, foi o bloco religioso, a chamada bancada da Bíblia vem ganhando muita

força no parlamento brasileiro. Esse bloco apoiou intensamente Jair Bolsonaro e com isso viu seu poder se ramificar em diferentes instâncias, até mesmo um ministro do Supremo Tribunal Federal foi indicado em função de ser o que Bolsonaro chamou de “terrivelmente evangélico”²².

No MEC, presidiu a pasta o pastor Milton Ribeiro, que como seus antecessores acusava as provas do ENEM de serem ideológicas, essa intenção de retirar a ideologia da educação, mascara a intenção de defender uma ideologia diferente, a ideologia dominante. A simples negação de tratar as desigualdades nas escolas, serve à manutenção das desigualdades, fomenta a formação de um jovem não crítico, ou seja, defende a manutenção da hegemonia.

Como ministro, Ribeiro afirmava que queria uma prova do ENEM sem ideologias, em entrevista à CNN- Brasil, em 2021, o ex-ministro afirmou que na prova do ENEM havia perguntas subjetivas de cunho ideológico e que “isso nós não queremos. Queremos provas técnicas que exatamente avaliem o aluno naquilo que ele sabe e que é necessário para ele poder acessar o ensino superior” (RIBEIRO, M. entrevista 2021. CNN)²³.

Embora Ribeiro afirme que a intenção era uma prova “sem ideologia”²⁴, o chefe do executivo, naquele ano de 2021, afirmou em suas redes sociais que o Brasil teria uma prova de ENEM com a “cara do governo”²⁵ deixando clara sua intenção de influenciar na educação. Também foi nesse mesmo ano que dezenas de servidores do INEP abandonaram seus cargos afirmando que estavam sendo pressionados pelo governo²⁶.

O interesse em dominar ideologicamente a educação ficou bastante evidente neste período, bem como a fragilidade nos discursos, enquanto era pregada a isenção ideológica na educação, mas sempre vangloriada uma suposta moralidade

²² O termo “terrivelmente evangélico” foi usado pelo próprio Jair Bolsonaro para qualificar o ministro André Mendonça
<https://www.cnnbrasil.com.br/politica/bolsonaro-cita-terrivelmente-evangelico-e-parabeniza-mendonca-no-stf/>

²³ Disponível em:
<https://www.cnnbrasil.com.br/politica/ministro-da-educacao-diz-a-cnn-querer-enem-com-questoes-me-nos-ideologicas/> Acesso em: 24 de Janeiro de 2023

²⁴ Sabemos que todo o discurso é ideológico, por isso a expressão usada pelo ex-ministro está entre aspas.

²⁵ Disponível em:
<https://www.cnnbrasil.com.br/politica/bolsonaro-diz-que-enem-comeca-a-ter-cara-do-governo/> Acesso em 24 de Janeiro de 2024.

²⁶ Informação disponível em:
<https://g1.globo.com/fantastico/noticia/2021/11/14/exclusivo-servidores-do-inep-detallham-interferencia-no-conteudo-das-provas-do-enem.ghtml> Acesso em 24 de Janeiro de 2024

religiosa. Ribeiro acabou sendo preso por escândalo de desvios de verbas da educação para outros pastores ²⁷.

Esse período entre 2018 e 2022 é importante de ser estudado por ser justamente a época de implementação do novo Ensino Médio. O ano de 2022 foi para a instauração obrigatória para o 1º ano, 2023 deve abranger 1º e 2º anos, e em 2024 todas as séries devem estar adaptadas às mudanças. Entretanto, como se pode perceber devido a tantas trocas de chefe da pasta e tantas polêmicas envolvendo esses Ministros, não houve uma estabilidade adequada para a implementação de uma reforma tão profunda no EM.

5.2. Breves considerações sobre Contexto político brasileiro atual

Quanto ao cenário atual da política nacional, após uma eleição acirrada e turbulenta, o ex-presidente Luiz Ignácio Lula da Silva foi eleito para um terceiro mandato, entretanto o candidato derrotado, Jair Bolsonaro, não aceitou o resultado das urnas e entrou o ano de 2023 incitando golpe, o que tem tornado o cenário bastante turbulento.

Os apoiadores do candidato Bolsonaro, motivados por uma enxurrada de “fake news”, foram sendo preparados há muito tempo para não aceitarem o resultado da eleição, em caso específico de derrota de seu candidato. Moroni (2017) conceitua as fake news como notícias adulteradas ou falsas, criadas para causar danos intencionalmente.

A jornalista e professora Elaine Tavares usou o termo “Universo Paralelo do Fanatismo” em título de uma reportagem para o IELA (INSTITUTO DE ESTUDOS LATINO-AMERICANOS) da Universidade Federal de Santa Catarina²⁸, ao se referir às informações falsas transmitidas em grupos de Whatsapp e Telegram bolsonaristas. Com diversos exemplos que demonstram os absurdos nos quais aquelas pessoas são capazes de acreditar.

Esse fenômeno da desinformação tem sido alvo de pesquisas recentes, muitas surgidas após a pandemia de covid-19, na qual as notícias falsas atrapalharam muito na contenção da doença, causando o que a OMS passou a

²⁷ Disponível em <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-61900067> Acesso em 24 de Janeiro de 2024

²⁸ Disponível em: <https://iela.ufsc.br/o-universo-paralelo-do-fanatismo/> Acesso em 15 de Abril de 2023

chamar de “infodemia”. Abaixo, a explicação do termo, segundo OPAS²⁹ (Organização Pan-Americana de Saúde) e OMS (Organização Mundial de Saúde):

Conforme declarado pela OMS, o surto de COVID-19 e a resposta a ele têm sido acompanhados por uma enorme infodemia: um excesso de informações, algumas precisas e outras não, que tornam difícil encontrar fontes idôneas e orientações confiáveis quando se precisa.

Os populistas autoritários da extrema-direita atual têm se valido muito das redes sociais para espalharem fake news e tirarem proveito político delas, a exemplo de Hitler e Goebbels que usavam da mídia para controlar a opinião na Alemanha nazista, os novos representantes extremistas vêm usando de ferramentas virtuais com o mesmo propósito. Os exemplos mais claros e próximos desses populistas atuais são Donald Trump nos EUA e Jair Bolsonaro no Brasil, ambos os candidatos não conseguiram a reeleição e insuflaram atentados contra a democracia.

Nos EUA, houve o ataque ao Capitólio na diplomação do presidente eleito Joe Biden por seguidores fanáticos de Trump, em 06 de Janeiro de 2021. No Brasil, aconteceram os atentados do dia 08 de Janeiro de 2023 com a invasão e depredação dos prédios dos 3 poderes.

Esses eventos violentos foram arquitetados e marcados virtualmente em grupos de seguidores desses políticos. Conforme as investigações sobre o financiamento dos atos golpistas no Brasil, há uma parcela do empresariado e do agronegócio custeando esses atentados.³⁰ Com o avanço das investigações, muitas pessoas têm sido presas por esse triste evento.

É possível perceber a relutância com que esse bloco encara a volta de um governo um pouco mais voltado à esquerda. Gastaram uma quantidade significativa de dinheiro para tentar novo golpe, financiando esses ataques, é importante salientar o apelo neoconservador muito forte de grande parte das falsas informações transmitidas, por meio desse apelo conseguem convencer uma parcela religiosa da

²⁹Disponível em: https://iris.paho.org/bitstream/handle/10665.2/52054/Factsheet-Infodemic_por.pdf. Acesso em: 19 de fevereiro de 2023.

³⁰Conforme apontado pelo Ministério da Justiça. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2023/01/10/financiamento-atos-golpistas-dino.htm> e também em: <https://www.infomoney.com.br/politica/justica-eleva-bloqueio-de-bens-de-financiadores-de-atos-golpistas-para-r-185-milhoes/> Acesso em: 20 de março de 2023.

população, composta, em grande parte, por idosos e evangélicos, que acabam sendo usados como massa de manobra na defesa de ideologias alheias.³¹

Depois dos ataques aos 3 poderes no dia 08/01/2023, com uma multidão motivada, principalmente, por esse tipo de falsas informações, a tendência é aumentar bastante o número de pesquisas e dados sobre esse tema, que tanto tem influenciado nos últimos pleitos, não só no Brasil, mas em todo o mundo. Esse fenômeno é tão efervescente que enche de dúvidas sobre o futuro político do país.

Quanto ao projeto do novo governo Lula para a educação, em seu plano de governo, não está clara como a reforma do EM será encarada. Há, no plano, a promessa de reverter os desmontes do governo Bolsonaro, valorização da educação, desde a creche até a pós-graduação, retomar o PNE (Plano Nacional de Educação), auxiliar os alunos defasados pela pandemia.

Há também a promessa de fortalecer a laicidade na educação, que embora seja algo que pareça desnecessário de ser prometido, já que é uma garantia constitucional, no cenário de forte viés neoconservador que vivemos, é bastante importante que se ressalte. Também há o compromisso em manter a política de cotas, e a promessa de fomentar a pesquisa, que fora diminuída no governo anterior.

Porém, cabe ressaltar que o presidente eleito em 2022 aliou-se a diversos partidos e representantes de correntes políticas bastante conservadoras na tentativa de derrotar a extrema-direita, com isso, dificilmente tenhamos grandes mudanças no que se refere à ideologia mercantil por trás das políticas públicas. Entretanto, diferentemente de seu antecessor, Lula é um líder que já se mostrou em outros mandatos mais aberto ao diálogo, não só com representantes do cenário político, mas também com movimentos sociais.

A partir desse diálogo surge a oportunidade de fortalecer a resistência para uma possível revogação de leis absurdamente injustas, como a Reforma do EM, por exemplo.

³¹ Informações disponíveis em diversos meios, abaixo listados, todos acessados em 21 de março de 2023:

- a) <https://www.google.com/url?q=https://exame.com/brasil/atos-bolsonaristas-cerca-de-600-idosos-e-mulheres-com-filhos-pequenos-presos-sao-liberados-pela-pf/&sa=D&source=docs&ust=1717711578454929&usg=AOvVaw2Gc9CXwVzW-e5VVfu021VS;>
- b) [https://revistaforum.com.br/politica/2023/3/15/bolsonaristas-dizem-que-igrejas-evangelicas-mobilizam-pagaram-ida-atos-terroristas-de-de-janeiro-132785.html;](https://revistaforum.com.br/politica/2023/3/15/bolsonaristas-dizem-que-igrejas-evangelicas-mobilizam-pagaram-ida-atos-terroristas-de-de-janeiro-132785.html)
- c) [https://noticias.uol.com.br/colunas/aguirre-talento/2023/03/15/presos-no-81-dizem-a-pf-que-igrejas-pagaram-onibus-para-ato-em-brasilia.htm;](https://noticias.uol.com.br/colunas/aguirre-talento/2023/03/15/presos-no-81-dizem-a-pf-que-igrejas-pagaram-onibus-para-ato-em-brasilia.htm)

Ainda durante a transição, o novo ministro da educação, Camilo Santana, e sua equipe estavam divididos quanto à proposta, parte da equipe defendia a revogação da lei e outra parte seu aperfeiçoamento, haja vista que os itinerários formativos dificilmente poderão ser ofertados em sua totalidade para todos os alunos. Em 8 de Março de 2023, por meio da Portaria 399, o MEC Instituiu consulta pública para a avaliação e reestruturação da política nacional de Ensino Médio, essa medida cancelou a implementação do Novo Ensino Médio por 60 dias³²

O recorte temporal no qual essa pesquisa está centrada vai até 2022, quando iniciei o programa de mestrado e também o ano no qual a reforma deveria ser implantada em todas as escolas para o 1º ano do Ensino Médio. Porém, para fins de registro, uma vez que citamos a transição de governo e foram comentadas as esperanças de que houvesse mudança em leis cruéis para a população aprovadas no período pós-golpe, também serão citadas as principais mudanças propostas para a reforma que encontravam-se em discussão na Câmara dos deputados em dezembro de 2023.

Como alternativa, o governo federal propôs o projeto de lei 5230/23 que redefine a Política Nacional de Ensino Médio no Brasil. O texto propõe modificações na carga horária das disciplinas obrigatórias, na formação de professores e nos itinerários formativos. Abaixo, o recorte dos elementos estruturantes que embasam o Projeto alternativo apresentado pelo governo federal como alternativa à reforma:

I - recompor a carga horária destinada à Formação Geral Básica – FGB para 2.400 (duas mil e quatrocentas) horas, podendo haver exceção na oferta de cursos técnicos, de 800 (oitocentas) a 1.200 (mil e duzentas) horas, fixando, nesse caso, um mínimo de 2.100 (duas mil e cem) horas de FGB; II - para cursos técnicos de 1.200 (mil e duzentas) horas, o MEC priorizará, em colaboração com os estados, ampliação de jornada por meio do Programa Escola em Tempo Integral, instituído pela Lei nº 14.460, de 31 de julho de 2023; III - definir os componentes curriculares, disciplinas, ser contemplados na oferta das áreas do conhecimento do ensino médio: língua portuguesa, língua inglesa, artes, educação física, matemática, física, química, biologia, sociologia, filosofia, história, geografia e a retomada da obrigatoriedade do ensino de espanhol; IV - estabelecer o tratamento curricular de estudos e práticas vinculadas ao desenvolvimento de competências e habilidades relacionados ao Pensamento Computacional e à Cidadania Digital; V - estabelecer a previsão de formas específicas para a oferta do ensino médio noturno e das modalidades da educação de jovens e

³²Disponível

em:

[https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/mec-suspende-cronograma-de-implementacao-do-novo-ensino-medio#:~:text=MEC%20suspende%20cronograma%20de%20implementa%C3%A7%C3%A3o%20do%20Novo%20Ensino%20M%C3%A9dio,-A%20suspens%C3%A3o%20vai&text=O%20Minist%C3%A9rio%20da%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20\(MEC.13%20de%20julho%20de%202021](https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/mec-suspende-cronograma-de-implementacao-do-novo-ensino-medio#:~:text=MEC%20suspende%20cronograma%20de%20implementa%C3%A7%C3%A3o%20do%20Novo%20Ensino%20M%C3%A9dio,-A%20suspens%C3%A3o%20vai&text=O%20Minist%C3%A9rio%20da%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20(MEC.13%20de%20julho%20de%202021)

Acesso em: 14 de abril de 2023.

adultos – EJA, educação quilombola, do campo, das florestas e das águas e educação escolar indígena; VI - revogar a organização dos itinerários formativos e estabelecer a flexibilização curricular a partir dos Percursos de Aprofundamento e Integração de Estudos, que devem obedecer a articulação entre, pelo menos, três áreas do conhecimento e/ou integração com a educação profissional; VII - definir parâmetros nacionais, em instrumento infralegal, para a organização interna de cada um dos Percursos de Aprofundamento e Integração de Estudos; VIII - vedação do uso de educação à distância na Formação Geral Básica e regulamentação específica da utilização de recursos de ensino remoto/educação híbrida para os Percursos de Aprofundamento e Integração de Estudos; IX - regulamentação das formas de reconhecimento do notório saber para atuação excepcional como docente na educação básica, distinguindo estes profissionais daqueles que compõem a definição de profissionais da educação na LDB; X - garantir que, no ano de 2023 e no ano de 2024, o Exame Nacional do Ensino Médio – Enem seja realizado com base nos conteúdos, competências e habilidades da Formação Geral Básica e constituir uma nova modelagem para o exame, em discussão com a sociedade brasileira; e XI - estabelecer prazo de 120 (cento e vinte) dias para a formulação de uma Política Nacional de Educação para o Ensino Médio. (BRASIL, 2023, PL 5230, p.11)³³

A Reforma do E.M de 2017, na prática, reduziu a carga horária da formação básica dos estudantes passando para 1.800 horas. O projeto recompõe as 2.400 horas para as disciplinas obrigatórias e sem integração com curso técnico. No caso dos cursos técnicos, serão 2.100 horas de disciplinas básicas e, pelo menos, 800 horas de aulas técnicas, no decorrer da etapa. Atualmente, as escolas devem destinar 1.800 horas anuais para as disciplinas obrigatórias e o restante, de 1.200 horas, para os itinerários formativos: matemática; linguagens; ciências da natureza; ciências humanas; ou formação técnica e profissional.

A Câmara, no entanto, designou para relatoria do projeto enviado pelo governo justamente Mendonça Filho, que era o Ministro da Educação no governo provisório de Michel Temer, responsável pela reforma. Dentre outros pontos, Mendonça Filho reduz as 2.400 horas propostas pelo MEC para 2.100h, o deputado justifica que a proposta de 2017 foi dialogada com as secretarias estaduais de educação. Ao que o atual ministro rebate uma vez que a Reforma de 2017 foi delineada em forma de Medida Provisória.

O MEC justifica a necessidade de reformulação da Reforma de 2017 sob o argumento de que esta não encontra apoio de educadores e estudantes, dentre outras justificativas. A implementação do novo EM está suspensa desde abril. Uma das críticas é a aprovação via Medida Provisória o que prejudicou o amplo debate,

³³ Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2351731
Acesso em 05/01/2023)

além disso, uma consulta pública iniciada pelo MEC em abril deste ano apontou que a suposta autonomia dos estudantes, argumento principal dos defensores da reforma, ficou prejudicada em escolas com perfil socioeconômico mais baixo, como turmas do ensino noturno, da educação de jovens e adultos (EJA) e de escolas de campo, indígenas e quilombolas:

Distintas avaliações foram produzidas, e constatou-se uma marcante heterogeneidade nas experiências de implementação nos estados brasileiros. Foram identificados desafios na implementação do Novo Ensino Médio – NEM, especialmente para as turmas do noturno, educação de jovens e adultos – EJA, escolas de campo, indígenas e quilombolas. Em 2022, 48% das unidades federativas não haviam iniciado a implementação do NEM nas turmas de EJA, 15% declararam que não iniciaram nas turmas do noturno e 22% nas escolas indígenas. Entre os estados que iniciaram a implementação em 2022, e considerando as diversas modalidades de oferta, a grande maioria declarou não ter implementado em 100% da sua rede. (BRASIL, 2023, PL. 5230, p.9)

Segundo a justificativa do governo, “A diversificação de trajetórias pressupõe que os estudantes tenham acesso igual a recursos, oportunidades e orientação vocacional” (BRASIL. PL 5230/2023, p.9), como não há igualdade de oferta os percursos acabam agravando as desigualdades.

A escolha de Mendonça Filho para a relatoria do texto que traz a alternativa do governo para atenuar a Reforma, já nos mostra o viés que a Câmara está seguindo frente a essa questão. Comprova, mais uma vez, como a luta contra o projeto de manutenção da hegemonia é muito difícil, mesmo sem revogar a Reforma, que seria o anseio maior dos que lutam pela educação integral, a simples tentativa de atenuar as perdas que os alunos das escolas públicas já estão apresentando, encontra tamanha resistência no Congresso Nacional.

6. NEOLIBERALISMO E NEOCONSERVADORISMO NAS REFORMAS EDUCACIONAIS

O neoconservadorismo é uma corrente ideológica que se fortaleceu a partir da década de 1970, conforme Reis (2014, p.52) tal advento se dá quando essa corrente “coopta parcelas importantes da intelligentsia norte-americana, acentua seu anticomunismo e concilia a moralidade tradicionalmente defendida por grupos conservadores com o liberalismo econômico e com a democracia”. A aliança com os ideais liberais é, portanto, um dos fatores cruciais para o fortalecimento dessa corrente ideológica.

Conforme Moll (2015), Neoconservadorismo e Neoliberalismo são correntes que pressupõem que as soluções para os problemas do Sistema Capitalista encontram-se no Estado mínimo. Abaixo uma definição de Harvey do conceito de neoliberalismo:

O neoliberalismo, em um primeiro momento, é uma teoria das práticas econômico-políticas que propõe que o bem-estar humano possa se desenvolver melhor pela liberação das habilidades e liberdades empreendedoras individuais dentro de uma estrutura institucional caracterizada por fortes direitos de propriedade privada, mercados livres e livre comércio. O papel do Estado é criar e preservar uma estrutura institucional apropriada para tais práticas. O Estado tem de garantir, por exemplo, a qualidade e integridade monetária. (HARVEY, 2007, p.02)

Harvey (2007, p. 3) alerta, no mesmo texto, que neoliberais ocupam lugares privilegiados em diversos setores do Estado, incluindo na educação. Tal afirmação é facilmente comprovada quando pensamos no nosso contexto escolar atual, a ideia de padronização e testagem, por exemplo, por meio de avaliações externas, servem como um controle de produtividades das escolas; a crescente privatização do ensino também nos exemplifica a afirmação de Harvey; bem como a visão do aluno como “capital humano”, na reforma do EM, há a preocupação em formar um indivíduo que seja adaptável ao mercado de trabalho e útil ao sistema.

Entretanto, cabe ressaltar que essas correntes, neoliberalismo e neoconservadorismo, não defendem a extinção do Estado, uma vez que ele serve para defender seus interesses, como o direito à propriedade, por exemplo, o que se ratifica pelo excerto de Harvey que chama atenção para o papel do estado na garantia da “qualidade e integridade monetária”. Assim, o Estado deve ser mantido para estar a serviço do capital.

Um bom exemplo da utilidade do Estado, num país que propaga o neoliberalismo e o Estado mínimo, aconteceu durante a crise de 2008/2009 quando o governo norte americano injetou bilhões para salvar o sistema financeiro, como nos mostra Neto (2012):

Exercendo desde o fim da Guerra Fria o papel de gendarme universal, vê-se que a destinação de recursos para a saúde pública nos Estados Unidos não é nenhuma prioridade, ao contrário da "saúde bancária": na crise financeira de 2008-09, o Estado (que, segundo a retórica neoliberal, não deve "intervir no mercado") pôs nas mãos dos banqueiros somas monetárias fabulosas. Aliás, naqueles anos, o socorro do conjunto dos Estados capitalistas aos

seus banqueiros parece ter alcançado a astronômica cifra de 8,9 bilhões de dólares (NETO, 2012, p.415)

No excerto acima, Neto compara os gastos com a saúde pública, pois, no mesmo artigo, introduz o tema falando sobre a inexistência de um efetivo serviço de saúde pública e da dificuldade que o presidente americano Obama encontrou em promover um serviço bastante tímido nesse sentido. As dificuldades se justificaram por não haver recursos financeiros para o governo investir em saúde, paradoxalmente puderam “salvar” bancos.

Como se pode observar, os neoliberais tentam colocar sobre a classe trabalhadora o ônus da crise do sistema. Defendem que o Mercado deve se autorregular, são contrários às políticas de bem estar social e consideram que um salário mínimo alto pode gerar inflação e prejudicar a economia.

Esse sistema é tão injusto para com a classe trabalhadora que até mesmo a maior carga tributária recai sobre esta, como vemos pelos relatórios da Receita Federal de 2021, que comprova que “44,02% de toda carga tributária brasileira em 2021 são impostos sobre Bens e Serviços, enquanto que apenas 4,87% incidiram sobre o patrimônio e 23,92% sobre a renda das pessoas”³⁴. O nosso modelo tributário é, portanto, desenhado para satisfazer as necessidades dos detentores dos meios de produção e do capital.

Atualmente, no Brasil, tem se falado sobre taxaço de lucros e dividendos, entretanto não está no nível de legislação, por hora, apenas no discurso, e ainda assim, o Mercado tem reagido mal. Essa crescente preocupação com o “humor” do mercado foi introduzida com mais força nos telejornais brasileiros nos últimos anos, qualquer manifestação política que coloque privilégios dos mais ricos em voga ou qualquer ameaça de mais direitos trabalhistas, causa mal-estar no mercado.

A população foi ensinada a temer o nervosismo do mercado, embora a maioria da população nem entenda o que significa essa expressão, mas que é usada de maneira muito consciente pelos defensores da ideologia neoliberal, uma vez que, conforme Dagnino (2004, p. 142): “Num contexto no qual o Estado se isenta progressivamente de seu papel de garantidor de direitos, o mercado é oferecido como uma instância substituta para a cidadania.”. Sendo assim, o Mercado

³⁴ Informação disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2023-06/reforma-tributaria-foco-no-consumo-limita-r-educacao-de-desigualdades#:~:text=Impostos%20sobre%20o%20consumo%2C%20renda,sobre%20a%20renda%20das%20pessoas>. Acesso em: 26 de Abril de 2024

passa a ser encarado como uma entidade digna de devoção, já que passa a ser mostrado como a salvação das mazelas sociais.

Assim sendo, inclusive na Educação, o Mercado passa a ser visto como solução para todos os problemas. Apple (2015) chama atenção para o discurso de despolitização dos mercados, tidos como neutros e capazes de garantir a meritocracia. Essa tendência de mercado neutro e autorregulado é própria da ideologia neoliberal, muito fortalecida no nosso país no período pós-golpe. Bem como a ideia de meritocracia, que coloca os indivíduos como iguais nas disputas do mundo capitalista, como se não houvesse um abismo de oportunidades entre as diferentes classes na nossa sociedade.

Conforme a ideologia neoliberal, deve ser dada ao cidadão a responsabilidade por seu próprio bem-estar social, retirando responsabilidades do Estado, que é justamente a fonte do poder dado ao mercado. Dessa forma, seria natural imaginar que o Estado não deveria ter ingerência sobre as escolhas individuais.

Nesse sentido, pautas como a união homoafetiva, o aborto e o consumo de drogas não deveriam ser reguladas pelas políticas públicas, já que estão na esfera das escolhas individuais. Porém, mesmo com o viés neoliberal da política atual, essas questões têm sido alvo de muita polêmica no cenário político, por conta da ideologia neoconservadora.

O ex-presidente Bolsonaro, em seu projeto de governo, nas eleições de 2018, apresentava uma proposta de combate à sexualização das crianças, é um claro apelo ao neoconservadorismo, pelo qual pretendia atrair o eleitorado mais religioso, que tende a ser mais conservador. No contexto brasileiro, as igrejas evangélicas têm exercido uma influência significativa no cenário político. É um fenômeno bastante impressionante o advento das igrejas neopentecostais no país. Entretanto, esse segmento tem influenciado na política em prol, principalmente, do neoliberalismo:

A laicidade estatal no Brasil não somente não dispõe de força normativa e ascendência cultural para promover a secularização da sociedade e para assegurar sua própria reprodução, como tem sido acuada pelo avanço de grupos católicos e evangélicos politicamente organizados e mobilizados para intervir na esfera pública (MARIANO, 2011, p. 254)

Infelizmente, é comum esse segmento religioso trazer pautas que, como afirma Mariano (2011), prejudicam a laicidade. Questões como aborto, por exemplo,

são debatidas mais com conotação religiosa do que do ponto de vista da saúde pública.

Outro fator que tem influenciado na política e no voto nacional são as desinformações. No contexto da educação, houve a falsa notícia de que seriam distribuídas “mamadeira de piroca” e que seria estabelecido “banheiro unissex” por exemplo, são absurdos que circularam nas redes sociais no período de campanha das últimas eleições e servem de argumento para atingir o eleitorado mais conservador e propenso a acreditar nessas fake news.

Santos (2020) analisou o vídeo no qual havia a falsa denúncia de distribuição de mamadeiras cujas pontas simulavam pênis, e fez pesquisa com pessoas que deram credibilidade a essa fake news:

No caso da atribuição de veracidade para a “mamadeira de piroca” por alguns eleitores de Bolsonaro, parece ter pesado, exatamente, esta falta de contato com a verdade. Tanto interpretante quanto fundamento do signo se dirigem, no caso analisado, a um objeto que não existe, a não ser como fantasia. Ou como estratégia semiótica desonesta praticada por setores da política brasileira, que exploram a experiência colateral de um eleitorado desinformado, paralisado em crenças extemporâneas, capazes de gerar sentidos de realidade onde esta se ausenta. (SANTOS, 2020, p.15)

Em sua pesquisa, Santos identificou, no público evangélico, maior propensão em acreditar na existência desse objeto tão absurdo. Mas se observarmos criticamente, a distribuição dessa mamadeira, justificaria muito bem no plano de governo apresentado pelo então candidato Bolsonaro, no qual se fala sobre a sexualização das crianças no sistema educacional.

É possível constatar que o advento da internet pode ter contribuído para o fortalecimento dessa corrente ideológica no Brasil. A suposta existência dessa mamadeira é um exemplo de *Fake News*.

Cabe demarcar nesse ponto que, conforme Korybko (2015), essas falsas notícias vêm sendo utilizadas como instrumento para uma nova espécie de guerra, as chamadas Guerras Híbridas, que podem ser vistas também como uma forma de intervenção, os EUA se valem disso para interferir nos governos considerados hostis aos seus interesses. A chamada Nova Direita brasileira dominou esse mecanismo e o tem utilizado para desestabilizar os seus adversários políticos.

Santos (2020) traz dados de uma pesquisa do instituto Reuters que mostram a crença dos brasileiros nas redes sociais:

A pesquisa entrevistou 75 mil pessoas de 38 países, incluindo-se 2013 respondentes brasileiros. Destes, apenas 48% declararam confiar nas notícias. Outros 53% afirmaram usar o WhatsApp para se informar, o que é muito quando comparamos o percentual nacional com os 9% no Reino Unido, 6% na Austrália e apenas 4% nos Estados Unidos e Canadá (REUTERS, 2019, p.19) (SANTOS, 2020, p.3)

É um fenômeno bastante preocupante essa confiança da população brasileira nas redes sociais, os líderes da corrente política neoconservadora adiantaram-se em se aproveitar desse fenômeno. Diversos líderes religiosos usam plataformas como *twitter*, *facebook*, *whatsapp* para propagarem suas ideias, assim como os ex-presidentes da extrema-direita Bolsonaro do Brasil e Trump nos EUA.

Nancy Fraser (2018), ao analisar a ascensão de Donald Trump, traça um paralelo interessante entre o que ela chama de neoliberalismo progressista e de neoliberalismo reacionário, ressaltando que ambas as ideologias convergem para a manutenção da hegemonia econômica, entretanto os progressistas, para tornarem-se mais palatáveis associaram-se “com o pensamento progressista e libertário, o cosmopolita e o moralmente avançado”, como afirma Fraser (p.63), assim, “o sombrio repentinamente se tornou emocionante.” Já o neoliberalismo reacionário, nas palavras da autora:

Embora afirmando promover os pequenos negócios e a manufatura, o verdadeiro projeto econômico do neoliberalismo reacionário estava centrado no apoio às finanças, à produção militar e à energia extrativa, tudo para beneficiar, sobretudo, os 1% global. O que supostamente deveria tornar isso palatável para a base que eles buscavam criar era uma visão excludente de uma ordem de status justa: etnorracional, anti-imigrante e pró-cristã, se não abertamente racista, patriarcal e homofóbica. (FRASER, 2018, p.49)

É possível perceber muitas semelhanças entre o que a autora chama de neoliberalismo reacionário com a corrente política que se formou no Brasil no período pós-golpe e que culminou na vitória de Jair Bolsonaro para a presidência e de um grande número de parlamentares neoconservadores no pleito de 2018. Bolsonaro também se valia de um discurso populista, autoritário e excludente e trazia consigo um projeto fortemente neoliberal para a economia.

Essa figura do populista autoritário, que já foi mencionada nesse trabalho, forma, conforme Apple (2000), uma das bases da Nova Direita, somam-se a essa figura, “os neoliberais, os neoconservadores, e a nova classe média profissional”. Segundo esse mesmo autor, uma das estratégias dessa nova direita é a reconstrução do bom-senso, esses populistas autoritários aparecem como portadoras de uma verdade absoluta, comunicam-se de maneira “franca” e numa linguagem que todos possam entender, e criam a ideia de conspiração por parte de quem é contrário ao bom-senso criado por eles:

Esta é uma técnica poderosa. Em primeiro lugar, ela presume que não há argumentos genuínos contra a posição escolhida; quaisquer pontos de vista opostos são, assim, posicionados como falso, hipócrita ou partidário. Em segundo lugar, a técnica apresenta o orador como alguém corajoso, honesto e suficiente para falar o (antes) indizível. Assim, a superioridade moral é presumida. (GILLBORN, 1997b, p.353, apud APPLE, 2015, p. 614)

Através desse novo “bom-senso”³⁵, essa corrente conseguiu que hoje o debate educacional retrocedesse, muitas ideias superadas voltaram ao debate, como a laicidade do Estado, por exemplo, bem como a necessidade de educação sexual na escola.

A educação sexual é uma parte importante na formação dos indivíduos, mas passou a ser atacada por essa corrente como sexualização da infância. Essa deturpação semântica é um recurso muito usado nos discursos dessa corrente política, assim, vão ganhando força no debate educacional e, por consequência, o apoio de parte da população.

Cabe lembrarmos nesse ponto as novas estratégias de intervenção dos EUA nos países que consideram hostis. Como já citado anteriormente nessa pesquisa, Korybko (2018, p.72) alertou para a estratégia de criação de uma mente de colmeia, na qual os indivíduos são agrupados ideologicamente e manipulados para, em enxame, mobilizar-se em manifestações que, mesmo que baseadas em falsas informações, são extremamente difíceis de ser combatidas. Sendo assim, diferentes grupos valem-se de informações deturpadas ou falsas para defesa de seus interesses pessoais e políticos.

Biroli, Machado e Vaggione (2020), ao analisar a união de diversos grupos que formam essa aliança neoliberal e neoconservadora, na América Latina, apontam

³⁵ A expressão “bom-senso” é usada aqui como paradigma criado pela corrente política neoconservadora e não representa uma opinião da autora.

que a cola que une esse grupo encontra-se, principalmente na rejeição às pautas dos direitos LGBTQIA+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, Querr, Intersexuais, Assexuais, o sinal “+” para reconhecer as orientações sexuais ilimitadas de gênero usadas pelos membros dessa comunidade) e ao movimento feminista. Segundo esses autores, grupos religiosos (católicos e evangélicos) unem-se a outros setores da direita para “bloquear avanços no campo dos direitos sexuais, redefinir o sentido dos direitos e das políticas públicas e, em alguns casos, legitimar a censura” (BIROLI, MACHADO, VAGGIONE, 2020, p.22)

Um exemplo de tentativa de implantar essa política na educação é o Escola Sem Partido, que, como já mencionado, busca vetar o debate nas escolas, bem como atribui educação sexual à esfera familiar.

Mesmo que, infelizmente, dados da Secretaria de Segurança Pública de 2022 mostrem que, nos estupros de crianças e adolescentes, “O local da violência também permanece o mesmo: 76,5% dos estupros acontecem dentro de casa”³⁶. O mesmo documento incentiva que a escola seja um lugar de informações, já que os abusos acontecem, na maioria das vezes, por falta de informações dessas vítimas, a escola ajuda a criança a identificar quando está sofrendo algum abuso.

A aliança que se forma entre neoliberais e neoconservadores, está pautada na busca pela perpetuação da hegemonia do capital, por mais paradoxal que possam parecer certas alianças que se formam, elas possuem, conforme Moll (2015) uma gênese comum:

Em suma, intelectuais de tendências neoconservadoras apontaram as transformações socioculturais e os programas sociais estabelecidos durante o século XX, sobretudo nos anos 1960, como os principais causadores dos problemas morais e de uma suposta degeneração social que assolou os Estados Unidos. Na lógica neoconservadora, as políticas sociais liberais atribuíam ao Estado papéis que deveriam ser assumidos pelos familiares, pela Igreja e pela comunidade. Nesse sentido, o Estado destinava recursos para os programas sociais, ao invés de incentivar a livre iniciativa e o emprego, sendo assim condescendente com a criminalidade, uma vez que abandonava a sua verdadeira função, a manutenção da ordem pública, em nome de outras atividades utópicas (MOLL, 2015, s/p.)

Sendo assim, tanto neoliberais como neoconservadores veem, no Estado assistencialista, um problema gerador da crise financeira e de valores, pode-se

³⁶ Retirado do Anuário brasileiro de Segurança Pública de 2022. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/07/14-anuario-2022-violencia-sexual-infantil-os-dados-estao-aqui-para-quem-quiser-ver.pdf> (p.5). Acesso em 19 de fevereiro de 2023.

dizer, portanto, que o Estado passa a ser o inimigo, mas não um inimigo a ser combatido e sim a ser dominado, já que essas duas tendências estão ganhando cada vez mais espaço nos governos pelo mundo afora.

Apple (2015) alertava para as alianças que os neoconservadores e seus populistas autoritários fazem para ter maior influência política, uma dessas alianças é com os neoliberais. No parlamento brasileiro, existe uma corrente apelidada de “bancada BBB”, pois ela inclui os defensores da política armamentista, apelidada de bancada da bala, os defensores do agronegócio, bancada do boi, e os políticos pastores evangélicos e católicos carismáticos, bancada da bíblia. Quadros e Madeira (2018) atrelam o advento da bancada direitista, a partir do pleito de 2014, justamente a essa bancada:

Defensores de valores cristãos, da preservação do *status quo* nas zonas rurais e do incremento da repressão à criminalidade passaram a ocupar mais assentos no parlamento brasileiro (a chamada “bancada BBB” – Bíblia, Boi e Bala), ao passo que bancadas simpáticas às pautas “progressistas” sofreram sensível redução. Analisando tal cenário, o presidente do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap) chegou a afiançar, um dia após a eleição de outubro de 2014, que “o novo Congresso é o mais conservador desde 1964 (QUADROS e MADEIRA, 2018, s/p)

É importante salientar que a união desses diferentes agrupamentos políticos carrega consigo a intenção de perpetuar o poder hegemônico. Um dos reflexos dessa aliança é que, mesmo passados mais de 30 anos que vivemos numa democracia, as mulheres, que segundo dados do PNAD de 2021, correspondem a 51,1% da população brasileira (contra 48,9% de homens)³⁷, ocupavam, naquele mesmo ano, apenas 15% das cadeiras da câmara de deputados e 14% no senado³⁸.

Também conforme dados do PNAD 42,7% da população se declara branca; 46,8% se declara parda; 9,4% se declara preta e 1,1%, amarelos ou indígenas, e na eleição de 2022, 72% dos parlamentares eleitos são brancos³⁹. Assim sendo, percebemos a manutenção da hegemonia de sexo e raça nos cargos públicos.

³⁷PNAD: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18320-quantidade-de-homens-e-mulheres.html>. Acesso em: 19 de fevereiro de 2023.

³⁸Dados obtidos em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2021-03/com-pouca-representatividade-politica-mulheres-ainda-buscam-direitos>. Acesso em: 19 de fevereiro de 2023.

³⁹Retirado de: <https://exame.com/brasil/72-dos-deputados-federais-eleitos-em-2022-sao-brancos-26-sao-negros/>. Acesso em: 19 de fevereiro de 2023.

A sub-representação das minorias é a manutenção do poder hegemônico, desacreditar os movimentos sociais que lutam por igualdade é uma das armas desses grupos neoconservadores, assim conseguem manter o poder da maneira que lhes é confortável. Como afirma Biroli (2019) sobre os movimentos feministas e LGBTQIA+:

A rejeição à igualdade de gênero e à diversidade sexual tornou-se plataforma comum de governos de extrema-direita na Europa e nas Américas, como os de Viktor Orbán na Hungria e Jair Bolsonaro no Brasil. A ideia de que o gênero é uma ameaça que paira sobre as famílias se transformou em estratégia para reunir apoio popular a grupos e lideranças de direita e extrema-direita em diversos países. (BIROLI, 2019, s/p)⁴⁰

Como podemos perceber, esse movimento neoconservador aliado aos ideais do neoliberalismo tem se fortalecido na política nacional. Muitos pesquisadores apontam para o fim do fenômeno da “direita envergonhada”⁴¹, e atribuem justamente ao retorno da agenda conservadora essa mudança. A introdução de pautas e direitos dos movimentos de gênero e raça dos últimos anos causaram desconforto em uma parcela conservadora da população, e os políticos dessa linha acabaram se fortalecendo e hoje defendem abertamente suas posições, ainda que sejam excludentes.

A política de cotas é alvo de grande parte do desconforto desse bloco, bem como as questões ambientais e de demarcação de terras indígenas, mas como podemos notar, essas leis podem colocar em risco a manutenção do “status quo” que é muito confortável para a parcela da população que mantém o controle do capital. Para angariar apoio popular, foi necessário, além de atacar essas políticas, criar um inimigo comum que parecesse perigoso, e assim transformaram as lutas por igualdade para as minorias em uma “luta contra os valores familiares”, dessa forma conseguiram o apoio necessário para ocupar cargos políticos em número significativo.

Entretanto, não são apenas os líderes religiosos que têm interesse na educação, o empresariado também tem se mostrado cada vez mais interessado na

⁴⁰ Artigo encontrado apenas na versão online, sem página, disponível em: <https://nuso.org/articulo/reacao-contra-o-genero-e-democracia/>. Acesso em 18 de fevereiro de 2023.

⁴¹ No período pós-ditadura, mesmo os partidos com pautas liberais evitavam a alcunha de “partido de direita”, essa aproximação com o regime militar causou o constrangimento na direita brasileira, esse fenômeno foi chamado de ‘direita envergonhada’.

qualidade da educação brasileira. Entretanto, há de se compreender que essa qualidade encontra-se atrelada aos interesses desse empresariado.

Albuquerque e Zanardi (2021 p. 1409) identificam pelo menos 2 campos no avanço do capital sobre a escola:

1. A expansão das escolas e das Instituições de Ensino Superior privadas nos últimos anos, quando a busca é a intensificação da mercantilização da educação.
2. A expansão de políticas públicas que guardam estreitas relações com os interesses do capital, seja na naturalização das desigualdades, seja na homogeneização curricular, seja na ênfase nas competências e no empreendedorismo.

Na esteira desse segundo interesse listado pelos autores, identificamos a reforma do Ensino Médio. Essa reforma já estava esboçada no plano de governo de Aécio Neves, candidato que foi derrotado nas eleições que antecederam o golpe, quando Michel Temer assumiu o poder, implantou a mesma reforma que o candidato favorito do mercado trazia como proposta.

Uma suposta “modernização” da educação, que foi justificada por conta dos índices de evasão, conforme os defensores da reforma, a escola havia se tornado desinteressante, era necessário modernizá-la e dar maior protagonismo aos estudantes, outra justificativa para tal reforma seria a má qualidade da educação. Trazem então, a promessa de melhoria, um discurso que conforme Apple (2015, p. 610/611):

Hoje não é nada diferente do que foi no passado. Um conjunto “novo” de compromissos, uma nova aliança e um novo bloco de poder já foram formados e têm cada vez mais influência na educação e em todas as coisas sociais. Este bloco de poder combina múltiplas frações do capital, as quais estão comprometidas com as soluções mercantilizadas neoliberais para problemas educacionais : intelectuais neoconservadores que querem um “retorno” aos padrões mais elevados e uma “cultura comum”, conservadores religiosos populistas autoritários que estão profundamente preocupados com laicidade e preservação de suas próprias tradições e determinadas frações da nova classe média orientada às profissões que estão comprometidas com a ideologia e as técnicas de accountability, medição e “gestão”.

Como nos mostra Apple, não há nada de “novo” nessas propostas de reforma da educação orientadas pela lógica neoliberal, é invariavelmente em busca de uma suposta qualidade, que é medida geralmente por avaliações externas, que seguem um currículo pré-estabelecido e comum a todos os estudantes; justificadas por um

perigo fantasioso que a escola pode trazer à família; e a necessidade de preparação para se adaptar ao mercado de trabalho.

Ainda segundo Apple (2015, p. 611), embora haja divergências nesses grupos que formam tais alianças, eles possuem objetivos convergentes que são “fornecer condições educacionais, que são, acredita-se, necessárias tanto ao aumento da competitividade internacional, lucro e disciplina como ao regresso a um passado romantizado da casa, família e escola ‘ideal’.”

Através da união desses objetivos, a aliança cria a força necessária para ser implementada. Uma das características desse tipo de reforma é a oferta de um currículo pré-estabelecido, igual para todos os alunos, ou seja, que não dialoga com a diversidade cultural, étnica, racial ou sexual, o que por si só já é preocupante.

Também cabe ressaltar que as reais causas da evasão escolar não são trabalhadas nesta política, haja vista que, conforme dados do IBGE, em 2018, a evasão escolar foi 8 (OITO) vezes maior entre os mais pobres, ou seja, a questão social é disparada a principal razão para o abandono escolar⁴². Um outro dado obtido pelo IBGE que chama bastante atenção é o índice de meninas que abandonam a escola por conta da gravidez.

Gravidez precoce é o motivo apontado por 23,8% das meninas que abandonam a escola⁴³, um ponto que chama atenção ao analisarmos tal índice é o discurso moralizante do Escola Sem Partido, movimento que se fortaleceu muitos nos últimos anos e, dentre outras pautas, defende que a escola não deve abordar temas como educação sexual. Assim como o MPB, o ESP também se traveste de neutralidade, trazendo um discurso com forte viés neoconservador, que assim como o MPB, acaba por servir ao ideal neoliberal, como estamos vendo ao longo desta pesquisa.

A reforma de ensino trazida para o Brasil, além de fomentar um currículo tradicional, próprio da escola gerencialista, ainda faculta a oferta de determinadas disciplinas. Sendo assim, muitos conhecimentos são negados aos alunos

⁴²Dados disponíveis em: <https://censoagro2017.ibge.gov.br/2012-agencia-de-noticias/noticias/25883-abandono-escolar-e-oito-vezes-maior-entre-jovens-de-familias-mais-pobres.html> . Acesso em 06/03/2023.

⁴³Dados disponíveis em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-de-noticias/noticias/28286-necessidade-de-trabalhar-e-desinteresse-sao-principais-motivos-para-abandono-escolar> . Acesso em 06/03/2023.

dependendo do itinerário formativo que eles escolham ou que lhes seja imposto pela instituição que eles tenham condições de frequentar.

O maior temor da classe docente e de toda a sociedade que se preocupa com a educação integral, no sentido omnilateral da expressão, é o abismo ainda maior que se abrirá entre escolas públicas e privadas, a oferta de itinerários desiguais assombra o futuro da educação. No seu segundo ano de implantação, já virou notícia nacional a oferta de disciplinas do tipo: “como fazer brigadeiro caseiro?”⁴⁴.

Essa visão de “empreendedorismo” voltado para formar um tipo específico de mão-de-obra, como é o caso desse exemplo dos brigadeiros, é totalmente contrário a uma educação para o trabalho no seu sentido omnilateral. No entanto, vai ao encontro dos anseios de uma classe burguesa que quer manter seus privilégios e estendê-los aos seus descendentes, perpetuando, aos descendentes dos excluídos, a exclusão.

As soluções mercantilizadas para a educação já foram implantadas em diversos países, Conforme Apple (2015) os defensores dessas reformas acreditam na necessidade de um maior controle dos currículos e das práticas de ensino para restaurar tradições, um saudosismo comum para conservadores. Esse autor ainda ressalta que tais reformas não são resultado de pesquisas e seus resultados, mas que quando foram submetidas à pesquisa, mostraram-se incapazes de promover a “eficácia mercantil” prometida.

Outra prática comum desse tipo de política é a fixação de resultados por escola, muito comum nessas reformas mercantis. Os alunos são submetidos a uma avaliação externa, objetiva e comum a todos os estudantes, independente da classe social, da região em que vivem, dos recursos culturais ou tecnológicos a que esses estudantes tenham acesso, o resultado dessa prova vira uma “nota” para a escola.

Assim, é comum escolas de periferias mais carentes obterem notas menores, já que esses estudantes costumam enfrentar maiores desafios no seu processo de aprendizagem. Entretanto, essas desigualdades não são levadas em consideração nos resultados quantitativos, dessa forma, as crianças da classe média acabam migrando para as escolas com melhores índices numéricos de aprendizagem.

⁴⁴Disponível em:

<https://oglobo.globo.com/brasil/noticia/2023/02/aula-de-rpg-ou-de-cuidados-com-o-pet-professores-e-pais-criticam-disciplinas-inusitadas-do-novo-ensino-medio.ghtml>. Acesso em 21 de fevereiro de 2023.

Esse fenômeno acaba causando um êxodo social, tal prática prejudica também os profissionais, que acabam sentindo-se responsáveis pelo “mau desempenho” de seus alunos em tais avaliações. Esse fenômeno acaba acentuando as já tão profundas desigualdades sociais.

Tendo em vista a relevância desse problema para a educação e, conseqüentemente, para toda a sociedade, o próximo capítulo versa sobre as teorias de currículo, uma vez que a reforma do EM trouxe consigo uma Base Comum Curricular. Essa BNCC traz uma listagem de conteúdos a serem trabalhados indistintamente em todo o vasto território nacional, como se não houvesse distinções culturais, sociais e econômicas imensas entre as diferentes regiões do nosso país .

7. REFLEXÕES SOBRE TEORIAS DE CURRÍCULO

“A garantia de sucesso na educação se baseia no fato de que os alunos não precisam abandonar suas identidades culturais para aprender, mas que os professores as considerem um ativo ponto de partida, com o qual podem começar a construção e a remodelação de novos conhecimentos, mais que tratá-las como um obstáculo ou um freio a ser solucionado ou ignorado” (SANTOMÉ, 2013, p. 12).

Como professora de Língua Portuguesa, no decorrer da minha trajetória profissional, tenho compreendido o currículo como algo que passou a ser imposto. Um documento que traz uma listagem de conteúdos a serem trabalhados em cada ano do estudante em sua trajetória escolar, de maneira uniforme, ou seja, desconsiderando as diversidades sociais e culturais que um país continental como o Brasil apresenta.

No meu componente curricular, embora o advento do campo da linguística tenha conseguido inserir as variedades linguísticas como parte do conteúdo, é importante sinalizar que se trata de uma inserção modesta no decorrer do ensino. Há, portanto, a imposição predominante pela norma padrão da língua.

O estudo da variedade padrão da língua portuguesa é, sem dúvida, um direito de todos os estudantes, entretanto, é notório que sua imposição impõe desigualdades entre crianças e jovens que não têm acesso natural a essa variedade em seus convívios sociais. É igualmente notável que esse obstáculo reflete as desigualdades sociais do nosso país.

Sendo assim, a imposição do estudo de uma única variedade como a “correta” implica na existência das formas “erradas” de se expressar. Essa dicotomia acaba sendo fonte de preconceito linguístico.

Embora nossa sociedade venha sendo marcada pelas lutas sociais e empoderamento de grupos historicamente excluídos, no campo das linguagens, infelizmente, ainda é comum a naturalização do preconceito linguístico. Como nos afirma Bagno (2007):

Infelizmente, porém, essa tendência não tem atingido um tipo de preconceito muito comum na sociedade brasileira: o preconceito linguístico. Muito pelo contrário, o que vemos é esse preconceito ser alimentado diariamente em programas de televisão e de rádio, em colunas de jornal e revista, em livros e manuais que pretendem ensinar o que é “certo” e o que é “errado”, sem falar, é claro, nos instrumentos tradicionais de ensino da língua: a gramática normativa e os livros didáticos. (BAGNO, 2007, p. 13)

A existência desse preconceito acaba calando as minorias que não dominam a variedade padrão, o que novamente é o reflexo das desigualdades sociais. Entretanto, não podemos encarar como um simples reflexo, uma vez que com o silêncio dos desvalidos, a manutenção do Estado hegemônico acaba favorecida.

O dito “errado” acaba se calando, a criança que é vetada na escola por sua forma de falar, costuma ser aquela oriunda de uma família que não teve acesso aos níveis mais elevados de escolaridade. Retirar a voz dessa criança, é retirar seu prazer em aprender e perpetuar as desigualdades.

Pensando no ensino da língua materna, e no preconceito linguístico que ainda é muito forte na nossa sociedade, escolhi a frase de Santomé sobre justiça curricular para epígrafe deste capítulo. O sucesso da educação depende de como o aluno se vê na escola, a questão da linguagem é muito relevante na jornada escolar, é importante lembrar que a diversidade enriquece uma cultura e não o contrário, porém a imposição por uma única variante dita “correta” vai na contramão dessa riqueza cultural, mas contribui para a manutenção da exclusão que é bastante conveniente para alguns grupos.

Assim, constatamos que o currículo escolar, na sua imposição suprema por uma língua homogênea, acaba também, e não de maneira desinteressada, servindo para a manutenção do Estado Hegemônico. Como também afirma Bagno (2007 p.9) “tratar da língua é tratar de um tema político, já que também é tratar de seres humanos”. Partindo dessas considerações, e também da minha experiência e

reflexões oriundas da minha formação profissional, serão feitas as reflexões sobre as teorias curriculares.

Tais reflexões são relevantes para essa pesquisa por conta da imposição da nova BNCC que veio logo após a reforma do EM e que contou com o apoio de figuras importantes do empresariado brasileiro. Faz-se, portanto, necessário compreender a relevância desse novo Currículo e desvendar o que está por trás do grande interesse dos detentores dos meios de produção do capital na sua elaboração.

Silva (2011, p.11) traz considerações sobre o que seria uma teoria de currículo, segundo esse autor, “teoria é uma representação, uma imagem, um reflexo que cronologicamente, ontologicamente, a precede” Nesse sentido, o currículo não seria algo a ser produzido e sim algo pré-existente. Assim, percebemos a problemática nessa nomenclatura de Teoria de Currículo, já que ela não apenas descreve, ela também está na produção dos textos.

Como se sabe, nesse campo, nada é desinteressado, a expressão “teoria de currículo” parece retirar o processo de criação e passar à simples descoberta, assim as intencionalidades da seleção de saberes ficam ocultas já que se subentende que o currículo já estava pronto, somente na espera de ser desvendado. Para esse autor a expressão mais adequada seria “discurso de currículo”. Mas como a nomenclatura já está bastante fixada, continua sendo usada, entretanto é relevante refletir sobre suas implicações.

Um Currículo escolar, é então, uma seleção de saberes, dentre muitos existentes em uma sociedade, que são listados para serem trabalhados em sala de aula. Essa seleção implica, como alerta Silva (2011), em moldar o tipo de ser humano desejável em um determinado tipo de sociedade.

As três principais correntes de teorias curriculares são tradicional; crítica e pós-crítica. Em 1918, foi lançada a obra *The Curriculum*, de Bobbitt, no qual é apresentada a teoria Tradicional, baseada na administração científica taylorista: “No discurso curricular de Bobbitt, pois, o currículo é supostamente isso: a especificação precisa de objetivos, procedimentos e métodos para a obtenção de resultados que possam ser precisamente mensurados” (SILVA, 2011, p.12).

A teoria tradicional replica, na escola, a administração fabril, ela surgiu num momento em que os grupos percebiam o poder da escolarização, já que ela estava se massificando, ou seja, não seria mais um privilégio das elites, portanto diversos

grupos passaram a tentar influenciar na educação, já que a mão-de-obra passaria pela escola.

Naquela época, não era diferente de hoje, o que significa que as elites tinham mais poder de influência, e o currículo era voltado à preparação da mão-de-obra que se pretendia. A suposta neutralidade da teoria tradicional traz consigo a preparação de um trabalhador que replica o que lhe é passado e não reflete sobre a exploração de sua mão-de-obra. Abaixo um trecho de Sacristán (2000) que corrobora com a tese de que a educação serve a certos interesses concretos:

A escola em geral, ou um determinado nível educativo ou tipo de instituição, sob qualquer modelo de educação, adota uma posição e uma orientação seletiva frente à cultura, que se concretiza, precisamente, no currículo que transmite. O sistema educativo serve a certos interesses concretos e eles se refletem no currículo. Esse sistema se compõe de níveis com finalidades diversas e isso se modela em seus currículos diferenciados. As modalidades de educação num mesmo intervalo de idade acolhem diferentes tipos de alunos com diferentes origens e fim social e isso se reflete nos conteúdos a serem cursados em um tipo ou outro de educação. (SACRISTAN, 2000, p. 17).

Como sabemos, o discurso sempre tem uma ideologia, a neutralidade propaganda nessa teoria, traz, disfarçada, um viés político muito forte. E no Brasil atual, essa corrente tem se mostrado muito poderosa, os defensores da BNCC afirmam buscar essa neutralidade, entretanto o grupo com maior voz na formulação curricular do Novo Ensino Médio é o MPB (Movimento Pela base), formado por figuras do empresariado brasileiro, com destaque para a fundação Lemann⁴⁵.

É importante refletir sobre os interesses que possam estar por trás do esforço dos donos dos meios de produção do capital na formação dos jovens, embora esse grupo afirme em seu site que estejam na busca pela redução das desigualdades e maior eficiência como vemos abaixo:

A Base Nacional Comum Curricular define os conhecimentos e habilidades essenciais que todos os estudantes brasileiros têm o direito de aprender, ano a ano, durante sua trajetória na Educação Básica. Adotar uma base curricular comum é fundamental para reduzir as desigualdades educacionais de uma nação. Ao definir o que é essencial ao ensino de todos os alunos em cada uma das etapas da vida escolar, as expectativas de aprendizado e critérios de qualidade ganham transparência e podem ser aplicadas e cobradas com maior eficiência (MOVIMENTO PELA BASE NACIONAL COMUM, 2016, s/p.)

⁴⁵ Pertencente a Jorge Paulo Lemann, segundo a Forbes, o homem mais rico do Brasil, é dono do grupo 3G Capital.

Confrontando essa justificativa trazida por esse grupo e lembrando que, nas propostas iniciais de Reforma, havia a retirada de saberes como Filosofia e Sociologia, muitos questionamentos vêm à mente: que qualidade é essa que é defendida? O que entendem por essencial? Essencial para quem? Qual a finalidade de educação que buscam? A quem serviria essa Base Comum que retira saberes que fomentam a criticidade ou que reduzem a carga horária dessas disciplinas?

Por mais que esse grupo não declare abertamente que têm investido para tentar moldar a educação brasileira buscando atingir objetivos próprios, os esforços em apoiar as novas políticas públicas para a área da educação, esse novo Ensino Médio e a Base Comum Curricular, deixam evidências de que os empresários não estão preocupados com uma educação integral, mas sim, defendendo o seus lucros nos anos futuros.

Com essa influência tão forte do empresariado, os currículos tendem a seguir sempre no modelo tradicional, cada vez com maior destaque para a cultura de “*accountability*”⁴⁶. Assim sendo, deixam a responsabilidade por eventuais índices ruins unicamente para a escola e seus profissionais.

E, ao pensarmos nesses índices, também é importante refletirmos que, na escolha dos saberes que devem ser trabalhados na BNCC, está a seleção dos conteúdos presentes na avaliação em larga escala, enquanto, nas avaliações em larga escala, encontram-se os conteúdos da BNCC.

Esse ciclo, que parece bastante fechado, traz uma sensação de impotência, como se os professores não tivessem alternativa, uma vez que aqueles são os conteúdos necessários para a “educação de qualidade”⁴⁷, entretanto qualquer um desses pontos é arbitrário. Porém, é passada a ideia da qual Silva nos alertava, como se o Currículo já estivesse lá, sempre pronto, só à espera de ser descoberto, como se não fosse um produto da ação humana, sujeito a influências diversas.

Assim, percebemos que com o novo EM as teorias Críticas e Pós-Críticas não encontram espaços para se fazerem presentes. Uma teoria Crítica fomentaria uma

⁴⁶ *Accountability* é uma prática empresarial de prestação de contas e responsabilização que vem, cada vez mais, sendo implantada na educação, Segundo Michael Apple (2015), esse mecanismo de controle é facilitado pelas avaliações em larga escala e refletem em pressão sobre os professores e controle dos currículos, causando competitividade, pressões por resultados, desvalorização da comunidade escolar com menor desempenho e aumento das desigualdades. “*Accountability* (aceitação de assumir responsabilidade plena por decisões tomadas)” (APPLE, 2015,p.610)

⁴⁷ “Educação de qualidade” encontra-se entre aspas por ser uma expressão usada pelos defensores da nova BNCC que subentende que a educação só terá qualidade se os professores seguirem o que dita a base.

educação contra-hegemônica, trazendo ao estudante uma criticidade maior, uma capacidade de se perceber na condição de trabalhador em um mundo de injustiças, justamente o que poderia colocar em risco esse status quo.

Tal consciência iria de encontro aos anseios daqueles que hoje se encontram no poder e que têm se mostrado tão dispostos a lutar por uma “educação de qualidade” (novamente surge um questionamento retórico: qualidade para quem?). O advento dos Institutos Federais, em 2008, trouxe consigo uma proposta pedagógica singular, um currículo integrado, com uma proposta que visa a formação para o trabalho em uma perspectiva ontológica, como vemos no trecho abaixo:

Derrubar as barreiras entre o ensino técnico e o científico, articulando trabalho, ciência e o cultura na perspectiva da emancipação humana deve ser um dos objetivos fundantes dos Institutos. Sua orientação pedagógica recusará o conhecimento exclusivamente enciclopédico, assentando-se no pensamento analítico e na formação profissional mais abrangente e flexível voltada para o mundo do trabalho e menos para a formação de ofícios, em um profissionalizar-se mais amplo que abra infinitas possibilidades de reinventar-se no mundo e para o mundo, princípios estes válidos inclusive para as engenharias e licenciaturas. Temos de construir uma instituição inovadora ousada com um futuro em aberto e capaz de ser um centro irradiador de boas práticas, articulando-se com as redes públicas de educação básica. (PACHECO, 2011, p. 15)

Essa busca pela educação emancipatória, um desenvolvimento pleno de uma visão crítica para o estudante, é inovadora, uma vez que essa criticidade não é fomentada nos currículos tradicionais, assim sendo, podemos inferir que os Institutos Federais surgem com uma proposta de teoria crítica para seus currículos. Um currículo pautado na busca por uma educação contra-hegemônica, como podemos ver no excerto abaixo:

Esse lidar, pois, com o conhecimento de forma integrada e verticalizada exige uma outra postura que supere o modelo hegemônico disciplinar; significa pensar um profissional da educação capaz de desenvolver um trabalho reflexivo e criativo e promover transposições didáticas contextualizadas que permitam a construção da autonomia dos educandos. (PACHECO, 2011, p.26)

A educação para a classe trabalhadora deveria ser pautada em princípios de superação das mazelas sociais. Assim sendo, a educação deveria beneficiar a classe trabalhadora pois a grande massa de brasileiros encontra-se nessa classe.

A BNCC aprovada em 2017, no entanto, traz um currículo que não dialoga com as necessidades dos trabalhadores brasileiros, mas sim, satisfaz as

necessidades e vontades dos detentores dos meios de produção do capital, fomenta a formação de uma mão de obra minimamente qualificada, capaz de cumprir com as demandas de mercado, porém resignada com as injustiças e limitada por uma educação que não visa a emancipação humana.

Um currículo crítico luta contra as desigualdades sociais, conforme Silva (2007, p.30) “as teorias tradicionais eram teorias de aceitação, ajuste e adaptação. As teorias críticas são teorias de desconfiança, questionamento e transformação radical.”.

As teorias pós-críticas vão além das diferenças sociais uma vez que abordam o multiculturalismo, as diferenças sexuais, étnicas, raciais também entram em pauta. Porém é importante ressaltar que a teoria pós-crítica não deve ser vista como superação da teoria crítica e sim como um complemento, como afirma Silva:

A teoria pós-crítica deve se combinar com a teoria crítica para nos ajudar a compreender os processos pelos quais, através de relações de poder e controle, nos tornamos aquilo que somos. Ambas nos ensinaram, de diferentes formas, que o currículo é uma questão de saber, identidade e poder. (SILVA, 2007, p.147)

É importante compreender o currículo como um espaço de luta de poder, na história recente, especialmente a partir de 2013, temos visto uma articulação muito forte do empresariado para influenciar nos currículos escolares, a BNCC de 2017 é a materialização do poder desse bloco. Porém, não devemos desistir, há atualmente um aumento das manifestações em prol da revogação do Novo Ensino Médio⁴⁸, a escola é um lugar de resistência. Esse trabalho tem como objetivo contribuir na luta por uma educação que visa à superação das desigualdades sociais.

Os textos que regem nossa educação devem estar a serviço da melhoria social, da superação das injustiças, porém esse bloco de privilegiados que vem se perpetuando historicamente ganhou muita força, ou comprou muita força, já que é essa a grande fonte de seu poder: o dinheiro. O Brasil assistiu passivamente a um golpe antidemocrático, seguido por uma política de austeridade cruel para com a

⁴⁸ No dia 15/03/2023 a UBES (União brasileira de Estudantes Secundaristas) convocou manifestação em diversas cidades do país mais de 150 mil estudantes participaram dos atos, conforme os organizadores, a ideia é ir ocupando as ruas para pressionar pela revogação imediata do Novo EM. Também atuam em prol da revogação alguns partidos políticos, como PSOL e PSTU, centrais sindicais como CNTE (Central Nacional dos Trabalhadores em educação), além de outros entes da sociedade civil. A portaria 399 de 8 de Março de 2023 abriu consulta pública sobre a reestruturação do Ensino médio, entretanto essa medida não agradou aos críticos pois atrasaria qualquer ação e também demonstra intenção em manter as políticas em andamento.

classe trabalhadora, com uma agenda reformista que penaliza os mais pobres e beneficia os detentores dos meios de produção do capital.

Portanto, é hora de ir à luta para reconquistar o pouco que já tivemos, e também para que a educação seja vista como um direito de todos. As instituições de ensino devem ser um lugar que fomente a criticidade para que nossos estudantes tenham direito a uma educação emancipatória⁴⁹. Essa emancipação não é uma preocupação do bloco responsável pela reforma da educação, a seguir passamos para a análise da Reforma em si, seu percurso até a aprovação e suas implicações.

8. ANÁLISE DA REFORMA DE ENSINO MÉDIO

8.1. A Reforma: sua origem e suas finalidades

“No universo do utilitarismo, um martelo vale mais que uma sinfonia, uma faca mais que um poema, uma chave de fenda mais que um quadro: porque é fácil compreender a eficácia de um utensílio, enquanto é sempre mais difícil compreender para que podem servir a música, a literatura ou a arte” (ORDINE, 2016, p. 12)

A Reforma do Ensino Médio foi apresentada em forma de Medida Provisória (MP n.746/2016). Depois foi transformada no Projeto de Lei de Conversão n. 34/2016, juntamente à Portaria do MEC n. 1.145/2016 que instituiu o “Programa de Fomento à implementação de Escolas em Tempo Integral”, assinada e sancionada pelo presidente Michel Temer em 17 de fevereiro de 2017.

Chama a atenção a rapidez com que tal reforma foi elaborada, haja vista que fora apresentada apenas duas semanas após a consolidação do golpe antidemocrático, dessa forma, fica evidente que se trata de uma medida que já estava previamente formulada por um grupo que pretendia assumir o poder de qualquer forma, ou melhor, reassumir o poder. Abaixo encontramos 3 diretrizes para a área da educação que encontravam-se descritas no projeto de governo de Aécio Neves (PSDB), candidato que foi ao 2º turno no pleito presidencial de 2014 e derrotado nas urnas pela presidente Dilma Rousseff:

⁴⁹ Educação Emancipatória é um termo usado consoante aos ideais de Paulo Freire, uma educação como um processo emancipatório que vai além da simples transmissão de conhecimento, uma educação que liberta, conscientiza e transforma, promovendo a autonomia e o protagonismo dos indivíduos na construção de uma sociedade mais justa e equitativa.

Construção de novas diretrizes para o ensino médio, de modo coordenado com os estados, bem como esforço continuado para a expansão de vagas. Transformação da escola em espaço que incentive a participação efetiva dos jovens tornando-os protagonistas e sujeitos de suas trajetórias. Implantação da Escola Jovem, com modelos mais leves, flexíveis e diversificados de percursos escolares no ensino médio, permitindo aos estudantes, preservada a necessidade de continuar avançando em linguagem e raciocínio matemático, escolher as áreas em que vão se aprofundar - áreas mais técnicas e científicas ou ciências sociais e humanidades, ou ainda o aprendizado prático para as profissões em parceria com o setor produtivo. Inovação curricular com acesso à rede WIFI e banda larga em todas as escolas; plataformas digitais com conteúdo disponíveis; monitoria e tutoria para ajudar os jovens a se orientarem e escolherem caminhos educacionais e/ou profissionais a seguir.⁵⁰

Ao observarmos tais pontos da proposta, vemos o esboço da reforma do Ensino Médio que foi apresentada em forma MP por Michel Temer, ainda em 2016. Observa-se que apenas Língua Portuguesa e Matemática mantém a obrigatoriedade, também é possível perceber os percursos formativos, a orientação para os caminhos a seguir, que se traduz, na Reforma apresentada, na disciplina de Projeto de Vida.

Outro ponto convergente que se observa é o discurso do protagonismo do estudante, que foi muito difundido nas publicidades do governo enquanto apresentava a reforma à população. A falsa ideia de que todos os alunos teriam as mesmas ferramentas e opções para escolher o que querem estudar.

O incentivo às parcerias com o setor produtivo também está nesse plano, que cabe ressaltar: foi apresentado à população em 2014, porém não foi escolhido pela maioria dos eleitores brasileiros, mas que, após o golpe, foi rapidamente implantado, mostrando que era de grande interesse para o bloco que assumia o poder. Vejamos abaixo o que diz a MP 746 de 16 de setembro de 2016, sobre as obrigatoriedades de oferta de disciplinas para o Novo Ensino Médio:

§ 8º Os currículos de ensino médio incluirão, obrigatoriamente, o estudo da língua inglesa e poderão ofertar outras línguas estrangeiras, em caráter optativo, preferencialmente o espanhol, de acordo com a disponibilidade de oferta, locais e horários definidos pelos sistemas de ensino.

§ 9º O ensino de língua portuguesa e matemática será obrigatório nos três anos do ensino médio (MP, 2016, s/p).

⁵⁰

Disponível

em:

https://divulgacandcontas.tse.jus.br/dados/2014/680/BR/BR/1/280000000085/proposta_governo1404581387311.pdf (2014, pg. 50). Acesso em: 27 de fevereiro de 2023.

A partir da leitura desses trechos, percebemos que ficaria facultado ao aluno a inscrição em disciplinas das áreas de Humanas e Natureza, bem como de outros componentes da área das linguagens, como arte, educação física e literatura. São conhecimentos muito importantes para os alunos que nem sempre têm maturidade para perceber as implicações da decisão de não ter o contato com tais disciplinas.

Na epígrafe deste capítulo, foi usado um trecho de Ordine (2016) em uma obra na qual o autor critica essa cultura do utilitarismo, em que a área das ciências humanas e as artes são constantemente julgadas por sua aparente “inutilidade”. Um pensamento facilmente identificado com a visão neoliberal, na qual o acúmulo de capital é o reflexo do sucesso do indivíduo que é visto como um empreendedor de si mesmo.

Ordine (2016) defende que os saberes humanísticos e a arte contribuem, entre outras coisas, para o desenvolvimento do pensamento crítico e pela luta por justiça social, sendo essa uma das “utilidades do inútil”. Entretanto, é importante lembrar que o bloco que assumiu o poder com o golpe busca a perpetuação das injustiças, já que busca a manutenção do estado hegemônico. Sendo assim, a retirada da obrigatoriedade dos estudos de artes e ciências humanas, por exemplo, é parte importante do projeto de sociedade pelo qual eles lutam.

Seria uma inocência acreditar que os formuladores das reformas propostas no período pós-golpe, entre elas a reforma do Ensino Médio, desconheçam os benefícios que o pensamento crítico possa trazer para a superação das desigualdades, é justamente por conhecer esse potencial, e tentar evitá-lo, que deram à educação um certo protagonismo na celeridade em propor mudanças.

Na Medida Provisória inicial de Michel Temer, artes e educação física seriam disciplinas obrigatórias apenas na educação infantil e no Ensino Fundamental:

O art. 1º altera também o art. 26 da LDB. O § 1º desse artigo determina que os currículos da educação básica, cuja parte obrigatória está ali definida, serão estabelecidos em artigos, específicos para cada nível de ensino. O art. 1º altera também o § 2º do mesmo art. 26 da LDB para restringir a obrigatoriedade do ensino da arte à educação infantil e ao ensino fundamental. A alteração do § 3º faz o mesmo com a educação física.⁵¹

⁵¹Sumário Executivo da Medida Provisória nº 746 de 23 de setembro de 2016, disponível em: <https://www.congressonacional.leg.br/materias/medidas-provisorias/-/mpv/126992#:~:text=Determina%20que%20o%20ensino%20de.as%20facultativas%20no%20ensino%20m%C3%A9dio>. Acesso em: 02 de março de 2023.

Embora fosse facultado no Ensino Médio, sabemos que as mantenedoras, cada vez mais preocupadas com cortes de despesas, não teriam plena oferta aos alunos, ou seja, essas disciplinas seriam privilégios para alguns. Caso parecido acontece com a área das humanas, que deixa de ser obrigatória, tornando-se uma das áreas na qual o aluno pode se inscrever.

Bem como fica facultado à escola a sua oferta, cabe ressaltar que as escolas públicas costumam contar com um orçamento restrito, dessa forma, oferecerão apenas uma parte dos itinerários formativos. Nesse ponto, percebe-se o abismo que tende a se aprofundar entre a educação pública e a privada.

Muitos jovens não terão sequer a oportunidade de escolher ter acesso aos conhecimentos necessários para concorrer a uma vaga nas universidades, uma vez que os vestibulares e a prova do ENEM cobram dos alunos o conhecimento de áreas que se tornaram itinerários formativos. Outra questão importante a ser ressaltada, com base no CENSO escolar de 2016, é que 53% dos municípios brasileiros possuem apenas uma (1) escola de Ensino Médio⁵², para os jovens dessas cidades, o argumento da “escolha” cai por terra, e a educação destes estará condicionada ao que aquele município quiser ou puder oferecer, essa condição é uma prova das desigualdades que essa Reforma traz consigo.

Enquanto a elite dos grandes centros poderá ter acesso à educação integral, a população interiorana e de classes mais humildes terão de se contentar com o que tiverem a “sorte” de conseguir. Essa discrepância de ofertas e possibilidades trouxe um interesse especial do empresariado pela educação.

Em 2017, o então presidente do Banco Central, Ilan Goldfajn, deu entrevista ao Jornal da CBN falando sobre a confiança dos estrangeiros no desempenho da economia brasileira⁵³, nessa entrevista Goldfajn cita a Reforma de Ensino Médio como uma mudança nas políticas econômicas:

Houve uma mudança, já faz vários meses, na direção da política econômica: teve uma responsabilidade maior em termos de contas públicas, teve reformas como o teto dos gastos, que foi aprovado no final do ano

⁵² Informação disponível em:

<https://www.estadao.com.br/educacao/reforma-do-ensino-medio-esbarra-em-falta-de-estrutura-e-recursos/> Acesso em 30 de Janeiro de 2024

⁵³ Disponível em:

<https://cbn.globoradio.globo.com/programas/jornal-da-cbn/2017/09/27/ESTRANGEIROS-TEM-DEMONSTRADO-CONFIANCA-NO-DESEMPENHO-RECENTE-DA-ECONOMIA-AFIRMA-ILAN-GO.htm>

Acesso em 10 de Maio de 2024.

passado, teve algumas outras reformas como a reforma trabalhista, a reforma da educação.(GOLDFARJ, 2017,s/p)

Essa entrevista chamou atenção do grupo Intercept Brasil que fez uma reportagem mostrando como algumas instituições particulares, que sempre lucraram com a educação em nível superior, Estácio de Sá e Kroton, viram no Novo Ensino Médio a possibilidade de lucrar ainda mais⁵⁴. Dentro dos moldes dessa reforma, com a divisão em itinerários, oferecer uma educação integral tornou-se muito caro e é um nicho para o mercado explorar.

A educação além de ser uma mercadoria, passa a ser uma mercadoria de luxo, a reportagem chama atenção para o fato de que mesmo dentro das classes abastadas existem escolas para a classe A, diferenciadas das escolas para a classe B, por exemplo. Outro ponto que o mercado valoriza na área da educação é o fato de ser um investimento estável e seguro, já que o futuro dos filhos é uma preocupação central para os pais.

A mercantilização da educação não é algo novo, o que acontece com a reforma do EM é o aprofundamento da desigualdade na qualidade da educação oferecida entre as classes. Antes ouvíamos relatos de falta de alguns professores, ou de diferença na capacitação profissional, ou na infraestrutura, ou no investimento menor em determinadas escolas, mas com a reforma simplesmente os conhecimentos deixam de ser abordados. É a negação total de alguns componentes curriculares dependendo do itinerário “escolhido” ou imposto, já que as escolas, principalmente as públicas, não terão condições de ofertar os 5 itinerários.

Como dito anteriormente, a exclusão da obrigatoriedade de oferta disciplinas como Filosofia e Sociologia, na MP inicial de Michel Temer, foi alvo de críticas e revoltas na comunidade escolar, o movimento de ocupação das escolas, que foi bastante relevante nesse período, conseguiu atenuar alguns pontos da Reforma, entretanto, ainda assim muito foi perdido.

Lima e Maciel (2018), atentam para a escrita do texto no qual temos a reinserção dessas disciplinas no currículo:

⁵⁴ O trecho citado na entrevista também integra a reportagem: “Sob aplausos do mercado financeiro, empresários já lucram com Reforma do Ensino Médio” do Intercept Brasil. Disponível em: <https://www.intercept.com.br/2017/10/20/sob-aplausos-do-mercado-financeiro-empresarios-ja-lucram-com-reforma-do-ensino-medio/> Acesso em 10 de Maio de 2024

A olhos descuidados, uma leitura rápida do artigo 35-A da mesma lei pode levar ao entendimento de que sociologia e filosofia foram reinseridas como obrigatórias na BNCC. No entanto, há que se ponderar que não é exatamente isso que o texto da lei assegura, pois o que deve ser garantido são estudos e práticas, e não a inclusão obrigatória do componente curricular. Essa mudança desconsidera que filosofia e sociologia são campos de saberes, abrindo a possibilidade para que seus conteúdos sejam até mesmo tratados como temas transversais, diluídos em outras disciplinas da BNCC. (LIMA e MACIEL, 2018, p.14)

É uma prática comum a retirada das ciências humanas da grade curricular durante governos comprometidos com os ideais de mercantilização na educação, bem como de governos autoritários, como nos mostra Dias-Santos (2020) ao discorrer sobre a história da disciplina de Filosofia na educação brasileira:

Em 1961, a Lei n. 4.024/61 retira a obrigatoriedade da oferta da nossa disciplina dos currículos escolares. A lei expressa a política desenvolvimentista dos anos do governo de Juscelino Kubitschek e compreende a fixação das Diretrizes e Bases da educação nacional, garantindo o acesso universal à educação e significando uma reformulação dos currículos. Esta modernização segue sob orientações de natureza profissionalizante e por uma forte ideia de cientificidade, com ênfase no estabelecimento das chamadas “disciplinas científicas” do campo das ciências exatas e da natureza. Já nos primeiros anos da ditadura militar brasileira (1964-1985), sob a gestão de Médici (1968-1974), a filosofia sai definitivamente dos currículos pelas alterações trazidas ao texto da Lei das Diretrizes e Bases pela nova Lei 5.692/71 Esta última aprofunda a orientação profissionalizante na educação, desta vez instituindo o ensino profissional obrigatório (DIAS-SANTOS, 2020, p.25)

Esse autor conclui que a disciplina de filosofia sofreu um retrocesso na Reforma do EM “verificamos que a disciplina de Filosofia retornou ao patamar da reforma de Diretrizes e Bases para a Educação de 1961, figurando como componente curricular sem obrigatoriedade de oferta pelos sistemas de ensino.” (p.30). Outra conclusão importante a que Dias-Santos chegou fala sobre o retorno ao padrão anterior a 1961:

Quanto ao estatuto geral das mudanças advindas com esta reforma, no “novo” ensino médio, os estudantes se deparam com uma situação similar às condições oferecidas pelas legislações educacionais anteriores à reforma de 1961, quando, até aquele momento o aluno tinha que escolher entre o ensino clássico, o normal, ou o científico. Hoje, esta divisão se encontra nas áreas específicas eletivas. O caso do Notório Saber é outro fator que garante o retrocesso no campo escolar, remetendo-se a condições anteriores à consolidação e à profissionalização das licenciaturas no país, sob o agravante de que a um Notório é permitido ensinar até mesmo em áreas afins ao seu “saber” ou experiência profissional comprovada. (DIAS-SANTOS, 2020, p.30)

Dutra e Del Pino (2010) trazem um resgate histórico do ensino da Filosofia no decorrer do tempo, a disciplina já foi retirada e reinserida diversas vezes no currículo brasileiro no curso da nossa história, observa-se que o caráter reflexivo da Filosofia é temido por governos autoritários e/ou que buscam a solidificação de um “ensino mecanicista”. É possível inferir, portanto, que a tentativa de remover essa disciplina do currículo, na atual Reforma, passa pela necessidade de formar um jovem incapaz de observar-se na condição de explorado por um mercado de trabalho cada vez mais injusto.

É de suma importância observar a ideologia na formulação de uma política pública, a forma linguística como os textos são construídos nesse campo nunca são na inocência. Como nos alertam Lima e Maciel (2018), ao denunciarem a possibilidade das disciplinas de sociologia e filosofia serem trabalhadas como temas transversais. Devido à pressão da comunidade escolar, esses componentes curriculares voltaram a figurar nos textos legais do novo ensino médio, porém, na reescrita houve todo o cuidado em mantê-los às margens da oferta obrigatória.

No artigo intitulado “A reforma do Ensino Médio e sua questionável concepção de qualidade da educação”, Celso João Ferretti traz a explicação dada por Maria Helena Guimarães de Castro, uma das principais responsáveis pela elaboração da Reforma de Ensino Médio sobre o significado da expressão “estudos e práticas:

De acordo com a Secretária Executiva do MEC, “não é o componente curricular dessas disciplinas que é obrigatório e, sim, o ensino de Sociologia, Filosofia, Educação Física e Arte em atividades que podem ser dentro de uma disciplina específica ou em projeto interdisciplinar” (Revista Nova Escola, 2017). Em outros termos, na dependência de sua contribuição (ou aplicabilidade) específica para o estudo de um determinado tema, não como conjunto de conhecimentos que constituem um determinado campo do conhecimento, entendimento também presente na proposta de atualização das DCNEM. (FERRETTI, 2018, p. 30)

É visível o potencial de empobrecimento dos conhecimentos dessas áreas se forem trabalhados apenas de maneira transversal e/ou fora de uma disciplina específica, porém a qualidade do ensino dessas áreas do saber não parece ser uma grande preocupação para o grupo que formulou a reforma. Lembrando que originalmente tais componentes curriculares haviam sido eliminados da etapa final da escolarização básica.

Compreender as condições de produção desses textos legais é muito importante, precisamos ressaltar que a Reforma do EM veio em forma de MP, o que

por si só é algo muito questionável, já que se trata de uma medida autoritária, e sendo a educação uma questão de suma relevância em uma nação, sua base legal deveria vir de uma política de Estado e não de governo. Oliveira, (2011), traz uma explicação importante para diferenciar Política de governo e de Estado:

Considera-se que políticas de governo são aquelas que o Executivo decide num processo elementar de formulação e implementação de determinadas medidas e programas, visando responder às demandas da agenda política interna, ainda que envolvam escolhas complexas. Já as políticas de Estado são aquelas que envolvem mais de uma agência do Estado, passando em geral pelo Parlamento ou por instâncias diversas de discussão, resultando em mudanças de outras normas ou disposições preexistentes, com incidência em setores mais amplos da sociedade. (OLIVEIRA, 2011, p.329)

Uma vez que a Reforma do Ensino Médio foi imposta através de Medida Provisória, pode-se constatar que não foi alvo de debates com a sociedade. Assim sendo, trata-se de uma medida feita por um determinado governo para alcançar os anseios do grupo para o qual o governo provisório pretendia agradar, servindo a ideologias que vem perpassando a educação em nível mundial que visam o fortalecimento da ideologia neoliberal e a mercantilização da educação, como vemos em Apple (2005, p.26) “trata-se de um elemento-chave, já que costura exigências de medidas de grande responsabilidade, com uma abertura ainda maior para os financiamentos à educação privada”.

Essa reflexão de Apple se confirma na entrevista anteriormente citada de Ilan Goldfajn, o então presidente do Banco Central brasileiro, que cita a reforma da educação como medida econômica do governo Temer. E também se ratifica pela reportagem do site jornalístico Intercept-Brasil⁵⁵, também citado anteriormente, que nos mostra o interesse das maiores empresas do ramo de educação universitária voltando-se para a educação de nível médio logo que a Reforma foi apresentada.

Assim sendo, a Reforma atende às demandas de um segmento político específico e não dos anseios populares. Cabe ressaltar, mais uma vez, que além de servir aos interesses de um segmento específico, trata-se de um governo que não passou pelo voto popular direto, e que, após o golpe, apresentou medidas de austeridade econômica que não constavam no plano de governo da chapa que

⁵⁵ Disponível em:

<https://www.intercept.com.br/2017/10/20/sob-aplausos-do-mercado-financeiro-empresarios-ja-lucram-com-reforma-do-ensino-medio/> Acesso em 10 de Maio de 2024

venceu o pleito de 2014, de uma reforma que estava esboçada no plano de governo derrotado pela sociedade brasileira em 2014:

As Medidas Provisórias (MPVs) são normas com força de lei editadas pelo Presidente da República em situações de relevância e urgência. Apesar de produzir efeitos jurídicos imediatos, a MPV precisa da posterior apreciação pelas Casas do Congresso Nacional (Câmara e Senado) para se converter definitivamente em lei ordinária. O prazo inicial de vigência de uma MPV é de 60 dias e é prorrogado automaticamente por igual período caso não tenha sua votação concluída nas duas Casas do Congresso Nacional. Se não for apreciada em até 45 dias, contados da sua publicação, entra em regime de urgência, sobrestando todas as demais deliberações legislativas da Casa em que estiver tramitando⁵⁶. (BRASIL, s/p)

Quanto ao contexto da atuação de uma política nas escolas, envolvem-se setores não só pedagógicos, mas também administrativos das secretarias de educação e das próprias escolas, muitos desses setores mais preocupados com “perdas financeiras” do que “ganhos pedagógicos”. Um texto legal que permita uma interpretação dúbia pode ter um efeito devastador.

Entretanto, considerar negativo esse efeito vai depender da perspectiva que se tem, afinal ao retirar as disciplinas de Filosofia e Sociologia da grade obrigatória do Ensino Médio, já foi uma demonstração de que essa era a verdadeira intenção de quem participa da influência e da produção desta lei.

Quanto à questão financeira, cabe lembrar que, em 2020 houve redução no valor do custo médio anual por aluno, medida anunciada pelos Ministérios da Educação e Economia do governo Bolsonaro, o valor que era de R\$ 3.643,16, em 2020, passou a ser de R\$ 3.349,56 para 2021, conforme a Portaria interministerial 3/2020⁵⁷: “Art. 2º O valor anual mínimo nacional por aluno, na forma prevista no art. 4º, §§ 1º e 2º, e no art. 15, inciso IV, da Lei nº 11.494, de 2007, fica definido em R\$ 3.349,56 (três mil, trezentos e quarenta e nove reais e cinquenta e seis centavos),” (BRASIL, Portaria Interministerial Nº 3, de 25 de Novembro de 2020).

Podemos perceber com essa Portaria que envolve o Ministério da Educação e o da Economia, que os interesses econômicos estavam se sobrepondo aos interesses educacionais, essa é uma constante bastante comum na visão neoliberal.

⁵⁶Informação disponível em: <https://www.congressonacional.leg.br/materias/medidas-provisorias/entenda-a-tramitacao-da-medida-provisoria> Acesso em 04 de março de 2023.

⁵⁷ Disponível em: <http://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-interministerial-n-3-de-25-de-novembro-de-2020-290556249> Acesso em 31 de Janeiro de 2024

Gaudêncio Frigotto cita essa portaria, em entrevista ao instituto *Humanitas* da Unisinos, ao analisar o abismo já existente entre as escolas públicas e as privadas que tendem, segundo o autor, a se agravar com a reforma do EM, segundo Frigotto:

O abismo se explica pelo fato de que as bases materiais que facultam um ensino de qualidade (qualificação, carreira e salário docente, tempo dedicado em uma só escola, laboratórios, bibliotecas, internet etc.), salvo a rede federal pública e algumas escolas estaduais, não existem. Tanto os poderes executivo, legislativo e judiciário, quanto os proponentes do “novo ensino médio”, têm seus filhos ou netos em escolas particulares que, quando em tempo integral, podem custar em média cinco a seis mil reais por mês nas capitais. Em 2020, os ministérios da Educação e da Economia alteraram o custo médio anual por aluno para menos. No ano de 2019 vigorou o valor de R\$ 3.643,16 para o custo anual por aluno. Em 2021, o montante foi reduzido para R\$ 3.349,56, com percentual de redução de 8,06%. Vê-se que o que o governo federal está disposto a investir em um ano para cada aluno na educação básica, nas escolas públicas e estaduais, é pouco mais que metade de uma mensalidade para o tempo integral nas melhores escolas privadas do país. Certamente, o “novo” ensino médio vai ampliar este abismo. (FRIGOTTO, 2022, s/p)⁵⁸

O Ministro da Educação que assinou essa portaria nunca escondeu sua posição quanto à educação para a classe trabalhadora, segundo ele mesmo em entrevista à TV- Brasil⁵⁹, as “vedetes” do futuro seriam os Institutos Federais por trazerem a formação técnica, enquanto “universidade deveria, na verdade, ser para poucos, nesse sentido de ser útil à sociedade” (RIBEIRO, 2022, s/p). Ribeiro verbalizou o pensamento que se observa em todas as políticas educacionais, além de materializar linguisticamente a cultura do utilitarismo da qual fala Ordine no texto usado como epígrafe deste capítulo.⁶⁰

A Reforma do Ensino Médio foi desenhada para satisfazer esse pensamento neoliberal de um jovem pobre útil ao sistema, não é possível identificar uma preocupação com o desenvolvimento integral através da educação. É a educação colocada à disposição do que a ideologia mercantil busca para o jovem.

⁵⁸ Disponível em:

<https://www.ihu.unisinos.br/categorias/159-entrevistas/616742-reforma-do-ensino-medio-representa-uma-regressao-e-uma-traicao-aos-jovens-e-ao-pais-entrevista-especial-com-gaudencio-frigotto> Acesso em: 31 de Janeiro de 2024

⁵⁹ Entrevista disponível na íntegra em:

https://www.youtube.com/live/6JyH4faRwpY?si=35kvoAWwG_zIH3Ex Acesso em 31 de Janeiro de 2024.

⁶⁰ No universo do utilitarismo, um martelo vale mais que uma sinfonia, uma faca mais que um poema, uma chave de fenda mais que um quadro: porque é fácil compreender a eficácia de um utensílio, enquanto é sempre mais difícil compreender para que podem servir a música, a literatura ou a arte” (ORDINE, 2016, p. 12)

Esse argumento da meritocracia é totalmente desmascarado quando acompanhamos o desenrolar da política e o abismo entre a educação privada e pública, grande parte da população brasileira sequer terá acesso aos conteúdos cobrados nas provas de seleção universitárias. A divisão tende a ficar cada vez mais evidente, a classe trabalhadora nos subempregos e quem tem maiores condições financeiras, nos cursos universitários com maiores probabilidades de salários mais altos.

Conforme Ball, Bowe e Gold, no contexto da prática do ciclo de política entra a interpretação do profissional de educação, afinal este é quem vai implementar os textos legais, ou atuar sobre eles. Entretanto, nos demais processos do ciclo da formulação da Reforma do Ensino Médio, bem como da formulação da Nova BNCC, não houve a participação destes profissionais, sendo assim, torna-se muito importante saber quais grupos tiveram efetiva influência na escrita destes documentos, para podermos compreender o real objetivo dessas alterações legais:

Políticas como textos são produtos de múltiplas influências e agendas e sua formulação envolve intenções e negociação dentro do Estado e dentro do processo de formulação da política. Nesse processo, apenas algumas influências e agendas são reconhecidas como legítimas e apenas algumas vozes são ouvidas. (MAINARDES, 2006, p.53)

O Banco Mundial costuma ser uma voz muito forte nas etapas da influência e formulação das nossas leis, uma vez que interfere na formulação de políticas, mesmo daquelas que não seriam incumbência do Ministério da Economia. Não foi diferente no caso dessa Reforma que, como já dito, coloca a educação brasileira a serviço dos interesses mercantis. O Banco Mundial é tão relevante na formulação da Reforma do Ensino Médio brasileira que fornece um empréstimo financeiro que conforme Deitos e Fornari (2021):

Do ponto de vista do financiamento, a hipótese levantada é de que a “Reforma do Ensino Médio” se justifica na “reforma – mercadoria”. O acordo de empréstimo torna a reforma uma mercadoria, ao passo que o valor emprestado para implantação da reforma entra num processo de financeirização em que, além do pagamento do principal, há o pagamento de juros e encargos da dívida, ou seja, a dívida torna-se, por meio do pagamento de juros, um movimento que amplia o volume da dívida e a especulação financeira, intensificando a reforma como mercadoria-dinheiro (HARVEY, 2018; FATTORELLI, 2013) e o valor do empréstimo realizado ao Brasil e a ser pago ao BIRD poderá corresponder em até três vezes o valor total inicial recebido. (DEITOS e FORNARI, 2021, p.204)

Observamos como o Banco Mundial consegue ser atendido duplamente nessa Reforma do ensino brasileira, por um lado terá um lucro financeiro robusto com o pagamento dos juros que essa dívida implica, por outro, de um modo ainda mais perverso, conseguirá influenciar ideologicamente nos textos que servem de base curricular nas escolas de todo o país. A ideologia neoliberal conseguirá se espalhar de maneira ainda mais eficaz por meio dessa Reforma.

A fim de tentar justificar a necessidade de uma reforma, o MEC apresenta um discurso demagógico sobre a qualidade da educação brasileira, como bem apontam Fornari e Deitos (2021):

Observamos que a implementação do “Novo Ensino Médio” e as propostas oriundas da Lei apontam que o Estado e o BM se coadunam sob o discurso de que o sistema educacional brasileiro é ineficiente, e que a educação demonstra baixa qualidade ao considerarem os resultados das avaliações em larga escala, com outros países da OCDE, justificando as reformas das políticas educacionais instituídas no Governo Temer, de mesmo modo, reproduz o discurso falacioso da necessidade de busca por qualidade e gastos eficientes na educação. (FORNARI & DEITOS, 2021, p. 204)

O discurso de ineficiência na educação, propagado pelos defensores das políticas reformistas, costuma partir do princípio da ineficácia da escola em serviço dos interesses do Capital, e não um debate epistemológico sobre a educação em si. Como afirmam Proença-Lopes e Zaremba (2013, p.301) “Nesse sentido, entende-se a missão da educação a partir do compromisso de manutenção do status quo.

Isto é, não se considera a educação a partir de sua própria epistemologia, mas a partir de sua funcionalidade em atender os interesses da classe dominante.” Frente ao exposto, Saviani (1997) abordou a questão da escola como aparelho ideológico em serviço da burguesia:

A escola é, pois, um aparelho ideológico, isto é, o aspecto ideológico é dominante e comanda o funcionamento do aparelho escolar em seu conjunto. Consequentemente, a função precípua da escola é a inculcação da ideologia burguesa. Isto é feito de duas formas concomitantes: em primeiro lugar, a inculcação explícita da ideologia burguesa; em segundo lugar, o recalçamento, a sujeição e o disfarce da ideologia proletária. (SAVIANI, 1997, p. 36).

Com o acelerado processo de globalização, nossa população está sujeita ao aparelhamento ideológico de diversas burguesias, não só as nacionais, cada vez

mais a especulação estrangeira se faz presente no jogo de interesses que regem nossas políticas educacionais. A OCDE (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico) é uma entidade internacional que indica ao empresariado mundial quais os países que estão cumprindo suas orientações nas áreas de economia e educação, sendo assim o indicador que define se os países são atrativos para investidores ou não.

A educação, alinhada aos anseios dessa instituição, garantiria a existência de mão-de-obra qualificada. Cabe ressaltar que essa qualificação é aquela que se encaixa nos anseios da classe dominante. A formação de um pensamento crítico não entra no rol dos interesses da burguesia.

O PISA (Programa Internacional de Avaliação dos Estudantes) é de responsabilidade da OCDE, nesse programa, os jovens na faixa etária dos 15 anos, idade em que se supõe o término da escolaridade básica obrigatória na maioria dos países⁶¹, são avaliados em leitura, matemática e ciências. No Brasil, a tradução dos dados coletados nas escolas é de responsabilidade do INEP.

Esses dados corroboram para um controle da prática pedagógica, muitos são os mecanismos utilizados atualmente para manter a educação sob controle, a Reforma do Ensino Médio veio nesse sentido também. As políticas educacionais no Brasil sempre foram de tramitação longa, no caso dessa reforma, a celeridade foi impressionante, bem como a aprovação de uma BNCC.

A BNCC pode ser vista como uma forma de amarrar o fazer pedagógico, trata-se de uma lista do que deve ser trabalhado a cada ano da escolarização, nela estão os conteúdos que serão cobrados nas avaliações externas, o resultado dessas avaliações externas são publicizados, os seja, o desempenho dos alunos reflete a suposta “eficácia” do professor e da escola. As mantenedoras também cobram bons resultados, uma vez que os recursos públicos estão condicionados às notas em algumas destas avaliações.

Os saberes privilegiados na BNCC são uma parte de tantos outros saberes que foram excluídos ou minimizados, mas os detentores dos bens de produção no Brasil investiram muito para interferir nessa lista prioritária que “deve” ser trabalhada na escola, como veremos na seção a seguir.

⁶¹Dados retirados do site oficial: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/avaliacao-e-exames-educacionais/pisa> acesso em 04 de março de 2023.

8.2. A BNCC, sua criação, seus defensores e seus interesses

Desde a Lei n. 5.692 que mudou a organização do ensino brasileiro, instaurando o 2º grau profissionalizante, e da LDB de 1996, já havia a indicação de que os currículos deveriam seguir uma base nacional comum. Em consequência disso, em 2010 foram aprovadas as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) que objetivam:

Sistematizar os princípios e diretrizes gerais da Educação Básica contidos na Constituição, na LDB e demais dispositivos legais, traduzindo-os em orientações que contribuam para assegurar a formação básica comum nacional, tendo como foco os sujeitos que dão vida ao currículo e à escola; (BRASIL, 2013, p.7)⁶²

Mesmo com a existência das DCN, em 2017, numa celeridade bastante grande também, foi aprovada a BNCC, que é introduzida da seguinte forma:

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica, de modo a que tenham assegurados seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento, em conformidade com o que preceitua o Plano Nacional de Educação (PNE). Este documento normativo aplica-se exclusivamente à educação escolar, tal como a define o § 1º do Artigo 1º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/1996)¹, e está orientado pelos princípios éticos, políticos e estéticos que visam à formação humana integral e à construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva, como fundamentado nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (DCN)².⁶³

Como podemos observar, as DCN traziam orientações para o trabalho docente, já a BNCC passa a ter caráter normativo, a escolha pelo verbo “dever” também demonstra seu caráter regulador para a atividade pedagógica. Assim sendo, é notável a redução da liberdade pedagógica a partir da construção desses novos textos legais, o cerceamento à liberdade dos professores, tornou-se muito perceptível no dia-a-dia das escolas brasileiras.

Andrade, Piccinini e Neves (2017) relatam um fortalecimento muito grande, a partir de 2013, do MPB, Movimento pela Base como a principal força defensora da

⁶²Disponível

<http://portal.mec.gov.br/docman/julho-2013-pdf/13677-diretrizes-educacao-basica-2013-pdf/file>

Acesso em 04 de março de 2023.

em:

⁶³Disponível

http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf acesso em 04 de março de 2023.

em:

criação de uma BNCC:

A partir dos anos 2013, a reivindicação e a organização de um “novo” movimento de recriação de um currículo nacional com perspectivas a homogeneização curricular, não inédita, mas sem precedentes em relação ao volume de mobilizações e atores envolvidos no processo. Tomando as rédeas de condução do processo, além do MEC – via comitê gestor – encontramos o expoente do reformismo da educação básica: O Movimento pela Base Nacional Comum (ANDRADE; NEVES; PICCININI, 2017, p. 5)

Essas autoras nos atentam para a forte influência do empresariado nesse movimento:

No foco das disputas está o movimento “partido” reconhecido como MPB na colaboração para a construção do currículo nacional. Identificamos que os articuladores do Movimento são organizações do terceiro setor e instituições privadas, representantes de banqueiros e empresários (como a Fundação Lemann), com grande articulação com políticos e acadêmicos. (ANDRADE; NEVES; PICCININI, 2017, p. 7)

No excerto acima, as autoras chamam o “movimento” de “partido” uma justa aproximação semântica, uma vez que tal grupo, embora queira parecer ser formado por desinteressados entes da sociedade civil, preocupados com a qualidade da educação nacional, apresentam força política muito relevante, ao ponto de influenciar para que a base entrasse em vigor mesmo antes de sua oficialização, como se vê abaixo, retirado do site oficial do Movimento, e incentivando que a BNCC fosse usada antes de sua homologação:

Para começar, no entanto, não é preciso esperar a homologação da BNCC. Com a terceira versão publicada, as redes podem começar o trabalho desde já em pelo menos duas frentes: comunicação e adaptação dos currículos e projetos pedagógicos (MOVIMENTO PELA BASE, 2017b, s/p).

A força política desse grupo se justifica muito pelos membros que a compõem, como nos mostra a citação a seguir:

Reunidas através de suas fundações “familiares” empresariais e/ou supra empresariais: Itaú, Natura, Ab Inbev, Grupo Globo, Odebrecht, Braskem13, Credicard, Procter & Gamble, Shell, Consórcio LIDE, Suzano Celulose, Samsung, Playstation, Avon, Dudalina, Englishtown, Citibank, Nestlé, Odontoprev, Oracle, Droga Raia, Boeing, Souza Cruz, Telefônica, entre vários outros, se organizam com o objetivo de patrocinar iniciativas voltadas a “melhoria da qualidade da educação” [...] A estas empresas, juntam-se também organizações não governamentais que atuam em diversas esferas do campo educacional, em especial, na educação pública como as

amplamente conhecidas Fundação Cesgranrio, Instituto Ayrton Senna, Fundação Lemann, Fundação Roberto Marinho, Instituto Natura, Instituto Unibanco, Itaú Social. Destaque à Organização Social “Todos Pela Educação”, expoente ideológico do empresariado contemporâneo que busca dirigir a educação pública, e que foi a precursora e naturalmente figura no Movimento pela Base. (ANDRADE; NEVES; PICCININI, 2017, p. 8)

Em sua pesquisa, essas autoras chamam atenção para as parcerias entre essas instituições e empresas que atuam no grupo, mostrando que, por serem do setor privado, as informações sobre financiamentos e cooperações não podem ser acessadas. Mas trazem exemplos de personalidades políticas que atuam defendendo esses grupos:

André Duarte Stábile, ex secretário municipal de Educação de São Caetano do Sul (SP), diretor de Programas e Políticas Públicas de São Caetano e assessor nesse município, que em 2013 elencava como solução dos problemas educacionais o apoio da Fundação Lemann⁶⁴ (ANDRADE; NEVES; PICCININI, 2017, p. 9)

Ball, Bowe e Gold (1992) já alertavam sobre o contexto da influência na construção dos textos de políticas públicas, como vemos, o empresariado tem muito poder na formulação das políticas educacionais atualmente, mas até mesmo na última parte do ciclo das políticas esse setor tem influenciado. São diversos os municípios que tem recebido “auxílio” da Fundação Lemann com formações que atingem aos professores, como podemos ver nas informações retiradas da página da própria fundação: “Com a força de mais de 600 líderes engajados, 61 redes de ensino apoiadas e mais de 28 mil escolas envolvidas, impactamos milhões de

⁶⁴ Nesse ponto, tenho um relato pessoal para fazer, a partir de 2021, a fundação Lemann, o Instituto Nova Escola e o Itaú Social passaram a dar cursos para professores de Português e Matemática no município onde atuo, com redução da nossa carga horária frente a aluno para a presença em um “grupo de trabalho”. Nesse grupo, recebíamos um “Mapa de foco” com itens da BNCC como sugestões para elaboração de aulas, traziam inclusive exemplos de aulas para darmos. Recebíamos a habilidade a ser desenvolvida, além dos planos pré-elaborados e de todos os conhecimentos prévios que deveríamos trabalhar no decorrer do ano. Nossos alunos eram submetidos a três provas online que deveriam ser feitas na sala de informática da escola, elaborada por esses institutos, a 1ª foi aplicada antes de começarmos o curso, a 2ª prova foi aplicada no meio do nosso curso e a última no final do ano, toda a fundamentação para tal curso, era baseada na pretensa desculpa de “recomposição de aprendizagem do que se perdeu com a pandemia”. Entretanto, o curso era voltado aos professores e os resultados causavam desconforto nos professores. Trazendo competitividade entre as escolas, a “performatividade” da qual Ball (2001) nos alertava. Nesse processo, todos os problemas oriundos da pandemia, entre eles a questão social como falta de acesso à internet e a questão de muitos pais não terem alfabetização suficiente para auxiliar seus filhos no período de trabalho remoto, fosse transformado em uma simples questão de “escolhas de conteúdo”, estratégia neoliberal de retirar do Estado as responsabilidades e colocar nos ombros da classe trabalhadora. Estado isento para a questão social, mas muito presente para financiar projetos e dar subsídios ao empresariado.

pessoas ao ano”⁶⁵.

Não é à toa que o Ministro da Educação do governo atual, Camilo Santana, foi recebido na Conferência Nacional de Educação, a CONAE, no dia 30 de Janeiro de 2024, aos gritos de “Fora Lemann”. Essa manifestação demonstra a forte influência que essa figura tem exercido na educação nos últimos anos.⁶⁶

É possível perceber o fortalecimento do setor privado no contexto educacional brasileiro por meio de diversos programas de auxílio oferecidos pelo setor privado, além da fundação Lemann, destacamos o Programa do banco Sicredi “A união faz a vida” que, conforme informações disponíveis em seu endereço eletrônico, impacta mais de 4,2 milhões de crianças e adolescentes, mais de 200 mil educadores envolvidos, mais de 3.900 escolas participantes mais de 650 cidades em 15 estados brasileiros⁶⁷. Outro banco com forte atuação na educação é o Itaú, com o programa Itaú Social, esse costuma ter parceria com a Fundação Lemann em seus programas voltados à educação.

Mesmo com a troca de governo federal ocorrida em 2023, a Fundação Lemann não tende a diminuir sua influência nas políticas educacionais, pelo contrário, são bastante conhecidos os laços de proximidade entre o empresário Jorge Paulo Lemann e o ministro da Educação Camilo Santana, enquanto este era governador do Ceará. Uma prova desse poder dado ao empresário já no novo governo do PT é o espaço que o empresário ganhou por meio de uma de suas ONGs no Ministério da Educação, como podemos ver no trecho abaixo retirado do Blog de Ricardo Antunes⁶⁸:

O governo Lula deu espaços estratégicos para um grupo ligado a Jorge Paulo Lemann influenciar decisões administrativas e financeiras na área de educação. Criada há menos de um ano, a MegaEdu, ONG financiada pelo empresário, fechou acordo com o Ministério da Educação (MEC) para opinar sobre conexão de escolas públicas à internet e, ao mesmo tempo, foi colocada em um conselho do Ministério das Comunicações que define parte dos cerca de R\$ 6,6 bilhões que serão destinados para a conectividade de estudantes. (ANTUNES, 2023, s/p)

⁶⁵ Disponível em <https://auniaofazavida.com.br/atuacao/nossos-numeros.html> . Acesso em: 10 de março de 2023.

⁶⁶ Informação disponível em:

<https://www.cartacapital.com.br/politica/ministro-da-educacao-e-recebido-em-conferencia-com-gritos-d-e-fora-lemann/>, acesso em 01 de Fevereiro de 2024

⁶⁷ Informações retiradas do site da Instituição:

<https://auniaofazavida.com.br/atuacao/nossos-numeros.html> Acesso em 01 de Fevereiro de 2024

⁶⁸ Disponível em:

<https://ricardoantunes.com.br/ligacao-entre-governo-lula-e-fundacao-lemann-gera-debate-sobre-conflito-de-interesses-na-educacao/> Acesso em 01 de Fevereiro de 2024

Essa proximidade entre o MEC e o empresário Jorge Paulo Lemann justifica as manifestações de parte do público na CONAE, a educação deve estar a serviço da sociedade e do bem comum, não subjugada aos interesses empresariais. Embora Lula tenha sido eleito representando diversas frentes políticas, como coligações com partidos conservadores, dentro dessa corrente encontram-se os movimentos mais identificados com as causas trabalhistas, esse embate de interesses deve ser constante no governo atual. Portanto, as manifestações tendem a ganhar bastante importância para que as pautas trabalhistas não sejam soterradas pelos interesses mercantis.

A presença dos institutos pertencentes ao empresariado que buscam “ensinar” novas práticas educativas aos professores, é cada vez mais comum nas escolas públicas. A Fundação Lemann, o Itaú Social e a Sincroniza Educação⁶⁹ (essa última pertencente à empresa estrangeira Apple) são alguns exemplos de empresas que fazem parcerias com inúmeras secretarias de educação por todo o território nacional, como podemos comprovar nos sites delas mesmas, ensinando estratégias pedagógicas e até mesmo sugestões do que priorizar nos conteúdos da BNCC.

O Instituto Reúna traz o chamado “Mapas de foco”, que conforme seu site se trata de uma: “Seleção de habilidades focais para cada ano do Ensino Fundamental de acordo com a Base Nacional Comum Curricular”. Cujo objetivo é “ajudar a orientar a flexibilização curricular e escolha de conteúdos que estão sendo produzidos por redes de ensino.”⁷⁰ Fazem parceria com o Reúna a Fundação Lemann, o Instituto Gesto, o Movimento Pela Base, o Instituto Unibanco, o Itaú: Educação e Trabalho e o [B] ³ Social⁷¹.

A presença dessas instituições nas formações de professores traz a sensação de que estamos perdendo a liberdade pedagógica, já que, como vemos, influenciam até mesmo na escolha do que deve ser priorizado na BNCC, como se a simples existência de uma base obrigatória já não fosse demasiada imposição.

Como de costume na visão neoliberal, nossa prática está sendo terceirizada, o setor privado está influenciando fortemente na condução das aulas. Essas

⁶⁹ Informações sobre a empresa podem ser confirmadas no site: <https://sincronizaeducacao.com.br/> Acesso em 10 de Maio de 2024.

⁷⁰ Disponível em: <https://www.institutoreuna.org.br/ferramentas/mapas-de-foco-bncc> Acesso em 10 de Maio de 2024

⁷¹ Disponível em: <https://www.institutoreuna.org.br/> Acesso em 10 de Maio de 2024

empresas sozinhas já são fortes, mas como vemos na composição do Reúna, elas se alinham e influenciam cada vez mais no que é público, O Instituto Gesto também une vários empresários, inclusive os que já compõem o Reúna. O Gesto está na linha da Gestão, um outro braço da atuação dessas empresas na educação e em outras áreas como Cidadania e Políticas Sociais.⁷²

Dagnino (2004) refletia sobre a “onguização” que transferia o trabalho do Estado para Organizações Não Governamentais, junto com a transferência de responsabilidades está a transferência de recursos. No caso da educação, as empresas ainda recebem o bônus do poder ideológico, fomentando currículos gerencialistas que não incentivam à criticidade e, conseqüentemente, não colocam a hegemonia em risco, já que os alunos não são incentivados a refletir sobre sua condição no mundo capitalista.

Esses são alguns exemplos de atuação do setor privado na educação, não apenas no contexto da influência e da produção, mas também no contexto da prática. A mão invisível do mercado vai traçando os rumos da educação nacional de maneira cada vez mais evidente e perceptível.

9. CONCLUSÕES

Seria inocência acreditar que os detentores dos meios de produção do capital teriam interesse na educação por uma questão humanitária, por pura responsabilidade social, entretanto para convencer a sociedade de que sua interferência possui fins altruístas, o discurso sempre será palatável, e até desejável para a persuasão da sociedade. Para justificar a necessidade de uma Reforma Educacional e a necessidade de uma Base Nacional Comum Curricular, foi usado o discurso da ineficácia no sistema educacional.

Esse desejo de interferência na educação é tão grande que grandes empresários brasileiros criaram o Movimento pela Base. Dessa vez, além dos baixos índices obtidos em avaliações externas e o índice de reprovação, foi usado também o índice de evasão para justificar a retirada de áreas do conhecimento, em especial

⁷² Informação disponível em:

[https://www.gov.br/cgu/pt-br/governo-aberto/iniciativas-de-governo-aberto/organizacoes-da-sociedade-civil/de-a-a-z/instituto-gesto#:~:text=Linha%20de%20atua%C3%A7%C3%A3o%3A%20Forma%C3%A7%C3%A3o%20de,Educa%C3%A7%C3%A3o%3B%20Pol%C3%ADticas%20sociais%20e%20cidadania](https://www.gov.br/cgu/pt-br/governo-aberto/iniciativas-de-governo-aberto/organizacoes-da-sociedade-civil/de-a-a-z/instituto-gesto#:~:text=Linha%20de%20atua%C3%A7%C3%A3o%3A%20Forma%C3%A7%C3%A3o%20de,Educa%C3%A7%C3%A3o%3B%20Pol%C3%ADticas%20sociais%20e%20cidadania.). Acesso em 15 de Maio de 2024.

daquelas que estimulam o pensamento crítico, sob a desculpa de que os alunos deixariam a escola por ela não ser atrativa.

Entretanto, ignoram em seus discursos a questão social, que é a principal causa da evasão escolar. Outra questão que desestimula os alunos é a ausência de sentido nos conteúdos por vezes trabalhados.

Uma Base Comum, para um país tão vasto e culturalmente diverso, tende a transformar o currículo em algo ainda mais alheio à realidade do estudante, diminuindo assim a aprendizagem significativa, mas tais questões não são consideradas pelos empresários que tanto investiram no Movimento pela Base. Qualquer política contra a evasão escolar que não se volte para a questão social, tenderá a ser falha.

No decorrer dessa pesquisa, foi usada uma epígrafe escrita por Eduardo Galeano que trazia a seguinte frase: “E os ideólogos da impotência, os escravos que se contemplam com os olhos do amo, não demoram em fazer ouvir seus clamores.” Essa frase justifica o discurso empregado pelos poderosos que defendem as políticas reformistas e acabam ganhando apoio de parte da população, mesmo entre a população que será prejudicada por essas mesmas reformas.

Nesse mesmo sentido, lembramos da famosa máxima de Simone Beauvoir “o opressor não seria tão forte se não tivesse cúmplices entre os próprios oprimidos”. Toda a manipulação discursiva faz com que os detentores dos meios de produção do capital consigam manter esse estado hegemônico. A Escola, como um Aparelho Ideológico do Estado tem sido um alvo preferencial para os defensores da manutenção da hegemonia, essas políticas reformistas são a materialização desses anseios.

Com a popularização da educação no país, pode ser que se torne mais difícil convencer as gerações futuras sobre “a necessidade de manutenção do *status quo*”, e talvez uma das grandes razões para retirada de disciplinas da área das ciências humanas repouse sobre esse perigo. Estimular o pensamento crítico pode colocar em risco os privilégios, então a educação tem de possuir a qualidade adequada para formar uma mão-de-obra qualificada, mas não precisa, ou não deve, estimular o pensamento crítico, muito menos estimular a consciência de classe.

No entanto, não é apenas na retirada de disciplinas da grade curricular do Ensino Médio que a criticidade é colocada em risco, a criação de uma BNCC para todas as séries, com uma imensa quantidade de conteúdos a “serem vencidos” em

cada etapa da escolarização, deixa pouco tempo para a reflexão em sala de aula. São metas a serem cumpridas, avaliações externas para auditoria dessas metas, formações de professores para garantia de que tudo que é “necessário” esteja sendo trabalhado em sala de aula.

Todo esse trabalho praticamente impede um tempo para a reflexão, mas nada disso é casual, esse é o objetivo de quem tanto tem investido na suposta “educação de qualidade” mensurável pelas leis de mercado, auditável por meio de avaliações externas.

Para aqueles que lutam diariamente por uma educação inclusiva, de qualidade e integral, tem sido tempos difíceis, mudanças significativas aprovadas sem debate, austeridade para com os nossos direitos trabalhistas e até mesmo perseguição ideológica. Se a escola já era considerada uma arena de disputas e um lugar de resistência, as dificuldades foram ainda mais notáveis no período pós-golpe.

O objetivo central deste trabalho repousou sobre a análise da Reforma do Ensino Médio, entretanto a instauração da BNCC acompanha essa forte política de criação de uma sociedade acrítica e por isso analisou-se também a Base. Quanto à reforma, ficou evidente seu potencial empobrecedor, já que não aporta criticidade ao estudante, pelo contrário, desestimula o pensamento reflexivo, não contribuindo para uma educação no sentido omnilateral.

Transformar disciplinas obrigatórias em itinerários formativos eletivos reduz a formação integral do estudante, sendo assim, reduz a qualidade da educação. Além disso, constatou-se que os alunos oriundos de classes sociais menos favorecidas ou que vivam nas pequenas cidades sequer terão o direito de “escolher o que querem estudar”, como era propagado nas publicidades do governo que defendiam a reforma, já que as escolas não precisarão ofertar todos os 5 itinerários, assim sendo, a suposta escolha torna-se uma imposição injusta.

O argumento de uma educação mais atrativa também se esvai com um jovem sendo obrigado a cursar determinado itinerário por falta de opção viável. É importante também ressaltar que a formação básica teve, na verdade, redução da carga horária, a ampliação foi para a formação técnica, ou seja, uma perda significativa na formação estudantil, comprovando que a qualidade não era preocupação central de quem elaborou ou incentivou essa reforma.

Foi possível constatar que o Novo Ensino Médio foi desenhado para satisfazer aos detentores dos meios de produção do capital, buscando a formação de uma mão-de-obra adaptável e não crítica, ou seja, que não coloque em risco a hegemonia. Não à toa, os mais poderosos empresários brasileiros defenderam tanto a reforma e influenciaram ativamente na escrita e instauração da BNCC.

Desta forma, a resistência precisa ser cada vez maior, não podemos permitir que usem da educação para naturalizar ainda mais as injustiças sociais. Uma educação crítica e integral depende do posicionamento crítico dos professores e de toda a comunidade escolar. Este trabalho pretendeu contribuir para o fortalecimento da resistência contra aqueles que pretendem usar da educação pública para a manutenção de seus privilégios.

10. PRODUTO EDUCACIONAL

O produto educacional oriundo dessa pesquisa consiste em um vídeo explicativo contendo os pontos mais relevantes que levaram às conclusões chegadas. Acreditamos que o tema pesquisado tem uma relevância social muito significativa, portanto pensamos em um produto que pudesse atingir a um número maior de interlocutores.

Dessa forma, optamos por um vídeo explicativo contendo slides que resumem as informações mais importantes. Objetivamos que um maior número de pessoas possam acessar o vídeo estando ele numa plataforma aberta, no caso, o “Youtube”.

Para a elaboração do vídeo montamos um resumo dos pontos mais importantes da pesquisa, destacando que o golpe de 2016 era o evento histórico que propiciaria a aprovação das políticas reformistas, portanto, deveria ser apresentado o contexto pré-golpe bem como os interesses internos e externos na deposição da presidente Dilma Rousseff.

Figuras 1 e 2:

Entende-se que a Reforma de Ensino Médio integra um projeto neoliberal complexo que, para se concretizar, passou pela troca de governo:

A partir de 2013, é possível perceber a ânsia dos detentores dos meios de produção em prejudicar a imagem da presidente Dilma Roussef e do Partido dos Trabalhadores, a fim de influenciar no pleito de 2014. Esse contexto é importante de ser compreendido pois é o caminho que nos leva às Reformas.



O interesse dos EUA em intervir na política nacional foi comprovada pelo Wikileaks, A Lava-Jato serviu muito bem a esse interesse



The screenshot shows the website 'Brasil de Fato' with the tagline 'UMA VISÃO POPULAR DO BRASIL E DO MUNDO'. The main article is titled 'Wikileaks: EUA criou curso para treinar Moro e juristas' and the sub-headline reads 'Documento interno de Washington mostra como EUA treinaram agentes judiciais brasileiros, entre eles Sérgio Moro'. The website has a red header and a navigation menu with categories like 'Início', 'Opinião', 'Política', 'Direitos Humanos', 'Cultura', 'Geral', 'Saúde', 'Internacional', 'Especiais', 'Rádio', and 'Podcast'. Social media icons for Facebook, Twitter, YouTube, Instagram, and RSS are visible in the top right corner.



Também se fazia necessário conter os pontos principais da reforma, achamos importante ressaltar também o movimento secundarista de resistência à Reforma. Além de abordar a Reforma na estrutura do Ensino Médio, resolvemos trazer a BNCC para a apresentação, já que esta acompanha a Reforma nas políticas aprovadas rapidamente no pós-golpe, como uma das vozes mais potentes de defesa

da BNCC é o MPB, achou-se necessário desnudar quem estava por trás dessas “vozes”.

Figuras 3, 4:

Principais pontos da MP da reforma

Apenas português, matemática e inglês são disciplinas obrigatórias;
Arte, Educação Física, Sociologia e Filosofia saem da grade curricular;
Desobriga a formação básica do professor, instaurando o Notório Saber;
Instalação dos itinerários formativos;
Mudança da carga-horária, embora haja uma aparente ampliação, a formação básica passou de 2.400h para 1.800h

Resistência Estudantil

Mais de Mil escolas foram ocupados por alunos num manifesto secundarista contra a Reforma



Figura 5:

A imposição de um Currículo único:

Não dialoga com a diversidade cultural do Brasil, pode prejudicar o processo de aprendizagem significativa e não estimula a criticidade, talvez por saber desse potencial os detentores dos meios de produção do capital investiram tanto na imposição dessa base.



Por fim, são apresentadas as conclusões que essa pesquisa nos trouxe, terminando com um apelo à Resistência, já que entendemos a escola como um lugar de resistência contra as injustiças.

Figura 6:

As desigualdades sociais são imensas no Brasil com essa reforma elas tendem a se aprofundar. Os jovens que não terão acesso às disciplinas cobradas nos exames de seleção universitária terão menos chances de dar continuidade a seus estudos e os mais afetados serão os pertencentes às classes menos favorecidas, ou seja, a reforma serve à manutenção da hegemonia.



Buscamos fazer um vídeo que fosse conciso, mas achamos necessário referenciar os fatos apresentados, alguns são apresentados com manchetes jornalísticas, outros com a fonte bibliográfica usada na pesquisa, os últimos slides trazem as referências do material usado. Um roteiro foi montado para a apresentação oral do material.

Inicialmente montamos o vídeo pela ferramenta online “Canva”, depois o áudio foi gravado pelo aplicativo de gravação de som do *Windows* e posteriormente inserido no vídeo por intermédio do programa *Davinci Resolve*. O vídeo possui duração de 10 minutos e 17 segundos, formado por 42 slides, e a voz que o narra é a minha.

Mediante avaliação e aprovação da banca examinadora, o vídeo foi publicizado nas plataformas Boletim do PROFPT, Editorial de Temas de Pesquisas desenvolvidas no PROFEPT - IFFAR, EDUCAPS, Observatório do PROFEPT (Sucupira) e Grupos de Pesquisa sobre currículo: GECPOL - IFFAR, CEPE - UFPel, CECI - Unijuí e IFFAR, dessa forma buscamos atingir a comunidade escolar e acadêmica. Para fins de análise da banca examinadora, criou-se um canal no *Youtube*, vinculado ao e-mail institucional de aluno IFFAR, no qual o vídeo está postado podendo ser acessado através do seguinte link: <https://www.youtube.com/watch?v=UEWy3sqTji4>

11. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, S. C. ; ZANARDI, T. A. C. Educando à direita e as políticas educacionais neoliberais, conservadoras e fundamentalistas. *Revista E-Curriculum* Edição v. 19 n. 4 (2021). Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/curriculum/article/view/48512>. Acesso em 23 de Maio de 2024

ALMEIDA, F. **A reforma do ensino médio brasileiro de 2017 nos moldes do sistema neoliberal**. 2018. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade do Planalto Catarinense, Lages.

ANDRADE, M. C. P; NEVES, R. M. C.; PICCININI, C. L. **Base nacional comum curricular: disputas ideológicas na educação nacional**. Colemarx, 2017. Disponível em: <http://www.niepmarx.blog.br/MM2017/anais2017/MC37/mc373.pdf>. Acesso em: 05 de março de 2023.

ANTUNES, R. **O caracol e sua concha: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2005.

ANTUNES, R. **Os Sentidos do Trabalho**. 6a ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002a.

ANTUNES, R. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital**. São Paulo: Boitempo, 2018.

ANTUNES, R. **Adeus ao Trabalho?** Ensaio sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho. 8a ed. São Paulo: Ed. Cortez/Ed. Unicamp, 2002b.

APPLE, M. W. **Educando à direita: mercados, padrões, Deus e desigualdade**. Tradução de Dinah de Abreu Azevedo. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2003.

APPLE, M. W. **Produzindo diferença: neoliberalismo, neoconservadorismo e a política de reforma educacional**. Linhas Críticas, Brasília, v. 21, n. 46, p. 606-644, set. 2015. Disponível em http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-04312015000300606&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 02 de março de 2023.

APPLE, M. W. Para além da lógica do mercado – compreendendo e opondo-se ao neoliberalismo. Trad. Gilka leite Garcia, Luciana Axhe. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

ARAÚJO, L. C. dos S. **Reforma do Ensino médio: do discurso do “currículo atrativo aos jovens” aos interesses do capital em crise**. 2020. 127 f. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2019.

ALTHUSSER, L. **Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado**. 2º ed. Edições Graal. Rio de Janeiro, 1985.

BAGNO, M. **Preconceito linguístico: o que é, como se faz**. 49ª. ed. São Paulo: Loyola, 2007. 186 p. ISBN: 85-15-01889-6. Disponível em: <https://escrivencia.wordpress.com/2014/03/06/preconceito-linguistico>. Acesso em: 02 de Janeiro de 2023.

BALL, S. J.; MAGUIRRE, M.; BRAUN, A. Como as escolas fazem as políticas: atuação em escolas secundárias. Ponta Grossa: UEPG, 2016.

BALL, S. J.; BOWE, R.; GOLD, A. Reforming education & changing schools: case studies main policy sociology. London: Routledge. 1992.

BANDEIRA, L. A. M. **A Segunda Guerra Fria: geopolítica e dimensão estratégias dos Estados Unidos – das rebeliões na Eurásia à África do Norte e ao Oriente Médio**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

BANDEIRA, L. A. M. **A desordem mundial: o espectro da total dominação – guerras por procuração, terror, caos e catástrofes humanitárias**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

CORRÊA, L. BANDEIRA, L. A. M. “Armações internacionais”. In: ALVES, G. (Org.) Enciclopédia do Golpe: vol. 1. Bauru (SP): Canal 6, 2017.

BIROLI, F.. A mídia, a crise e o golpe. Revista Dialética, Salvador, v. 8, ano 7, p. 30 - 34, mar. 2017. Disponível em: <http://revistadialetica.com.br/wpcontent/uploads/2017/03/revista_dialetica_vol8.pdf

BIROLI, F.; MACHADO, M. das D. C.; VAGGIONE, J. M. **Gênero, neoconservadorismo e democracia**. São Paulo: Boitempo, 2020.

BRASIL. Portaria nº 733 de 16 de Setembro de 2021. Institui o Programa de itinerários formativos. Diário Oficial da União, Brasília, DF. 16/09/2021. Ed 177, Seção 1. pg. 53 Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-n-733-de-16-de-setembro-de-2021-345462147>. Acesso em: 15 de janeiro de 2023.

BRASIL. Portaria 521 de 13 de Julho de 2021. Institui o Cronograma Nacional de implementação de implementação do Novo Ensino Médio. Diário Oficial da União, Brasília, DF. 13/07/2021. Ed 131, Seção 1. pg. 47. Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-n-521-de-13-de-julho-de-2021-331876769>. Acesso em: 15 de janeiro de 2023.

BRASIL. Lei nº 13.415 de 16 de Fevereiro de 2016. Altera as Leis nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. Diário Oficial da União, Brasília, DF. 17/02/2017. ANO CLIV, nº 35. Disponível em: <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=1&data=17/02/2017>. Acesso em 16 de janeiro de 2023.

BRASIL. Medida Provisória Nº 746, de 22 de setembro de 2016a. Institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral, altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e a Lei nº 11.494 de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, 23 set. 2016. seção 1. Pg.1-2. Disponível em: <<https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=23/09/2016&jornal=1000&pagina=1>> Acesso em 23 de dezembro de 2022.

BRASIL. Resolução CNE/ CEB nº 03/2018. Atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (DCNEM). Diário Oficial da União. Brasília, DF. 22/11/2018. Edição: 224. Seção: 1. Página: 21. Disponível em: https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/51281622. Acesso em: 16 de janeiro de 2023.

BRASIL. Lei nº 13.005/2014. Aprova o Plano Nacional de Educação- PNE e dá outras providências. Brasília, DF. Disponível em: <http://pne.mec.gov.br/18-planos-subnacionais-de-educacao/543-plano-nacional-de-educacao-lei-n-13-005-2014>. Acesso em 17 de janeiro de 2023.

BRASIL. Resolução CNE/CP nº 01/2021. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica. Diário Oficial da União. Brasília, DF. 06/01/2021. Ed. 3. Seção 1. pg. 19. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-cne/cp-n-1-de-5-de-janeiro-de-2021-297767578>. Acesso em 17 de janeiro de 2023.

BRASIL. Resolução CNE/CP nº 4/2018. Institui a Base Nacional Comum Curricular na Etapa do Ensino Médio (BNCC-EM), como etapa final da Educação Básica, nos termos do artigo 35 da LDB, completando o conjunto constituído pela BNCC da Educação Infantil e do Ensino Fundamental, com base na Resolução CNE/CP nº 2/2017, fundamentada no Parecer CNE/CP nº 15/2017. Resolução CNE/CP 4/2018. Diário Oficial da União, Brasília, DF. 18 de dezembro de 2018, Seção 1, pg. 120 a 122. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2018-pdf/104101-rcp004-18/file#:~:text=Institui%20a%20Base%20Nacional%20Comum.%2FCP%20n%C2%BA%2015%2F2017>. Acesso em 17 de janeiro de 2023.

BRASIL. Portaria nº 1432/2018. Estabelece os referenciais para elaboração dos itinerários formativos conforme preveem as Diretrizes Nacionais do Ensino Médio. Diário Oficial da União, Brasília, DF. 05/04/2019 | Edição: 66. Seção:1 Página: 94. Disponível em: https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/70268199. Acesso em: 15 de janeiro de 2023.

BRASIL. Portaria nº 331/2018. Institui o Programa de Apoio à Implementação da Base Nacional Comum Curricular - ProBNCC e estabelece diretrizes, parâmetros e critérios para sua implementação. Diário Oficial da União. Brasília, DF. 06/04/2018. Ed: 66. Seção: 1. Pg: 10. Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-n-331-de-5-de-abril-de-2018-9385655?inheritedirect=true>. Acesso em: 14 de janeiro de 2023.

BRAZ, M. **O golpe nas ilusões democráticas e a ascensão do neoconservadorismo reacionário**. Revista Serviço Social e Sociedade, n.128, p. 85 a 123, 2017.

BRESOLIN, K. **A filosofia da educação de Immanuel Kant**: da disciplina à moralidade. Caxias do Sul: Educus, 2016.

CABRAL, A., OLIVEIRA, D., VIEIRA, L. **Trabalho docente**: desafios no cotidiano da educação básica. Campinas: Mercado das Letras, 2013.

CABRAL, E. D. T. **Mídia no Brasil**: Concentração das Mídia e clima político no Brasil [177] Sinais n. 22/2 2018 Comunicações e Telecomunicações. Revista Eptic, Sergipe, v. 17, n. 3, p. 16- 28, set./dez. 2015. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/epitic/article/download/4298/pdf>.

DAGNINO, E. **Construção democrática, Neoliberalismo e Participação**: os dilemas da confluência perversa. *Política & Sociedade*, Florianópolis, v. 1, n.5, p. 137-161, 2004.

CASTELLS, Manuel. *Redes de Indignação e Esperança: movimentos sociais na era da internet*. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

DE FRANCA, M. L. **Reforma do ensino Médio**: Parcerias Público-Privadas na oferta da Educação Técnica e Profissional. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande. RS, 2022.

DEITOS, R.A; FORNARI, M. **O Banco Mundial e a reforma do Ensino Médio no Governo Temer**: Uma análise das orientações e do financiamento externo. *Rev. Trabalho Necessário*. V.19, nº 39, páginas 188 a 210, 2021.

DIAS-SANTOS, A. R. **As intermitências da filosofia no ensino básico**: um quadro histórico-crítico, *Revista Semiárido De Visu*, Petrolina, v. 8, n. 2, p.152-161, 2020.

DIRETRIZES GERAIS PLANO DE GOVERNO AÉCIO NEVES e ALOYSIO NUNES 2014-2018. COLIGAÇÃO MUDA BRASIL, 2014 disponível em: https://static.psd.org.br/wp-content/uploads/2014/07/diretrizes_plano_de_governo_aecio_neves-atualizado.pdf. Acesso em 10 de fevereiro de 2023.

DIRETRIZES PARA O PROGRAMA DE RECONSTRUÇÃO E TRANSFORMAÇÃO DO BRASIL LULA ALCKMIN 2023-2026 COLIGAÇÃO BRASIL DA ESPERANÇA, 2023. disponível em: https://divulgacandcontas.tse.jus.br/candidaturas/oficial/2022/BR/BR/544/candidatos/893498/5_1659820284477.pdf. Acesso em 13 de março de 2023.

DOS REIS QUADROS, M. P., (2014). **NEOCONSERVADORISMO E DIREITA RELIGIOSA NOS ESTADOS UNIDOS: FORMAÇÃO IDEOLÓGICA, “GUERRA CULTURAL” E POLÍTICA EXTERNA**. *Espaço Plural*, XV (31), 43-61.

DUARTE, A. M. C.; REIS, J. B. dos; CORREA, L. M.; SALES, S. R. **A contrarreforma do Ensino Médio e as perdas de direitos sociais no Brasil**. *Roteiro*, [S. l.], v. 45, p. 1–26, 2020. DOI: 10.18593/r.v45i0.22528. Disponível em: <https://portalperiodicos.unoesc.edu.br/roteiro/article/view/22528>. Acesso em: 16 julho de 2022.

DUTRA, J. DA C.; DEL PINO, M. A. B. D. **Resgate histórico do ensino de Filosofia nas escolas brasileiras**: do século XXI ao século XXI. *InterMeio: Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação - UFMS*, v. 16, n. 31, 4 nov. 2016. Acesso em: 11 De Maio de 2024

FERREIRA, F. da S.; SANTOS, F. A. dos. **As estratégias do “movimento pela base” na construção da BNCC**: consenso e privatização. *Doxa: Rev. Bras. Psico. e Educ.*, Araraquara, v. 22, n. 1, p.189-208, jan./jun., 2020. e-ISSN: 2594- 8385. DOI: <https://doi.org/10.30715/doxa.v22i1.14031>.

FERRETTI, C. J.. **A reforma do Ensino Médio e sua questionável concepção de qualidade da educação**. Estudos Avançados, v. 32, n. 93, p. 25–42, maio de 2018.

FIORI, J. L. **A síndrome de Babel e a disputa do poder global**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2020.

FRASER, N. (2018b). **Do neoliberalismo progressista a Trump – e além**. Tradução de Paulo S. C. Neves. Política & Sociedade: Revista de Sociologia Política, 17 (40), pp.43-64.

FREIRE, P. **Educação e Mudança**. Paz e Terra, RJ/SP, 2018, 38ª ed.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. Paz e Terra, RJ, 1987, 17º ed.

FRIGOTTO, G., CIAVATTA, M. e, RAMOS, M. **O trabalho como princípio educativo no projeto de educação integral dos trabalhadores**. In: COSTA, Hélio da e CONCEIÇÃO, Martinho. Educação integral e sistema de reconhecimento e certificação educacional profissional. São Paulo: Secretaria Nacional de Formação – CUT, 2005.

GALEANO, E. H., 1940- **As veias abertas da América Latina**. Eduardo Galeano; tradução de Sergio Faraco. – Porto Alegre, RS: L&PM, 2012.

GONTIJO, J. R. M. **Reforma do ensino médio: aspectos pedagógicos, formativos, legais e perspectivas**. Dissertação de Mestrado. Universidade de Uberaba. Uberaba, 2018.

HARDT, M.; NEGRI, A. **Império**. Trad. Berilo Vargas. 9 ed. Rio de Janeiro: Record, 2010. p. 315.

HARVEY, David. **A Brief History of Neoliberalism**. Reino Unido: Oxford, 2007. Tradução de MONTEIRO, Newton Paulo.

HYPOLITO, Á. M. **Reorganização Gerencialista da Escola e Trabalho Docente. Educação: Teoria e Prática**, v. 21, n. 38, p. 59-78, 11.

KORYBKO, Andrew. **Guerras híbridas: das revoluções coloridas aos golpes**. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

LIMA, M., LOPES MACIEL, S. **A Reforma do Ensino Médio do governo Temer: corrosão do direito à educação no contexto de crise do capital no Brasil**. Revista Brasileira de LIMA, Venício A. de. A direita e os meios de comunicação. In: CRUZ, Sebastião Velasco e, KAYSEL, André e CODAS, Gustavo (Org.). **Direita, volver! O retorno da direita e o ciclo político brasileiro**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2015, p. 91-113.

Educação. V.23, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/ypLL3PnTmLQkFfr97q4s3Rf/?lang=pt>.

MACEDO, V. P. de; CABRAL NETO, A. **Condições de trabalho docente**: ângulos da situação em escolas da rede municipal de Natal. In: OLIVEIRA, D. A.; NETO, A. C.

MAINARDES, J. **Abordagem do ciclo de políticas**: uma contribuição para a análise depolíticas educacionais. Educ. Soc., Campinas, vol. 27, n. 94, p. 47-69, jan./abr. 2006.

Mapa estratégico do governo do RS, 2020. Disponível em <https://www.estado.rs.gov.br/upload/arquivos/magisterio-gov-1501.pdf>. Acesso em: 15 de março de 2023.

MARX, K. **A ideologia alemã**. 9º ed. São Paulo: Hucitec, 1993.

MARX, K. **O Capital**. São Paulo: Boitempo, 2017.

Plano Nacional de Educação, 2014. Disponível em: http://pne.mec.gov.br/images/pdf/pne_conhecendo_20_metas.pdf. Acesso em: 20 de fevereiro de 2023.

MEDEIROS, J. de L. **A reforma do ensino médio**: estudo crítico da lei nº 13.415/2017. Tese de Doutorado - Faculdade de Educação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2020.

MÉSZÁROS, I. **A educação para além do capital**. 2. ed. Tradução Isa Tavares. São Paulo: Boitempo, 2005.

MINAYO, M. C. de S. **Pesquisa Social**. Teoria, método e criatividade. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

Moroni, J. (2017). '**Possíveis Impactos de Fake News na Percepção-Ação Coletiva**', Complexitas - Rev. Fil. Tem., 3(1), pp. 130-160.

MUSSALIM, F. Análise do Discurso. In: MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. (Orgs.). **Introdução à linguística**: domínios e fronteiras. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2003.

NEPOMUCEMO, V. L. da C. **A reforma do ensino médio no Brasil**: uma contrarreforma trabalhista para o trabalho docente. Dissertação de Mestrado. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, RJ, 2022.

NETTO, J. P. **Crise do capital e consequências societárias**. Serviço Social e Sociedade. nº 111. São Paulo, jul./set. 2012.

OLIVEIRA, D. A. **Das Políticas de Governo à Política de Estado**: Reflexões sobre a atual agenda educacional brasileira. Campinas (SP), Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/hMQyS6LdCNDK8tHk8gL3Z6B/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 20 de fevereiro de 2023.

ORDINE, N. **A utilidade do inútil**: um manifesto. Bombassaro, Luiz Carlos. Rio de Janeiro: Zahar, 2016.

ORLANDI, E. P. **Michel Pêcheux e a Análise de Discurso** (Michel Pêcheux et l'Analyse de Discours). Estudos da Língua(gem), [S. l.], v. 1, n. 1, p. 9-13, 2005. DOI: 10.22481/el.v1i1.973. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/estudosdalinguagem/article/view/973>. Acesso em: 16 julho de 2022.

ORLANDI, E. P. (1999). **Análise de discurso**: Princípios e procedimentos. Campinas: Pontes (2001).

Os jornais e os operários. Marxist Internet Archive, 2005. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/gramsci/1916/mes/jornais.htm>. Acesso em: 15 de fevereiro de 2023.

PACHECO, E. **Os institutos federais**: uma revolução na educação profissional e tecnológica. São Paulo: Moderna, 2011.

PÊCHEUX, M (1975). **Semântica e Discurso**: Uma crítica à afirmação do óbvio. Tradução de Eni P. Orlandi et Alii. Campinas: Editora da Unicamp. 1988.

PERONI, V. M. V., CAETANO, M. R., & DE LIMA, P. V. (2018). **Reformas educacionais de hoje**: as implicações para a democracia. *Retratos Da Escola*, 11(21), 415–432. Disponível em: <https://doi.org/10.22420/rde.v11i21.793> . Acesso em: 23 de fevereiro de 2023.

PROENÇA-LOPES, L. de; ASSIS ZAREMBA, F. de. **O discurso de crise da educação**: crítica ao modelo de competências desde a epistemologia da educação. *Rev. hist. educ. latinoam.*, Tunja, v. 15, n. 21, p. 283-304, Dec. 2013. Disponível em: http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0122-72382013000200010&lng=en&nrm=iso. Acesso em 04 de março de 2023.

Quadros, M. P. dos R., & Madeira, R. M. (2018). **Fim da direita envergonhada?** Atuação da bancada evangélica e da bancada da bala e os caminhos da representação do conservadorismo no Brasil. *Opinião Pública*, 24(3), 486–522. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/op/a/fb7t4KkpVsJfvHwgLnf3wxS/?lang=pt>. Acesso em: 04 de março de 2024.

RAMOS, M., FRIGOTTO, G. **Medida Provisória 746/2016**: a contrarreforma do ensino médio do golpe de estado de 31 de agosto de 2016. *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, v. 16, n. 70, p.30-48, dez. 2016.

ROCHA, M. E. da M. O Jornal Nacional e o rito de destituição de Dilma Rousseff. *Revista de Ciências Sociais*. Fortaleza, v. 50, n. 2, jul./out.,2019, p. 359–398.

SACRISTÁN, J. Gimeno. **O currículo**: uma reflexão sobre a prática. trad. Ernani F. da F. Rosa, v.3, 2000.

SANTOMÉ, J. T. **Currículo escolar e justiça social**: o cavalo de Troia da educação. Porto Alegre: Penso, 2013.

SANTOS, M. **MAMADEIRA DE PIROCA**: Por que um vídeo absurdo pareceu coerente a alguns eleitores de Bolsonaro?1. In: ANAIS DO 29º ENCONTRO ANUAL DA COMPÓS, 2020, Campo Grande. Anais eletrônicos... Campinas, Galoá, 2020. Disponível em: <https://proceedings.science/compos/compos-2020/trabalhos/mamadeira-de-piroca-por-que-um-video-absurdo-pareceu-coerente-a-alguns-eleitores?lang=pt-br>. Acesso em: 20 de fevereiro de 2023.

SANTOS, L. A. dos. **O antigo discurso do novo ensino médio na tela**: memória e silenciamento. 2020. 181 f. Tese de doutorado- Faculdade de Letras, Programa de Pós-Graduação em Linguística e Literatura, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2021.

SAVIANI, D. **A nova lei da educação**: trajetória, limites e perspectivas. 2. Ed. Campinas – SP: Autores Associados, 1997. (Coleção educação contemporânea).

SAVIANI, D. **Teorias Pedagógicas Contra-Hegemônicas no Brasil**. Ideação, [S. l.], v. 10, n. 2, p. 11–28, 2000. DOI: 10.48075/ri.v10i2.4465. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/ideacao/article/view/4465>. Acesso em: 19 abril de 2023.

SILVA, M. R. da; ARAÚJO, R. M. L. de. **Educação na contramão da democracia** - a reforma do ensino médio no Brasil. Trabalho Necessário, Niterói, v. 19, n. 39, p. 6-14, 2021. <https://doi.org/10.22409/tn.v19i39.50143>. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/50143/29237>. Acesso em: 07 de março de 2023.

SILVEIRA, A. R. **O Discurso Sobre a Reforma do Ensino Médio**: uma análise da divulgação governamental. Dissertação de Mestrado. Universidade Católica de Pelotas. Pelotas, 2018

SINGER, A. **Brasil, junho de 2013**: classes e ideologias cruzadas. Novos estud. - CEBRAP [online]. 2013, n. 97, p. 23-40. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/nec/a/6WV7TBcKVrbZDdb7Y8mFVZp/?lang=pt>. Acesso em: 03 de março de 2023.

TOZONI-REIS, M.F. de C. **O método materialista histórico e dialético para a pesquisa em educação**. Rev. Simbio-Logias, V. 12, Nr. 17 – 2020.

TAVARES, E. **Universo Paralelo do Fanatismo**. IELA- Instituto de Estudos Latino Americano, 2022. Disponível em: <https://iela.ufsc.br/o-universo-paralelo-do-fanatismo/>. Acesso em 16 de fevereiro de 2023.

TRIVIÑOS, A. W. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**. São Paulo: Atlas, 1987.